



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**BIANCA RABELO SILVA**

**CONVERSANDO SOBRE MEIO AMBIENTE COM CRIANÇAS DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA DE CANDEAL II**

**FEIRA DE SANTANA  
2023**

**BIANCA RABELO SILVA**

**CONVERSANDO SOBRE MEIO AMBIENTE COM CRIANÇAS DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA DE CANDEAL II**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Leandro Barzano.

**FEIRA DE SANTANA  
2023**

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Silva, Bianca Rabelo  
S578c      Conversando sobre meio ambiente com crianças da comunidade quilombola  
de Candeal II / Bianca Rabelo Silva. – 2023.  
132f. : il.

Orientador: Marco Antônio Leandro Barzano  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.  
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Educação quilombola. 2. Crianças quilombolas. 3. Decolonialidade.  
4. Meio ambiente. I. Barzano, Marco Antônio Leandro, orient. II.  
Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 37(1-22):504

Rejane Maria Rosa Ribeiro CRB-5/695



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/1976  
Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/1986  
Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 9.271 de 14/12/2004  
Recredenciada pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

## PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

### BIANCA RABELO SILVA

“CONVERSANDO SOBRE MEIO AMBIENTE COM CRIANÇAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CANDEAL II” Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha de Culturas, diversidade e linguagens, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Feira de Santana, 29 de agosto de 2023.

---

Prof/a. Dr/a. Marco Antonio Leandro Barzano  
Orientador/a – UEFS

---

Prof/a. Dr/a. Rosiléia Oliveira de Almeida  
Primeiro/a Examinador/a - UFBA

---

Prof/a. Dr/a. Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante  
Segundo/a Examinador/a -UEFS

**RESULTADO: APROVADA**



*A todas as crianças, moradores e antepassados da Comunidade de Candeal II.*

## AGRADECIMENTOS

É com coração repleto de gratidão e afeto que começo agradecendo a Deus por todas as bênçãos e dádivas que contribuíram para que eu chegasse até aqui. Pelo sustento, fé e força durante toda essa caminhada. Obrigada, Jesus, Maria Santíssima e todos os Santos Anjos por iluminar meu caminho e me guiar até mais uma conquista. Sem o amor de Deus, eu nada seria.

À minha mãe, Carina Rabelo, por sonhar isso junto comigo, acreditar em mim e incentivar todos os dias a conquistar meus objetivos. Obrigada pela dádiva da vida, por todo amor e ensinamentos.

À minha avó e ao meu avô, Marlene Vitória e Antônio Vicente, por serem minha base e ensinar todos os dias sobre a vida. Obrigada por todo acolhimento e amor. Vocês são minha base!

À minha tia Rita Vitória, por ser minha inspiração de pessoa, mulher e profissional. Por todos os conselhos, por acreditar em mim e por ter sido meu porto seguro quando mais precisei.

À minha tia Antonieta Vitória, pela presença, amor e cuidado, principalmente, pelo maior presente, Geovana, que é sinônimo de esperança e me faz acreditar em um futuro melhor, diante da sua inocência e pureza.

Ao meu tio Vagner Rabelo, por todo cuidado, presença e ensinamentos, e pelo presente que temos em nossa família, Bernardo. Obrigada, irmãozinho! Você é meu irmão de alma, meu companheiro, confidente, primo e amigo. Nós dois sempre!

Eterna gratidão as pessoas especiais que fazem parte da minha família, Anderson, Iara e Renato. Obrigada por toda ajuda e serem presença quando precisei.

Gratidão a todos das famílias: Rabelo, Vitória e Silva. Muito amor a todos vocês!

Aos meus colegas da turma Biologia - UEFS 2014.2 e aos colegas da turma do mestrado PPGE/UEFS 2021.

Obrigada, professor Marco Barzano, por todos os ensinamentos, paciência, compreensão, por ser tão humano e por tanta empatia com seus orientandos. Um ser humano iluminado que tornou essa caminhada menos árdua. Obrigada por todas as sugestões, parceria, respeito e ter aceitado caminhar junto comigo.

Ao grupo RIZOMA pela parceria, companheirismo, colaboração e sugestões. Agradeço aos colegas: Adriane, André, Daniela, Paloma, Graça, Iago, Cristina, Reginalva, Jota e Taísa por todas as contribuições na pesquisa.

Aos meus amigos, de caminhada profissional e pessoal, Ruan, Rafael, Malu, Rodrigo, Tarcí, Matheus e Romário, pelos momentos de risadas, conversas e conquistas.

Minha eterna gratidão à Maria Madalena Rabelo, por ter feito parte de toda minha trajetória, acolhendo-me e sendo uma inspiração profissional. Obrigada, Mada, por ter sempre as portas abertas.

À Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos, que fui aluna, professora e pesquisadora. Que orgulho! Obrigada a todas as professoras, funcionários, comunidade, alunas e alunos dessa instituição.

Às professoras Carla Karina e Ana Cristina, por aceitarem a ideia da pesquisa e terem compartilhado esse momento comigo, e a Miralva por toda ajuda.

Obrigada à todas as crianças do Candéal II, em especial, as crianças que protagonistas dessa pesquisa, as famílias dessas, e à Francisca Fonseca pelas contribuições com sua pesquisa.

Às professoras Ludmila Cavalcante e Rosiléia Almeida pelas contribuições na pesquisa na banca de defesa e durante o curso e sugestões durante a qualificação, assim como a professora Renailda. Agradeço a professora Solange Amorim pelas ideias compartilhadas.

Obrigada a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEFS, e ao senhor Hélio e Carlos pela paciência conosco.

Obrigada todos alunos, alunas e escolas que passei que contribuíram para minha formação. Ao PIBD e ao Programa Residência pedagógica.

Obrigada a comunidade católica Combatentes da Missão Resgate, por fortalecer a minha fé diariamente no amor de Deus. *“Quem como Deus? Ninguém como Deus!”*

Obrigada a todas e todos que de certa forma, contribuíram para realização dessa pesquisa.

À Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de estudo concedida durante o curso.

*“Deem graças em todas as circunstâncias, pois esta é a vontade de Deus para vocês em Cristo Jesus.”*

*1 Tessalonicense 5:18*

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral: compreender os saberes ambientais que são transmitidos por crianças da comunidade quilombola de Candeal II e, a partir disso, especificamente: (I) Descrever os traços culturais da comunidade e sua relação com temas ambientais; (II) investigar as formas utilizadas na Comunidade de Candeal II para a transmissão dos conhecimentos tradicionais relacionados ao meio ambiente; (III) Identificar, por meio da roda de conversas e atividade de campo, os saberes ambientais. Para isso, foi utilizada a conversa como ferramenta para a produção de dados, além dos desenhos e fotografias, considerando o desemparedamento e os valores civilizatórios afro-brasileiros, em especial: a oralidade, circularidade, memória e ancestralidade. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos, com crianças do 4º ano do ensino fundamental I. A escola está localizada na zona rural da comunidade quilombola de Candeal II, Distrito de Matinha, da cidade de Feira de Santana (BA). Com isso, a pesquisa teve embasamento nas pesquisas decoloniais e diálogo intercultural. Como resultado, podemos citar a relação direta que moradores da comunidade têm com o meio ambiente, como por exemplo, o plantio e cultivo de alimentos como a mandioca, feijão, milho e frutas, que são comercializados para o sustento familiar ou consumo próprio. Além disso, destaca-se os saberes e conhecimentos das crianças sobre a relação com a natureza e a biodiversidade, produzindo assim a memória biocultural. Foi possível observar que esses conhecimentos são transmitidos por meio das gerações, perpetuando assim os saberes e conhecimentos dos antepassados, caracterizando e formando a identidade da comunidade.

**Palavras-chave:** Crianças Quilombolas. Educação Quilombola. Decolonialidade. Meio Ambiente.

## ABSTRACT

The present work had the general objective: to understand the environmental knowledge that is transmitted by children from the quilombola community of Candeal II and, based on that, specifically: (I) To describe the cultural traits of the community and its relationship with environmental themes; (II) investigate the forms used in the Community of Candeal II for the transmission of traditional knowledge related to the environment; (III) Identify, through conversations and field activities, environmental knowledge. For this, conversation was used as a tool for data production, in addition to drawings and photographs, considering the disengagement and Afro-Brazilian civilizing values, in particular: orality, circularity, memory and ancestry. The research was carried out at the Joaquim Pereira dos Santos Municipal School, with children from the 4th year of elementary school I. The school is located in the rural area of the quilombola community of Candeal II, District of Matinha, in the city of Feira de Santana (BA). With this, the research was based on decolonial research and intercultural dialogue. As a result, we can mention the direct relationship that residents of the community have with the environment, such as planting and growing food such as cassava, beans, corn and fruits, which are sold for family support or personal consumption. In addition, the children's knowledge and knowledge about the relationship with nature and biodiversity is highlighted, thus producing the biocultural memory. It was possible to observe that this knowledge is transmitted through the generations, thus perpetuating the knowledge of the ancestors, characterizing and forming the identity of the community.

**Keywords:** Quilombola Children. Quilombola Education. Decoloniality. Environment.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrada do Candeal II.....	15
Figura 2 – Estudantes durante atividades de fotografia.....	21
Figura 3 – Candel II.....	32
Figura 4 – Paróquia São Roque localizada na praça da Matinha dos Pretos.....	34
Figura 5 – Igreja Nossa Senhora Aparecida na Comunidade de Candeal II.....	37
Figura 6 – Associação Comunitária de Desenvolvimento do Candeal II (ACDC).....	37
Figura 7 – Imagem panorâmica da praça do Candeal II.....	38
Figura 7 – Unidade de Saúde da Família Frei Luiz Alberto Lemos Rodrigues.....	39
Figura 8 – Campo de Futebol de Candeal II.....	39
Figura 9 – Moradora do Candeal II preparando a terra para o plantio em dia nublado.....	40
Figura 10 – Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos - Ano de 2003.....	46
Figura 11 – Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos - Ano de 2007.....	47
Figura 12 – Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos - Atual, pós-reforma.....	47
Figura 13 – Primeira roda de conversa com as crianças da Insituição Escolar (2022).....	57
Figura 14 – Primeira roda de conversa com as crianças da Instituição Escolar (2022).....	57
Figura 15 – Registro do primeiro encontro com a turma (15/08/2022).....	61
Figura 16 – Imagem do primeiro encontro em 15/08/2022.....	62
Figura 17 – Imagem área do Candeal II.....	65
Figura 18 – Feira das Marias no Candeal II.....	66
Figura 19 – Galinheiro típico nas casas dos moradores da comunidade.....	67
Figura 20 – Conversando sobre o poema Meio Ambiente.....	71
Figura 21 – Crianças na construção de desenhos.....	73
Figura 22 – Desenho retrata a poluição causada pelo descarte incorreto do lixo.....	76

Figura 23 – Desenho retratando a coleta do lixo na comunidade de Candeal II.....	77
Figura 24 – Vegetação, sol, nuvens e lagoa para representar meio ambiente no Candeal II... 78	78
Figura 25 – Lagoa na Comunidade de Candeal II.....	79
Figura 26 – Lagoa na Comunidade de Candeal II.....	80
Figura 27 – Desenho feito por estudante para representar meio ambiente no Candeal II.....	83
Figura 28 – Desenho feito por estudante para representar meio ambiente no Candeal II.....	83
Figura 29 – Desenho feito por estudante para representar meio ambiente no Candeal II.....	84
Figura 30 – Casa de farinha no desenho feito pela criança.....	86
Figura 31 – Casa de farinha no desenho feito pela criança.....	86
Figura 32 – Casa de farinha no desenho feito pela criança.....	87
Figura 33 – Conjunto de fotografias registradas pelas crianças.....	90
Figura 34 – Fotografia de coqueiro feita por criança da escola.....	93
Figura 35 – Fotografia de Lavoura de milho feita por criança da escola.....	93
Figura 36 – Construção abandonada e a vegetação.....	95
Figura 37 – Campo de futebol ao lado da escola.....	95
Figura 38 – O céu e as nuvens.....	96
Figura 39 – Vegetação comum no Candeal II.....	97
Figura 40 – Vegetação do Candeal II.....	97
Figura 41 – Plantas ornamentais.....	98
Figura 42 – Planta Medicinal Hortelã miúdo.....	99
Figura 43 – Planta Medicinal Capim Santo e Seriguela.....	100
Figura 44 – Planta Medicinal Eucalipto.....	100

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Levantamento do GT21 "Educação e Relações Étnico-Raciais" e GT 22 "Educação Ambiental" da ANPEd.....	23
QUADRO 2 – Títulos encontrados no catálogo de teses e dissertações da CAPES.....	24
QUADRO 3 – Trabalhos disponibilizados na The Scientific Electronic Library Online - SciELO.....	25

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ACDC – Associação Comunitária de Desenvolvimento do Candeal II
- ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CONAE – Conferência Nacional de Educação
- DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
- EMJPS – Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos
- GT – Grupos de Trabalho
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC – Ministério da Educação
- PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
- PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- PRP – Programa Residência Pedagógica
- SCIELO – Scientific Electronic Library Online
- UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 CAMINHO METODOLÓGICO: A ARTE DE CONVERSAR, IMAGINAR E CAPTURAR</b> .....	21
1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: PESQUISAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM CRIANÇAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	22
1.2 O CAMINHO.....	25
1.3 INSTRUMENTO E PRODUÇÃO DE DADOS E A ÉTICA NA PESQUISA: ESCUTAR PARA APRENDER.....	30
1.4 A ANÁLISE DOS DADOS .....	30
<b>2 ENTRELACES TEÓRICOS: EDUCAÇÃO QUILOMBOLA ESCOLAR, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIÁLOGO INTERCULTURAL DECOLONIAL</b> .....	32
2.1 O CONTEXTO DO TERRITÓRIO.....	33
2.1.1 O DISTRITO DA MATINHA DOS PRETOS .....	33
2.1.2 A COMUNIDADE CANDEAL II COMO TERRITÓRIO CULTURAL DE TEMÁTICAS AMBIENTAIS .....	35
2.1.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	41
2.1.4 A ESCOLA .....	45
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	48
2.3 OS SABERES SENDO DESCOLONIZADOS A PARTIR DA PEDAGOGIA DECOLONIAL E O DIÁLOGO INTERCULTURAL .....	51
2.4 AS CRIANÇAS .....	54
<b>3 O QUE É, O QUE É QUE TEM DE MEIO AMBIENTE NO CANDEAL II? DEIXA AS CRIANÇAS FALAREM!</b> .....	57
3.1 ANCESTRALIDADE CULTURAL NA COMUNIDADE DE CANDEAL II: PRIMEIRA CONVERSA.....	58

3.2 CONTINUANDO A CONVERSA: AS CRIANÇAS CONTAM O QUE TEM NO CANDEAL II .....	64
3.3. UMA CONVERSA A PARTIR DA ESCUTA DE UM CORDEL.....	69
3.4 UMA OUTRA CONVERSA: O MEIO AMBIENTE DO CANDEAL II DESENHADO PELAS CRIANÇAS .....	73
3.5 MAIS DESENHOS E MAIS CONVERSA: A TERRA FÉRTIL DO CANDEAL II .....	81
3.6 A CASA DE FARINHA APARECE NAS CONVERSAS E DESENHOS .....	85
3.7 DESEMPAREDAMENTO FEITO COM CRIANÇAS UTILIZANDO FOTOGRAFIAS: IMAGENS PARA IMAGINAR OUTRAS CONVERSAS .....	90
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

Das porteiras do quilombo à sala de aula.

**Figura 1: Estrada do Candeal II.**



**Fonte:** Arquivo pessoal (2022).

*“Sou biólogo e viajo muito pela savana do meu país. Nessas regiões encontro gente que não sabe ler livros. Mas que sabe ler o seu mundo. Nesse universo de outros saberes, sou eu o analfabeto. Não sei ler sinais da terra, das árvores e dos bichos. Não sei ler nuvens, nem o prenúncio das chuvas. Não sei falar com os mortos, perdi contato com os antepassados que nos concedem o sentido da eternidade. Nessas visitas que faço à savana, vou aprendendo sensibilidades que me ajudam a sair de mim e a afastar-me das minhas certezas”.*

*(Mia Couto, 2009, p.14)*

Essas palavras do moçambicano, biólogo e escritor Mia Couto, citadas no livro “E se o Obama fosse africano?” geraram reflexões e estimularam a vontade de dar início a esta pesquisa. Durante a graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), descobri caminhos que uma bióloga e professora de biologia pode percorrer, dentre esses, estudar os conhecimentos tradicionais e culturais dos povos.

Além disso, reconheci a riqueza desses conhecimentos que são tão diversos, como aborda Mia Couto em sua frase. Nessa caminhada aprendi com pessoas que não sabiam ler, mas conseguiam decifrar os sinais da natureza, como exemplo, a finalidade medicinal de uma planta.

Com isso, no decorrer da minha trajetória acadêmica e pessoal, deparei-me com as diversidades de conhecimentos culturais existentes, vivenciando muitas dessas experiências no local onde nasci e cresci: a comunidade rural de Candéal II, localizada no Distrito de Matinha dos Pretos, Feira de Santana – Bahia, hoje considerada comunidade remanescente de quilombolas, considerada símbolo de luta e resistência, já que existiu a disputa por terras na região e é considerada pela importância de preservar a memória dos antepassados e a identidade tradicional.

Além da oportunidade de estudar sobre os conhecimentos tradicionais na comunidade de Candéal II sobre as plantas medicinais, estagiei em uma escola da comunidade, a mesma em que fui aluna durante o ensino fundamental I. A oportunidade de ser aluna e depois professora, fez-me refletir sobre determinadas questões, gerando várias inquietações. Percebi o quanto a minha localidade merece destaque e um reconhecimento da comunidade externa e, desse modo, foi que me inspirei na realização da presente pesquisa.

Ainda percorrendo o curso de Ciências Biológicas, participei de programas institucionais de iniciação à docência, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Residência Pedagógica (PRP), ambos focavam o desenvolvimento de projetos ambientais nas escolas e com isso fui percebendo a participação ativa dos alunos e o meu empenho para o desenvolvimento de projetos. Logo, despertei o interesse pela educação ambiental e pelas disciplinas de educação na academia e, por esses motivos, pensei: por que não unir o “belo ao agradável”? Afinal, a comunidade merece trabalhos voltados para a valorização de seus conhecimentos tradicionais promovendo um diálogo intercultural e para educação ambiental a fim de formar indivíduos preocupados com as questões ambientais, abrindo assim espaço para socialização dos conhecimentos.

Com isso, a ideia de trabalhar sobre educação ambiental em comunidades quilombolas, deu-se com as experiências vividas no âmbito da universidade e no convívio com a comunidade de Candeal II, local onde vivo, sendo uma forma de visibilizar comunidades tradicionais e as temáticas ambientais que fazem parte diariamente da vida dos moradores.

Além disso, a escolha de crianças do ensino fundamental I, em particular, do 4º ano, que estudam na escola da comunidade citada, é uma forma de perceber como os temas ambientais circulam entre as crianças, recuperando e promovendo a imaginação delas com diferentes linguagens, seja a leitura; rodas de conversas; desenhos e fotografias.

A motivação de trabalhar com crianças, teve a influência do momento acadêmico percorrido, ao realizar a segunda Licenciatura em Pedagogia. Com isso, tive a oportunidade de retornar à Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos, no município de Feira de Santana, e trabalhar com crianças do ensino fundamental I, para realizar o estágio solicitado para conclusão da segunda graduação.

Durante as aulas, percebi a empolgação e atenção daquelas crianças em ouvir atentamente as histórias infantis e, como isso, mexia com a imaginação dos mesmos, e socializavam conhecimentos que tinham sobre o tema de cada história contada.

Sendo assim, esta pesquisa é uma oportunidade de abordar a educação ambiental nas escolas, com foco no diálogo intercultural decolonial valorizando os conhecimentos tradicionais, os ambientais em particular, e resgatando saberes históricos e culturais. Sabe-se da importância do diálogo em todos os espaços e contextos sociais, pois é considerável abri-los para o diálogo nas escolas.

Esses conhecimentos tradicionais são transmitidos de gerações em gerações, principalmente, por meio da oralidade. Ellen e Harris (1996), comentam que esses conhecimentos são repetidos no dia a dia ao longo de diversas gerações, porém, alguns desses,

podem ser perdidos, modificados ou abandonados, isso devido às mudanças de aplicações e produções desses conhecimentos.

De acordo com Kretzmann (2007), os movimentos sociais das últimas décadas têm sua crescente mobilização com a finalidade de denunciar grandes desigualdades sociais e exclusão de grupos menores que estão lutando para que haja o reconhecimento de sua cultura e diferenças, bem como a construção do patrimônio histórico e cultural brasileiro, não pensando apenas na busca pela igualdade, mas pelo respeito às diferenças e a superação do monoculturalismo ocidental, que se apresenta de forma opressora e com caráter dominante e colonial, que o tornou responsável pela situação de degradação ambiental e cultural.

Com isso, Oliveira; Candau (2010, p. 24) consideram a decolonialidade como forma de considerar as lutas dos povos que historicamente foram mais subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber. Ainda de acordo com os autores, nesse processo também se encontra a estratégia da interculturalidade como princípio que orienta pensamentos, ações e novos enfoques epistêmicos e, com isso, considero importante a partilha entre a educação, educação ambiental e os saberes tradicionais, promovendo o diálogo intercultural.

As comunidades tradicionais quilombolas têm relações diretas com o uso de recursos naturais e o uso da terra, podendo serem relacionadas com a Educação Ambiental, como destacam Américo; Dias (2019, p.159), quando asseveram que essas relações estão interligadas no processo de colheita e plantio dos alimentos; as práticas da cura e tratamento por meio das plantas medicinais que envolvem reza e benzimento; as festas religiosas, em que elementos da natureza essenciais à vida, como terra, água e os alimentos são reverenciados.

Dessa forma, Melo (2019) ressalta a importância teórica e metodológica que a imersão nesses territórios requer respeito e compreensão da sua realidade, porque a relação com o ambiente que os cercam, o manejo dos recursos naturais, são estratégias importantes na manutenção e reprodução da comunidade ao longo de suas gerações.

A partir dessa breve apresentação do tema, resalto a importância dessa pesquisa para o campo da educação ambiental decolonial, contribuindo para o acúmulo de conhecimento sobre educação quilombola; promovendo a prática da Lei 10.639-03 e descolonizando os saberes (RUFINO, 2021)

Portanto, motivou-me a ideia de trabalhar com Educação Ambiental em comunidades quilombolas a possibilidade de utilizar os conhecimentos tradicionais como forma de ensinar e aprender sobre outras culturas existentes, abrindo espaço para valorização e diálogo, conhecendo assim, outras formas de pensar e ser. Sendo assim, no contexto da preservação

dos modos de vida tradicionais, como aborda Vieira (2017), podemos compreender a Educação Ambiental como tudo que nos envolve, de forma natural, social e cultural, o que influencia a nós como indivíduos ou como comunidade.

Falar sobre diálogo intercultural na educação ambiental com essas realidades tradicionais quilombolas possibilita que não exista apenas a formação voltada para os recursos ambientais, mas que haja também uma consciência política enquanto sujeitos da sociedade, engajados nos processos de sustentabilidade ambiental e tradicional.

Busco justificar a pretensão de realizar a presente pesquisa na intenção de valorizar os conhecimentos tradicionais das crianças da comunidade quilombola de Candeal II, sendo um viés para esses conhecimentos adentrarem a sala de aula tornando o ambiente mais plural, desmistificando a ideia de hierarquização do conhecimento científico acima dos tradicionais, sendo esses como uma verdade única e absoluta, logo, contribuindo para o diálogo intercultural decolonial na educação ambiental. Reitero que, como moradora da comunidade e professora de ciências, vejo isso como um papel fundamental a ser assumido por mim, enquanto pesquisadora.

Tomando como base o que está sendo apresentado, elenca-se o seguinte problema para orientar a presente pesquisa: de que maneira e quais saberes ambientais são transmitidos por crianças da comunidade quilombola de Candeal II, a partir de diferentes linguagens?

Como objetivo geral desta produção, busca-se compreender os saberes ambientais que são transmitidos por crianças da comunidade quilombola de Candeal II e, a partir disso, pretendeu-se, especificamente: (I) Descrever os traços culturais da comunidade e sua relação com temas ambientais; (II) Investigar as formas utilizadas na Comunidade de Candeal II para a transmissão dos conhecimentos tradicionais relacionados ao ambiente; (III) Identificar, por meio da roda de conversas e atividade de campo, os saberes ambientais.

O texto está organizado da seguinte maneira: inicia-se com a Introdução, que apresenta as minhas motivações pessoais e acadêmicas para o desenvolvimento da pesquisa; uma breve apresentação sobre o problema, objeto e objetivos da pesquisa. Em seguida, no primeiro capítulo, intitulado “Caminhos Metodológicos: a arte de conversar, imaginar e capturar”, os procedimentos metodológicos são apresentados e uma revisão bibliográfica foi realizada nas seguintes bases de dados: Biblioteca da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e plataforma Scielo.

O segundo capítulo: “Entrelaces: Educação Quilombola Escolar, Educação Ambiental e Diálogo Intercultural Decolonial”, aborda-se sobre a comunidade Candeal II, partindo do seu

contexto e discussões sobre territórios culturais quilombolas, conceitos entrelaçados com a Educação Ambiental e suas relações.

No terceiro capítulo, nomeado “aprendendo com as crianças de Candel II sobre meio ambiente”, é apresentado os resultados obtidos a partir das conversas e saída para atividade de campo com as crianças, além do registro das anotações no diário de bordo. Por último, concludo o texto apresentando as considerações finais e inquietações que surgiram durante o caminho investigativo.

## 1 CAMINHO METODOLÓGICO: A ARTE DE CONVERSAR, IMAGINAR E CAPTURAR

Neste capítulo inicial registra-se o caminho percorrido para realização desta pesquisa, descrevendo traçados até chegar ao objetivo. Na primeira seção, apresenta-se o levantamento bibliográfico que serviu como base para esta pesquisa, que por meio dele foi possível observar as lacunas existentes com esse tema de pesquisa. Na segunda seção, na tentativa de sanar um pouco dessas inquietações, trilhou-se o caminho metodológico baseado em rodas de conversas e atividade de campo com as crianças, além do registro das observações no diário de bordo. Destaca-se que neste capítulo, a comunidade e a escola são apresentadas, caracterizando o contexto da pesquisa.

**Figura 2:** Estudantes durante atividades de fotografia.



**Fonte:** Arquivo pessoal (2022).

*“Eu fico com a pureza da resposta das crianças: É a vida! É bonita e é bonita”  
(Gonzaguinha).*

## **1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: PESQUISAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM CRIANÇAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

A revisão bibliográfica foi essencial para a produção da dissertação, pois, conforme assevera Figueiredo (1990), as revisões de literatura constituem um papel importante no desenvolvimento da ciência e fornecem aos profissionais de qualquer área, informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, logo, o pesquisador deve fazer a revisão, produzir dados e assimilá-los para fazer um bom uso do material, pois irá acrescentar nos conhecimentos sobre o assunto. A autora ainda comenta que é importante coletar dados de diferentes trabalhos para compará-los e fornecer amplas visões sobre o conteúdo, constatando o que já foi pesquisado e o que ainda necessita ser.

A partir da revisão realizada, foi possível observar pesquisas que puderam colaborar para o desenvolvimento do atual trabalho, descobrindo novos conhecimentos, além de contribuir para a efetivação dos objetivos propostos, já que podemos observar as lacunas existentes.

Para Bento (2012), a revisão da literatura é uma parte essencial do processo de investigação, sendo que envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia através de revistas científicas, livros, atas de congressos, resumos etc. relacionada com a sua área de estudo; é, então, uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema.

Para Bento (2012), é indispensável a revisão da literatura, do ponto de vista metodológico, não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas, saturação e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento.

Diante do que foi apresentado, a revisão bibliográfica da presente pesquisa foi realizada nas plataformas de dados digitais e auxiliaram na escrita teórica e no desenvolvimento dos objetivos, metodologia e problema. Com isso, buscou-se fazer o presente levantamento bibliográfico, identificando artigos, teses, dissertações e publicações em geral nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e no Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), fazendo um mapeamento nas produções relacionados ao meu objeto de pesquisa, durante o período compreendido entre 2011 até 2021.

Este intervalo de tempo se justifica por ser o período compreendido de uma década que, na maioria das vezes, é o período que é considerado suficiente para uma visão panorâmica. O ano de 2021 foi escolhido por ser o ano da realização da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Educação, momento em que a revisão bibliográfica foi solicitada para avaliação e, desse modo, utilizando-se os dez anos, iniciou-se a revisão no ano de 2011.

Considerando que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação é um dos eventos mais importantes da educação brasileira, realizamos uma busca por textos em seu site, com a delimitação em dois Grupos de Trabalho (GT): o 21, intitulados "Educação e Relações Étnico-Raciais" e o GT 22 "Educação Ambiental". A escolha desses GT se deu ao fato de maior aproximação com a temática da pesquisa, fazendo o levantamento entre 34ª a 40ª Reunião, que corresponde ao recorte temporal de 2011 a 2021, utilizando os descritores: "comunidades tradicionais", "educação quilombola", "diálogo intercultural" "infância".

Também foram realizadas buscas na Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scientific Electronic Library Online/SciELO), que se trata de uma biblioteca digital de livre acesso. No Portal de Periódicos CAPES, assim como no SciELO, foram utilizados os descritores: "educação ambiental", "educação quilombola", "comunidades tradicionais", "decolonialidade", "ensino de ciências", "infância" e "diálogo intercultural".

A pesquisa foi realizada utilizando tais descritores e, em seguida, foi lido o resumo dos trabalhos e, posteriormente, realizada a leitura completa para serem destacados os pontos importantes, conforme o objeto de pesquisa desta dissertação. Os resultados estão organizados nos quadros 1, 2, 3, a seguir.

#### **Quadro 1 - Levantamento do GT21 "Educação e Relações Étnico-Raciais" e GT22 "Educação Ambiental" da ANPED**

<b>GT/Reunião</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>
GT21/35 <sup>a1</sup>	Saberes tradicionais e as possibilidades de seu trânsito para os espaços escolares	Antônio Jacó Brand
GT21/35 <sup>a</sup>	A-IAN-MADÊ? Processo educacional de crianças quilombolas na escola da cidade	Mille Caroline Rodrigues Fernandes - UNEB/PPGEDUC
GT21/35 <sup>a</sup>	Sobre maçãs e sobre mangas: notas de uma pesquisa em diálogo com crianças afro-brasileiras e com a literatura	Claudia Alexandre Queiroz Mailsa Carla Pinto Passos
GT21/36 <sup>a2</sup>	Educação escolar quilombola: Diálogos e interfaces entre experiências locais e a institucionalização de	Kalyla Maroun Suely Noronha de Oliveira

<sup>1</sup> 35ª Reunião Anped aconteceu em 2012.

<sup>2</sup> 36ª Reunião Anped aconteceu em 2013.

	uma nova modalidade de educação no brasil	Edileia Carvalho
GT22/37 <sup>a3</sup>	O saber fazer de uma comunidade tradicional e a escola: Possibilidades de diálogos	Jaqueline Maria Alexandre Weiler Antonio Fernando Silveira Guerra
GT21/38 <sup>a4</sup>	Contribuições dos processos educativos presentes em uma comunidade remanescente de quilombo para a construção de uma educação escolar quilombola	José Eustáquio de Brito Agda Marina Ferreira Moreira

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Conforme pode ser visto no quadro 1, apenas seis trabalhos tiveram alguma relação com o objeto de pesquisa. Assim, destaca-se a escassez trabalhos de semelhanças com a minha pesquisa nesse evento que, conforme já foi mencionado, é de uma associação científica considerada de maior prestígio acadêmico na área da pós-graduação e pesquisa em Educação. É importante levar em consideração que, mesmo com esse prestígio, é um evento que tem aceitado, no máximo, vinte e dois trabalhos para a apresentação.

A seguir, apresenta-se a relação de dissertações e teses encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. No Periódicos Capes, foram encontrados apenas quatro trabalhos com semelhanças com o meu objeto de estudo. Foram pesquisados trabalhos entre os anos de 2011 a 2021 com as palavras-chaves: educação quilombola, educação ambiental, crianças, interculturalidade.

#### Quadro 2 – Títulos encontrados no catálogo de teses e dissertações da CAPES

Ano		Título	Autor(es)
2018	Dissertação	Juventudes quilombolas: Memória, resistência e construção de identidades	SANTOS, José Rodrigo Pontes dos.
2017	Dissertação	Etnicidade, educação e reconhecimento de si entre as crianças quilombolas da comunidade Nova Esperança	MATOS, Wesley Santos de.
2014	Tese	Ecologia de saberes: a experiência do diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional na comunidade quilombola da Rocinha	SANTOS, Luciana Marinho
2014	Dissertação	Saber local e as conexões para a educação ambiental	SANTANA, Adriano Luiz NETO, Germano

<sup>3</sup> 37ª Reunião Anped aconteceu em 2015.

<sup>4</sup> 38ª Reunião Anped aconteceu em 2017.

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

**Quadro 3 – Trabalhos disponibilizados na The Scientific Electronic Library Online  
- SciELO<sup>5</sup>**

Ano	Título	Autor(es)
2019	Patrimônio Afro-Brasileiro no Contexto da Educação Escolar Quilombola	Monteiro, Elaine ; Reis, Maria Clareth Gonçalves

Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Com base no levantamento bibliográfico realizado nas plataformas de bases de dados, foi possível observar a escassez de trabalhos acerca do tema desta pesquisa, o que confere a originalidade do tema. Muitos trabalhos foram encontrados em relação aos conhecimentos e concepções dos professores, mas não investigando diretamente os estudantes (crianças).

Logo, podemos concluir que é um tema que deve ser investigado e estudado ainda mais, principalmente quando se trata da relação entre educação ambiental em comunidades quilombolas que propõem a interculturalidade associada à educação ambiental, tendo como protagonistas as crianças. Além disso, foi possível observar que há produções recentes e isso pode ser um indício que há pesquisas que tratam do tema em tela.

Dentre as produções de trabalhos apresentados na ANPEd, artigos publicados na plataforma Scielo e dissertações e teses na plataforma da CAPES, algumas delas serão anunciadas com mais detalhes tanto no quadro teórico, quanto na parte analítica do texto.

Sendo assim, partindo da lacuna observada com este levantamento bibliográfico, constato a importância da pesquisa para a comunidade acadêmica.

## 1.2 O CAMINHO

Boaventura de Souza Santos (2010), comenta que na Ciência Moderna há dois tipos de paradigmas: paradigma dominante, uma racionalidade científica hegemônica que oculta outras formas de conhecimentos que não estejam pautados em seus princípios epistemológicos e o paradigma emergente que, segundo o autor, põe em crise o paradigma dominante, já que questiona e faz repensar sobre as questões sociais e teóricas. Dessa maneira, surge a necessidade de pensar em outras epistemologias que não sejam eurocêntricas, a fim de valorizar outras formas de conhecimentos.

<sup>5</sup> Do mesmo modo que os trabalhos apresentados na ANPEd, há um número restrito de periódicos que estão na plataforma Scielo. É possível, portanto, ter uma visão geral do que foi publicado sobre o tema.

A ciência encontra-se duplamente ao serviço da globalização hegemônica, quer pela maneira como a promove e a legitima, quer pela maneira como desacredita oculta ou trivializa a globalização contra hegemônica. A hegemonia pressupõe um policiamento e uma repressão constantes das práticas e dos agentes contra hegemônicos. Desacreditar, ocultar e trivializar a globalização contra hegemônica dá-se, em grande parte, conjuntamente com o desacreditar, ocultar e trivializar os saberes que informam as práticas e os agentes contra hegemônicos. Perante saberes rivais, o conhecimento científico hegemônico ou os converte em matéria-prima (como é o caso dos saberes tradicionais sobre biodiversidade) ou os rejeita na base da sua eficácia (SANTOS, p.46, 2007).

Analisando essa dualidade na Ciência Moderna, considerando a existência de dois tipos de paradigmas, destaca-se a importância dessa pesquisa por ter discussões pautadas no paradigma emergente.

Para percorrer o caminho metodológico, de modo a contribuir para a compreensão do fenômeno estudado, adota-se nesta pesquisa a abordagem qualitativa, sendo definida por Godoy (1995) como pesquisa de caráter descritivo com enfoque indutivo, de modo a considerar o ambiente natural como fonte primária de dados e o pesquisador sendo instrumento fundamental para realização dessa pesquisa.

Para além, Denzin e Lincoln (2006, p.17) definem pesquisa qualitativa como:

Uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalística, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas e eles conferem.

Com isso, opta-se por fazer uma pesquisa do tipo narrativa sendo conceituada por Paiva (2008, p.3) como:

A pesquisa narrativa mais comum pode ser descrita como uma metodologia que consiste na coleta de histórias sobre determinado tema onde o investigador encontrará informações para entender determinado fenômeno. As histórias podem ser obtidas por meio de vários métodos: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, e notas de campo.

Para realizar esta pesquisa, a conversa foi utilizada como uma narrativa para a produção de dados, baseado em Albuquerque (2010, p. 5) que comenta:

A conversa como metodologia de retro-reflexão vem sendo utilizada por alguns grupos que buscam nesta prática criar um lugar de encontro onde os sujeitos possam reinventar a si e a suas realidades através da palavra compartilhada. (ALBUQUERQUE, 2010, p.55).

Albuquerque (2010) comenta que essas conversas vêm sendo amplamente utilizadas como metodologia por alguns grupos que buscam nesta prática criar um lugar de encontro em

que os participantes da pesquisa possam reinventar a si e a suas realidades através da palavra compartilhada. Logo, consideramos a importância de realizar esta pesquisa utilizando as conversas, de forma democrática e afetiva, sendo direcionada por um determinado tema; um espaço em que os participantes possam socializar seus conhecimentos e saberes.

A escolha de realizar a conversa com crianças deu-se devido ao fato que a infância é o momento em que se iniciam as descobertas e conhecimentos, que as crianças são curiosas e questionam os saberes da prática. Pesquisar com crianças é reconhecer que essas são capazes de participar, é dar visibilidade a saberes construídos nos primeiros momentos da vida, como comenta Aline Mafra:

[...] é necessário reconhecer que há uma nova forma de se ver a infância, e sendo assim, é certa a necessidade de também se pensar em uma nova forma de reconhecer essas crianças como capazes e competentes para participarem de pesquisas que as envolvam. Dar visibilidade às crianças, às suas falas, expressões, sentimentos, gostos, gestos e frustrações é uma das maneiras de pensar na pesquisa como interlocução entre pesquisadores e crianças. (MAFRA, 2015, p. 118)

Dessa maneira, pesquisar com crianças é torná-las atrizes protagonistas da própria história, visibilizar e valorizar os conhecimentos que detém. Proporcionar conversas por meio das rodas de conversas e socialização com os colegas, é importante para ativar a imaginação das crianças tornando um momento enriquecedor.

No primeiro encontro, as crianças foram organizadas em um círculo, caracterizando assim a roda de conversa e tendo como base os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil, propostos por Azoilda Trindade (2018). A circularidade tem uma grande significância, já que recorda momentos da vivência familiar e afetiva desses estudantes:

A roda tem um significado muito grande, é um valor civilizatório afrobrasileiro, pois aponta para o movimento, a circularidade, a renovação, o processo, a coletividade: roda de samba, de capoeira, as histórias ao redor da fogueira (TRINDADE, 2018, p. 33).

Ainda com base nos valores civilizatórios, considerou-se a oralidade como meio de expressão dessas crianças, já que nela estão expressas as marcas e sentidos da vivência, como afirma a autora:

Muitas vezes preferimos ouvir uma história que lê-la, preferimos falar que escrever... Nossa expressão oral, nossa fala é carregada de sentido, de marcas de nossa existência. Faça de cada um dos seus alunos e alunas contadores de histórias, compartilhadores de saberes, memórias, desejos, fazeres pela fala. Falar e ouvir podem ser libertadores (TRINDADE, 2018, p. 33).

Em outro momento, aconteceu a conversa individual (apêndice A) com os/as estudantes, em local reservado no ambiente escolar. As questões foram elaboradas para a conversa pela entrevistadora e entrevistador<sup>6</sup>, levando em conta o embasamento teórico; as anotações do diário de bordo a partir das observações e as informações que desejávamos recolher para atingir os objetivos propostos na pesquisa.

Angelo (2011) destaca que as rodas de conversas com crianças podem ocorrer em diferentes momentos no ambiente da sala de aula, incluindo diversas situações, tendo a criança como protagonista e incentivada a expor suas ideias, opiniões e maneiras de ver o mundo. As rodas de conversas promovem uma construção coletiva de encaminhamentos necessários à resolução de conflitos que surgem dentro ou fora da sala de aula, “falando e escutando” como relata o autor.

Promover momentos como as rodas de conversas para ouvir crianças é uma maneira de valorizar suas falas, trazendo suas vivências e expressar suas ideias e imaginações, sendo um ambiente democrático, com isso, é importante o pesquisador estar atento às falas das crianças. Angelo (2011, p. 63) relata que:

A criança, como sujeito de voz, na relação dialógica com o outro vai se constituindo também como sujeito que se produz na linguagem e que também produz, na medida em que aprende o mundo e que o reinterpreta por suas ações. Em algumas falas recolhidas no cotidiano da Educação Infantil, a roda de conversa é apontada pelas educadoras como espaços que possibilita o aprendizado e o exercício democrático da linguagem.

Dessa forma, ouvir a criança faz com que ela sinta-se protagonista e venha a desenvolver sua autonomia e desde essa faixa etária um senso crítico. Como comentam Oliveira-Formosinho e Lino (2008), que para desenvolver cidadãos críticos e participativos na sociedade é fundamental essa construção desde a infância:

Se queremos contribuir para o desenvolvimento cívico de cidadãos participativos desde os anos da infância, temos de saber construir um cotidiano dialogante nas instituições de educação de infância, um cotidiano onde a prática de escutar o outro é sustentada, onde escutar as crianças não é um processo seletivo de que nos interessa ouvir... mais um processo aberto, sentido como necessário, desafiante e ético. (OLIVEIRA-FORMOSINHO; LINO, 2008 p. 70-71)

Seguindo a inspiração metodológica baseada em Barreto (2021), foi adotada uma observação participante para que houvesse aproximação entre a pesquisadora com os participantes da pesquisa, garantindo a interação e uma forma de conquistar a confiança, como aborda Corsaro (2009).

---

<sup>6</sup> O entrevistador foi o orientador que participou em alguns momentos da parte empírica.

A utilização de desenhos para a produção de dados na pesquisa, despertou a criatividade das crianças, em um espaço que puderam criar pontes entre o mundo real e imaginário, sobre o local que estão inseridas, como afirma Júnior, Oliveira e Ribeiro:

Através dos desenhos as crianças percebem formas de dizer coisas, e podem ser usadas como instrumentos valiosos no dia-a-dia do professor que ao interpretá-los, pode obter resultados que irão facilitar o desenvolvimento e a aprendizagem na sala de aula, já que muitos utilizam o desenho como uma forma de ganhar tempo e distrair as crianças, o desenho pode ser utilizado desde que tenha uma finalidade como descobrir possíveis problemas. Quando criança, a arte de desenhar flui espontaneamente e não deve ser comparada a técnicas do adulto. Sendo assim as ideias individuais que fluirão durante o desenho vão depender muito da cultura, dos hábitos, dos desejos, das oportunidades, do modo de vida e do meio em que o indivíduo está inserido. Esta espontaneidade ocorrerá de forma positiva quando a criança sentir vontade e não se sentir pressionada a fazer algo que ela não queira; afinal de contas, desenhar não é um ato imediato, pois é necessário concentração e associar o mundo a sua volta para só assim decodificar o que foi de fundamental e formular o desenho (JÚNIOR; OLIVEIRA; RIBEIRO, 2012, p. 3).

Aliado às rodas de conversas e aos desenhos, a fotografia é uma ferramenta que ativa a criatividade das crianças, fazendo com que elas explorem o espaço e os elementos que estão à sua volta. As fotografias são consideradas por Roldán (2012, p.45) como um reflexo objetivo da realidade:

A fotografia foi considerada, quase desde seu início, reflexo objetivo da realidade e, por conseguinte tecnicamente útil em certas tarefas menores da atividade científica, como a ilustração de textos, a documentação de sucessos ou fenômenos, fonte de dados primários ou divulgação de resultados.

A fotografia é uma maneira de propor o contato dos estudantes com o meio que estão inseridos e, nesta pesquisa, as crianças foram convidadas a saírem da sala de aula para realizarem uma prática de observação do meio ambiente no entorno da escola, inspirando-se na proposta de Léa Tiriba (2018), que desenvolve pesquisas com crianças e a relação com a natureza e que aborda sobre o conceito de “desemparedamento” da sala de aula, permitindo que as crianças possam explorar outros espaços na escola e, principalmente, fora dela, para observar e fotografar aquilo que consideram importante.

### **1.3 INSTRUMENTO E PRODUÇÃO DE DADOS E A ÉTICA NA PESQUISA: ESCUTAR PARA APRENDER**

O percurso metodológico iniciou-se em abril de 2021 contando com a análise do projeto preliminar com o orientador, discutindo os caminhos a serem percorridos, ampliando o referencial bibliográfico e definindo os rumos do projeto, que foi apresentado ao Comitê de Ética em dezembro de 2021, sendo aprovado para a realização da pesquisa em abril de 2022.

Para o início da parte empírica desta pesquisa, no primeiro momento, houve o contato com a direção escolar para a devida autorização da realização da pesquisa e o próximo passo foi o contato com a professora da turma para que fosse apresentado o projeto e, em seguida, aconteceu a apresentação aos responsáveis dos estudantes participantes e aos mesmos, incluindo a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice B) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (apêndice C).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UEFS, visando preservar a imagem e integridade das crianças participantes, obedecendo o que regulariza as Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Res. CNS 196/96, II. 4.

Em abril de 2022 houve a aprovação do comitê para a realização da parte empírica da pesquisa e, a partir de julho, por conta da disponibilidade da escola e da professora, as rodas de leituras e conversas foram mediadas pela pesquisadora e pesquisador<sup>7</sup>, em alguns momentos aconteceu a participação da professora da turma, sobretudo nos momentos de manutenção da rotina.

Nas conversas com a turma, aconteceu a gravação das falas e anotações no diário de bordo. Destaca-se que em relação à conversa individual com os estudantes, aconteceu apenas a gravação da voz e toda a etapa metodológica aconteceu durante o horário de aula dos/as estudantes, previamente acordado com a professora e diretora da escola.

### **1.4 A ANÁLISE DOS DADOS**

A etapa de análise e interpretação de dados teve como base Minayo, Deslandes e Gomes (2007, p.87) que destacam os procedimentos metodológicos como: “categorização, inferência, descrição e interpretação”. Na conversa individual foram produzidos dados sobre os conhecimentos relacionados a temas ambientais dos estudantes e, para essa conversa, foram

---

<sup>7</sup> Conforme foi mencionado anteriormente, também foram mediadas pelo pesquisador que auxiliou na parte empírica (roda de conversa, contação de história e captura de fotografia).

utilizadas as fotografias capturadas pelos estudantes. Utilizamos nomes fictícios para nos referirmos aos estudantes, garantindo assim a preservação da identidade e assegurando a confidencialidade<sup>8</sup>.

A metodologia dessa pesquisa, teve inspiração na dissertação de mestrado nomeada “Com licença, senhor narrador! Hoje vou contar a minha história!”: conversando, ouvindo e contando histórias infantis pretas com/para crianças, de Daniela Coutinho Barreto, tendo como proposta ouvir as crianças, sem influenciá-las, diante de situações e histórias que surgirem espontaneamente, observando as expressões corporais, gestuais e faciais (BARRETO, 2021).

A escolha da instituição de ensino, Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos, para realizar esta pesquisa, deu-se por ser a única escola pública presente na comunidade quilombola de Candéal II. A pesquisa foi realizada com a turma do quarto ano do ensino fundamental I, sendo essa turma escolhida por ser a que aborda sobre os conteúdos relacionados ao meio ambiente. Os estudantes tinham faixa etária em torno de 10 anos de idade.

---

<sup>8</sup> O projeto foi autorizado pelo Comitê de ética, em 28 de março de 2022. Processo número 5555721.6.0000.0053.

## 2 ENTRELACES TEÓRICOS: EDUCAÇÃO QUILOMBOLA ESCOLAR, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIÁLOGO INTERCULTURAL DECOLONIAL

**Figura 3:** Candel II.



**Fonte:** Arquivo pessoal (2022).

## 2.1 O CONTEXTO DO TERRITÓRIO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em um estudo realizado em 2019 (BRASIL, 2019), estima-se que há 5.972 comunidades quilombolas no Brasil<sup>9</sup>. Em 2022, esse número chegou a 6.000 comunidades e a estimativa do IBGE é que essas localidades estejam divididas em 1.672 municípios brasileiros, sendo a região Nordeste a que mais concentra essa população, seguida da região Sudeste, Norte, Sul e, por último, a região Centro-Oeste. Dos estados brasileiros, a Bahia é o que tem o maior número de comunidades quilombolas, totalizando 1.046<sup>10</sup>. Na cidade de Feira de Santana (BA), existem três comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares, quais sejam: Lagoa Grande, Matinha dos Pretos e Candeal II.

### 2.1.1 O DISTRITO DA MATINHA DOS PRETOS

A Matinha dos Pretos é um distrito de Feira de Santana desde 2008, pois anteriormente era considerada uma comunidade do distrito de São José e, em 2014, foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola<sup>11</sup>. Está localizado há aproximadamente 20 km do centro de Feira de Santana, tendo acesso pela BR 116 norte.

A Praça São Roque, esteticamente, é de uma localidade mais urbana, como comenta Souza (2014) onde existem muitas ruas e loteamentos, algumas destas calçadas; a estrada que liga a comunidade à BR 116 Norte para acesso à cidade de Feira de Santana é asfaltada; a arquitetura das residências é muito próxima a das residências urbanas, com grades, portões e muros altos; a comunidade dispõe ainda de transporte público regular; linhas de ônibus escolar nos três turnos para transportar estudantes rumo às instituições escolares públicas da cidade de Feira de Santana, além de estudantes de outras localidades do distrito que estudam na Matinha dos Pretos.

Na praça ainda estão localizados: a paróquia de São Roque; a Unidade de Saúde da Família; posto policial; unidade dos correios; farmácia e duas escolas da rede municipal, que

---

<sup>9</sup> Fonte: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html>

<sup>10</sup>

[https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html#:~:text=O%20IBGE%20n%C3%A3o%20tem%20uma,de%20localidades%20ind%C3%ADgenas%20\(827\).](https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html#:~:text=O%20IBGE%20n%C3%A3o%20tem%20uma,de%20localidades%20ind%C3%ADgenas%20(827).)

<sup>11</sup>

<http://www.ipatrimonio.org/feira-de-santana-quilombo-matinha-dos-pretos/#!/map=38329&loc=-12.24156643167208,-38.99617944222433,17>

atendem da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental II e, próximo à praça, tem o estádio de futebol.

É muito comum na comunidade os moradores serem pequenos produtores, que plantam nos quintais de casa e comercializam nas feiras livres do centro de Feira de Santana ou utilizam para o consumo próprio. Outro fato comum entre os moradores do distrito é o deslocamento diário do distrito para o centro da cidade para trabalharem. Como na comunidade a escola só atende até o 9º ano do ensino fundamental, para a conclusão do ensino regular, os estudantes se deslocam para escolas dos bairros vizinhos ou do centro urbano e esses estudantes são atendidos pelo transporte escolar.

Na comunidade são muito comuns os torneios de futebol, sendo praticado principalmente pelos moradores do sexo masculino ou moradores de outras comunidades do distrito ou bairros da zona urbana.

**Figura 4:** Paróquia São Roque localizada na praça da Matinha dos Pretos.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (01/05/2022).

Na sua dissertação, Souza (2014) retrata as falas dos moradores mais antigos da comunidade, que a Matinha dos Pretos teve sua origem com os negros escravizados que fugiam da Fazenda Candéal, que era propriedade do Sr. José Vitorino de Oliveira, e formaram um quilombo nas proximidades dessa, que tinha como característica ser uma mata densa,

pequena e fechada, sendo definida como quilombo entre o século XIX a XX, daí o nome Matinha. Com isso, Lima (2009, p.9) também comenta:

Inicialmente, uma pequena mata fechada, uma “matinha” afastada do território da fazenda da casa grande. Depois, instrumento de resistência dos sujeitos que fugiam do regime escravista de trabalho. Nesta pequena mata, a resistência ao modelo social do Estado que estava posto no Brasil em seus períodos colonial e imperial ganhou corpo, pois estas organizações seguiam em contradição ao que era imposto pelos valores sociais e econômicos da sociedade hegemônica. Assim ela não é apenas uma ‘matinha’, é a Matinha dos Pretos.

Os moradores ainda relatam sobre a ocorrência de uma epidemia da peste bubônica em 1922 que atingiu a região do Jacu, atual comunidade da Matinha. Segundo relatos dos moradores abordados por Souza (2014), uma moradora da região fez uma promessa que se a epidemia não se espalhasse até a comunidade da Matinha, mandaria fazer um cruzeiro em homenagem a São Roque.

Não chegando a epidemia até a localidade, a moradora, identificada na memória local por D. Antônia, cumpriu com a sua promessa, o que levou à fundação da capela da Matinha, hoje a paróquia São Roque, padroeiro da comunidade, e a construção de casas nas proximidades, núcleo original da atual comunidade quilombola de Matinha, sede do distrito de mesmo nome. Ressalta-se também a disputa de terras que aconteceu na região do Candéal II, que resultou na morte de um morador e prisão de outros, o que será abordado na próxima seção.

### **2.1.2 A COMUNIDADE CANDEAL II COMO TERRITÓRIO CULTURAL DE TEMÁTICAS AMBIENTAIS**

As comunidades remanescentes de quilombos são ricos territórios culturais e são formados quando há identificação, significação e apropriação do espaço. Sendo assim, quando falamos em territorialidade estamos nos referindo também à dimensão simbólica e cultural do espaço (MELO, 2019, p.52), além de representar para os afrodescendentes uma referência positiva em relação às lutas por uma sociedade justa e sem desigualdades.

A comunidade de Candéal II, pertencente ao Distrito de Matinha dos Pretos, localizado no município de Feira de Santana – Bahia, é uma comunidade quilombola, ressaltando que o Distrito da Matinha também é remanescente de quilombo. Souza (2016), em seu trabalho, aborda sobre a história do Candéal II, tratando-a como uma comunidade que teve origem de

Fazendas existentes na região e ainda comenta sobre os conflitos entre fazendeiros e trabalhadores rurais negros que marcaram as lutas pela posse de terras.

A Comunidade de Candéal II é rural, tem uma estrada de terra que liga até à zona urbana de Feira de Santana; constituída por um posto de saúde; uma escola municipal, que abrange do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental I (anos iniciais); uma associação de moradores, que é caracterizada pelos moradores por serem pequenos produtores, no qual fazem o plantio de milho, feijão, mandioca, frutas etc., além da criação de animais de pequeno porte como bovinos, suínos e frangos.

Apesar de as casas serem afastadas, têm sua estrutura de modelos mais modernos; os moradores possuem em torno de uma a três tarefas de terra<sup>12</sup>. Além disso, na comunidade é comum observar o uso das plantas medicinais, com a finalidade de prevenção, tratamento e cura de algumas doenças, e esses conhecimentos são transmitidos ao longo das gerações.

Candéal II, assim como outras comunidades quilombolas, trilham um caminho em busca de seus direitos, educação, visibilidade e resistência. Fonseca (2021) comenta que o nome “Candéal” tem relação com a vegetação de mata fechada, com muitas plantas no início da sua povoação nos meados do século XIX, sendo uma comunidade matriarcal formada por negros descendentes de africanos escravizados no Brasil.

A comunidade Candéal teve origem do quilombo Cerrado, considerado o primeiro da cidade de Feira de Santana, que também foi a matriz para a formação de outros dois grandes quilombos: Lagoa Grande e Matinha dos Pretos. Atualmente, a comunidade Cerrado compreende parte das comunidades de Matinha e Baixão. A formação de outras comunidades deu-se a partir da ramificação das famílias em busca de terras.

Nos dias atuais, conforme já foi mencionado, Candéal II faz parte do Distrito de Matinha dos Pretos, que também é formado por outras comunidades como: Jacu, Candéia Grossa, Alecrim Miúdo, Olhos D’Água das Moças, Moita da Onça, Tanquinho e Baixão.

Dessa forma, podemos perceber que a comunidade tem fortes relações com tradições religiosas, em diversos segmentos, como o catolicismo, o candomblé e o evangélico. Manifestações culturais e festas religiosas são comuns na região, tais como: a baita de feijão, samba de roda, manifestações ligadas à cultura afrodescendente, festa em celebração à Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Candéal II, que nomeia a igreja da Comunidade. Anualmente, na data 12 de outubro, acontece a celebração em comemoração à Nossa Senhora

---

<sup>12</sup> Uma tarefa de terra equivale aproximadamente 4.356 m<sup>2</sup>

Aparecida na igreja da comunidade, que reúne centenas de fiéis, e fica localizada na praça principal do Candéal II.

**Figura 5:** Igreja Nossa Senhora Aparecida na Comunidade de Candéal II.



Fonte: Arquivo Pessoal (24/04/2022).

Na praça do Candéal II também está localizada a Associação Comunitária de Desenvolvimento do Candéal II (ACDC), que tem como objetivo a Defesa dos Direitos Sociais, local onde os moradores se reúnem para discutir melhorias para a localidades, além de outras atividades sociais e culturais que acontecem nesse espaço e promovidos por ele.

**Figura 6:** Associação Comunitária de Desenvolvimento do Candéal II (ACDC).



Fonte: Arquivo Pessoal (24/04/2022).

**Figura 7:** Imagem panorâmica da praça do Candéal II.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (24/04/2022).

Na comunidade tem uma Unidade de Saúde da Família (USF), Frei Luiz Alberto Lemos Rodrigues (Frei Beto) e conta com sala de vacina, curativo, almoxarifado, lavagem e esterilização de materiais, farmácia, copa, consultório médico, consultório odontológico e consultório de enfermagem<sup>13</sup>. A unidade de saúde, chamada popularmente na comunidade de posto de saúde, está localizada atrás da Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos e atende a comunidade local e circunvizinha.

---

<sup>13</sup> Dados: Secretaria Municipal de Saúde de Saúde de Feira de Santana. Fonte: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Unidade%20de%20Sa%FAde%20Candéal%20II%20ser%E1%20inaugurada%20nesta%20segunda-feira&id=14&link=secom/noticias.asp&idn=24473>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

**Figura 7:** Unidade de Saúde da Família Frei Luiz Alberto Lemos Rodrigues.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (24/04/2022).

Ao lado da unidade de saúde e da escola tem um campo de futebol que é utilizado pelas pessoas da comunidade, principalmente, aos domingos, para atividades de lazer e diversão. Ressalta-se que todo esse terreno foi doado pela família de Joaquim Pereira dos Santos, como abordaremos na seção 3.2 no capítulo III.

**Figura 8:** Campo de Futebol de Candéal II.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (24/04/2022).

A comunidade Candeval II tem relações diretas com o uso da terra, sendo comum a agricultura familiar e de subsistência, isto é, a terra é uma forma de resistência e existência cultural desse povo. Dessa forma, pode-se considerar a ligação entre os conhecimentos relacionados aos temas ambientais que os moradores possuem, e passam para as gerações seguintes; crianças e jovens que aprendem desde cedo os cuidados com o meio ambiente.

Práticas como arar e adubar a terra, tempo de plantar e colher, cuidados com a coleta de lixo, cuidado com as plantas e animais de criação, uso das plantas medicinais, entre outros temas. No período entre abril e maio, os pequenos produtores começam a preparação da terra para o plantio de milho, feijão e mandioca, e é nesse período que mais chove e isto ajuda no desenvolvimento das lavouras. Os moradores esperam muito por esse período chuvoso para iniciar as plantações, é possível observar a relação de fé exercida pelos produtores, que pedem para que seja um ano de boas colheitas e chuva.

Como moradora da comunidade onde está sendo realizada a pesquisa, sinto-me inserida nos costumes, vivências e experiências locais. Assim como outros moradores, a minha família também tem costumes e práticas comuns, como por exemplo, o plantio e criação de animais para consumo próprio. Na figura abaixo (figura 9) retrata-se uma moradora da comunidade, espalhando o esterco, fertilizante natural utilizado para preparar a terra para plantação, e com isso dá seguimento aos próximos passos do plantio.

**Figura 9:** Moradora do Candeval II preparando a terra para o plantio em dia nublado



**Fonte:** Arquivo Pessoal (01/05/2022).

### 2.1.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Em 2003 foi aprovada a Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. Esses conteúdos deverão ser abordados em todo o âmbito escolar, preferencialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa, História, Educação Artística e Literatura. Diante disso, as disciplinas devem abordar sobre a cultura negra brasileira e a formação da sociedade resgatando as contribuições dos negros para isso. As escolas também passaram a adotar o dia 20 de novembro com “Dia da Consciência Negra”. Foram acrescentados os artigos 26 - A e 79 - B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Dessa maneira, a Conferência Nacional de Educação - CONAE (2010, p. 131-132) menciona que o governo federal, Estados e municípios em relação a educação quilombola deverão:

I - Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.

II - Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.

III - Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/as profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.

IV - Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.

V - Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.

VI - Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.

VII - Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

VIII - Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas.

Essas comunidades possuem singularidades particulares quando se trata sobre sua cultura, dimensões políticas, históricas e sociais quanto à sua origem e localização. O Ministério da Educação (BRASIL, 2012) aponta que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola representam uma vitória dos movimentos sociais, pois elas nasceram na base, a partir da luta da população negra, mais especificamente do movimento quilombola. Uma revolução no ensino brasileiro tendo em vista que as referidas diretrizes orientam os sistemas de ensino a valoriza os saberes, as tradições e o patrimônio cultural das comunidades remanescente de quilombos, algo impensável em outras épocas.

Américo e Dias (2019) narram sobre as comunidades quilombolas e o conceito de “aquilombamento”, remetendo-se aos conflitos sociais, práticas e políticas ininterruptas pela existência de seus povos, que foi vivenciado por diferentes gerações, e que ainda assim estão diante do antagonismo do reconhecimento da humanidade.

Os povos quilombolas, ainda de acordo com Américo e Dias (2019), lutam pela sobrevivência ou simplesmente por existirem em plenitude, reivindicando a defesa da existência cultural, histórica e até mesmo física.

No Brasil, as comunidades quilombolas têm seu início no processo de escravização e colonização, como abordam os autores:

A compreensão do processo de aquilombamento das comunidades quilombolas no Brasil, ao delimitarmos a história do capitalismo e da modernidade/ colonialidade, tem sua origem no período da colonização/escravização eurocêntrica nos países colonizados da África a partir do século XV, período em que se instaurou naquele continente e também nas Américas um estado de servidão, coerção física e psicológica e desigualdades econômicas, de raças e de gênero. Os povos originários e africanos foram submetidos à ideologia do conceito raça e sub-raças e a condições sub-humanos (AMÉRICO; DIAS, 2019, p. 154).

Recorda-se que os negros não foram passivos durante o processo de escravidão, muito menos após esse período, pois a busca por uma cidadania plena constitui esses movimentos sociais negros no Brasil na modernidade. Atualmente, o Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos

quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no seu art 2º estabelece:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

As comunidades quilombolas são consideradas comunidades tradicionais, baseado no decreto número 6.040, de 2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), instituída pelo Decreto, define que:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Sendo assim, essas comunidades tradicionais se reconhecem como tais, que possuem sua própria forma de organização social no espaço que ocupam, tendo relações diretas com recursos naturais a fim de perpetuarem sua cultura e seus conhecimentos e práticas que serão transmitidos para próximas gerações, pois esses saberes são patrimônios que devem ser preservados e perpassados a gerações futuras.

Sobre as comunidades quilombolas, Santos (2017) comenta que os povos dessas comunidades, constituem uma importante parte de um todo quando se trata das lutas exercidas para conquistar seus direitos e lugar na sociedade, travando um paradoxo entre a reconhecimento de sua identidade, direito à posse de terra, luta pela valorização e preservação cultural, e que ainda hoje lutam contra o racismo e discriminação, com isso, o autor retrata a importância da definição de políticas públicas capazes de facilitar o processo da redução da desigualdade social, promovendo assim, a equidade social e direitos fundamentais.

Ao tratar sobre educação quilombola, as discussões começaram a partir da década de 1980, porém as escolas quilombolas foram regulamentadas com as Diretrizes Curriculares Nacionais, em 2012 (BRASIL, 2012). O referido documento determinou que a Educação Escolar Quilombola ocorresse em escolas inseridas nas próprias comunidades, tendo no currículo temas relacionados à cultura e à especificidade étnico-cultural de cada uma delas (GALLINARI; CAMPOS, 2017).

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Escolar Quilombola segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (GALLINARI; CAMPOS, 2017, p. 42).

Neste sentido, deve-se considerar que a história dessa população é construída por meio de muita luta dos movimentos, inclusive, o movimento negro, que Nilma Lino Gomes considera-o de Educador (GOMES, 2017) e que é registrado nas diretrizes curriculares:

Considerando-se o processo histórico de configuração dos quilombos no Brasil e a realidade vivida, hoje, pelas comunidades remanescentes de quilombos, é possível afirmar que a história dessa parcela da população tem sido construída por meio de várias e distintas estratégias de luta, a saber: contra o racismo, pela terra e território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam, reparem e garantam o direito das comunidades quilombolas à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação. Esse histórico de lutas tem o movimento quilombola e o movimento negro como os principais protagonistas políticos que organizam as demandas das diversas comunidades quilombolas de todo o país e as colocam na cena pública e política, transformando-as em questões sociais. São esses movimentos sociais que denunciam que a situação de desigualdade e preconceito vivida pelos quilombolas está intrinsecamente ligada ao racismo. Portanto, a garantia dos direitos aos povos quilombolas faz parte da luta antirracista. Na agenda das lutas do movimento negro no Brasil, a questão quilombola foi se tornando cada vez mais marcante, com a participação de lideranças quilombolas que explicitavam a especificidade das suas demandas, sobretudo em torno de uma educação escolar que se realize em nível nacional e, de fato, contemple não só a diversidade regional na qual a população quilombola se distribui em nosso país, mas, principalmente, a realidade (BRASIL, 2012).

No Portal do Ministério da Educação (MEC)<sup>14</sup>, é considerado que um grande número de comunidades quilombolas não possui escolas situadas em seu território, o que leva muitos estudantes a serem transportados para estudar fora da sua comunidade, sendo escolas longe das residências e de difícil acesso, tendo como consequência o currículo escolar dessas escolas localizadas fora da comunidade muitas vezes estarem distantes da realidade histórica cultural desses e dessas estudantes. Essa é uma situação controversa, pois o fato de a escola estar inserida em uma comunidade, não quer dizer que aconteça diferente, ou seja, que os conteúdos

---

<sup>14</sup> <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-> Acesso em: 28/05/2022.

que fazem parte do currículo sejam de acordo com a realidade da comunidade. Este é um debate que vem sendo travado em muitas escolas das comunidades e que merece mais estudos.

Conquistas como essas devem-se aos movimentos negros, que lutam para incluir uma educação de qualidade e valorização da identidade negra além dos muros das escolas (GOMES, 2017). A Lei já é obrigatória em território nacional, todavia, Pereira (2011) salienta que é necessário a formação para os professores, pois muitos desses têm como estigma uma educação eurocêntrica, sem preparo para ministrar as aulas, por possuírem uma visão pedagógica monocultural.

#### **2.1.4 A ESCOLA**

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa foi realizada na Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos, localizada na Comunidade de Candeal II, Distrito de Matinha, na zona rural da cidade de Feira de Santana - Bahia. A escola conta com as etapas da educação infantil (grupo 3 ao grupo 5) e ensino fundamental 1 (1º ao 5º ano), contando com 16 turmas ao todo<sup>15</sup>, durante o turno matutino e vespertino.

A escola atende aos moradores da região e possui seis salas de aulas; uma sala dos professores; cantina; cozinha; banheiros; sala da direção; uma biblioteca; uma sala de audiovisual; almoxarifado; secretaria; pátio coberto e área livre para recreação, além de possuir acesso à internet e os estudantes da EMJPS têm ônibus escolar disponível que transporta-os de casa até a unidade escolar.

A escola exerce outros papéis para a comunidade de Candeal II, pois, ações sociais da Prefeitura Municipal de Feira de Santana como, por exemplo, a distribuição de cestas básicas, são realizadas nesse espaço e a ação da Unidade de Saúde Frei Luiz Alberto Lemos Rodrigues (Frei Beto) que acontece na escola, como por exemplo, palestras, pesagem dos alunos entre outros.

A escolha da instituição deu-se pelo fato da pesquisadora residir na comunidade em que a escola está localizada e ser a única escola pública do Candeal II. A escola, durante o ano letivo de 2022, atendeu cerca de 273 estudantes<sup>16</sup>. É frequente que ao concluir o 5º ano os alunos busquem a escola localizada na praça do Distrito de Matinha ou escolas localizadas no centro urbano de Feira de Santana.

---

<sup>15</sup> Dados do ano letivo de 2022. Fonte: Direção Escolar.

<sup>16</sup> Dados ano letivo 2022. Fonte: Direção Escolar.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) cedido pela direção escolar, a EMJPS foi criada no dia 02/03/1986, pelo prefeito José Falcão da Silva. A escola recebe esse nome, Joaquim, por homenagear um morador da comunidade que, por sua garra e coragem, defendeu a posse de terra, junto a outros moradores da comunidade.

Joaquim Pereira dos Santos, nasceu em 26 de julho de 1920 em Feira de Santana, exerceu a profissão de lavrador, para sustento seu e de sua família e foi casado com a senhora, Silvéria Moreira de Lima, com quem teve sete filhos, dentre eles, o senhor Almerindo Moreira dos Santos, o qual fez a doação do terreno para a construção da escola. Joaquim foi assassinado a tiros durante o conflito com a polícia pela posse de terra em 05/05/1976, a 700 metros da sua casa, local onde a escola foi construída. Essas informações foram obtidas com a direção atual da escola.

Ainda de acordo com o documento cedido pela escola, o grande motivo da construção da unidade escolar, deu-se devido à grande quantidade de alunos que se deslocavam do Candéal para a praça da Matinha para poder estudar e com as reivindicações realizadas pelos moradores, a prefeitura atendeu e construiu a escola.

Os primeiros professores eram leigos, não tinham concluído ainda o magistério naquela época, incluindo a professora Maria Madalena de Jesus Rabelo Regis que, no período de realização da pesquisa, estava atuando na escola. Em 1993, chegou à escola professoras aprovadas no concurso, substituindo os que não eram concursados e dentre esses professores que chegaram à escola em 1993, está a professora do 5º ano, Carla Karina Andrade.

A escola Joaquim Pereira dos Santos, funcionou durante anos, desde sua fundação, em uma antiga casa de farinha, com condições precárias de atender alunos, professores e funcionários.

**Figura 10:** Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos - Ano de 2003.



**Fonte:** Registro fornecido pela Instituição de Ensino.

Mesmo diante das dificuldades encontradas para o funcionamento da escola, a mesma passando por melhorias, a EMJPS é sinônimo de resistência e luta, pois por muitos anos funcionou e atendeu à população em situações precárias de infraestrutura, algo que é possível observar através das imagens que no ano de 2003, a escola não tinha o nome de identificação, já sendo observado na figura 10.

**Figura 11:** Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos - Ano de 2007



Fonte: Registro fornecido pela Instituição de Ensino.

De 2010 a 2012, a escola passou por uma reforma, visando a qualidade de infraestrutura e condições de atender a comunidade escolar.

**Figura 12:** Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos - Atual, pós-reforma.



Fonte: Arquivo Pessoal (24/04/2022).

Ao realizar o contato com a direção escolar para apresentação da proposta de pesquisa, a mesma mostrou-se interessada e receptiva à participação, pois pesquisas nesta escola estão sendo cada vez mais comuns e, com isso, foi destacado a importância da devolutiva dos resultados obtidos à escola, para que haja um diálogo e colaboração para o desenvolvimento e melhorias da unidade de ensino.

## **2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS**

Diante do avanço da industrialização que vem acontecendo, ocasionada pelo modelo de civilização, a exploração pelos recursos naturais se intensificou, aumentando assim a exploração da natureza e destruição ambiental. Os padrões impostos pela hegemonia ocidental intensificaram a demanda de matéria-prima da natureza, para atender o mercado global e, além disso, é possível observar o avanço do agronegócio que intensifica o uso de agrotóxicos e desmatamento para formação de pastagem e plantio da monocultura, sobretudo nos últimos quatro anos, em que no governo federal, de 2019 a 2022<sup>17</sup> houve a maior liberação de agrotóxicos. O avanço imposto pelo capitalismo põe em risco áreas de preservação ambiental e comunidades tradicionais que dependem diretamente do uso da terra para sobrevivência e perpetuar a sua cultura, como por exemplo, as comunidades quilombolas que têm ligação direta com a terra, e detém saberes que devem ser preservados e transmitidos visando a preservação ambiental.

As comunidades quilombolas têm práticas diárias que envolvem a Educação Ambiental, favorecendo assim a formação de identidade desses locais. Borges, Silva e Rodrigues (2021, p. 435) comentam que:

A Educação Ambiental e Cultura Quilombola nas comunidades tradicionais não se concretizam sem o reconhecimento da realidade histórica dos sujeitos que nela vivem. Por isso, identificar seus processos culturais, sua socialização e as relações de trabalho, vividas pelos sujeitos em suas práticas diárias, implica reconhecer, nesse sentido, que a Educação Ambiental e a Cultura Quilombola favorecem a identidade de uma comunidade e o reconhecimento de diferentes saberes e fazeres já construídos, a partir de suas histórias de vida.

---

<sup>17</sup> Cf.

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghtml>. Acesso em 23 de julho de 2023.

Dessa maneira, a Educação Ambiental pode ser compreendida pelo Plano Nacional de Educação Ambiental<sup>18</sup> como:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Considerando que a crise ambiental para alguns pode ser resolvida utilizando apenas os recursos científicos e tecnológicos, permanecendo assim no mesmo padrão, é necessário lembrar que o ser humano não é o centro da natureza e deve se comportar como parte dela, resgatando a sacralidade, respeitada por diversas culturas tradicionais. A crise ambiental é apontada como consequência do modelo atual e dominante de civilização ocidental impôs, preocupada apenas com o crescimento econômico.

Sobre a crise ambiental e crise de civilização, Leff (2010) comenta:

A crise ambiental, entendida como crise de civilização, não poderia encontrar uma solução pela via da racionalidade teórica e instrumental que constrói e destrói o mundo. Aprender a complexidade ambiental implica um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento; remete a suas origens, à compreensão de suas causas; a ver os 'erros' da história que se arrastaram em certezas sobre o mundo com falsos fundamentos; a descobrir e reavivar o ser da complexidade que ficou no 'esquecimento' com a cisão entre o ser e o ente (Platão), do sujeito e do objeto (Descartes), para apreender o mundo coisificando-o, objetivando-o, homogeneizando-o. Esta racionalidade dominante descobre a complexidade em seus limites, em sua negatividade, na alienação e na incerteza do mundo economizado, arrastado por um processo incontrolável e insustentável de produção (LEFF, 2010, p. 16).

A partir de um olhar humanista, Leff (2009) relata sobre o processo de construção e reconstrução para compreender e solucionar a crise ambiental instalada pelo avanço do capitalismo e a da ciência dominante, já que pensar uma crise ambiental é pensar na crise civilizatória, pois, as pessoas têm relação direta com o ambiente que estão inseridas.

Além disso, Leff (2009) comenta que o saber ambiental não se finaliza no conhecimento da biologia e da ecologia, não se tratando somente do saber a respeito do ambiente, mas também da construção de sentidos coletivos e identidades compartilhadas que constituem significações culturais diversas na perspectiva de um futuro sustentável. Essa construção de sentidos se origina a partir do saber que faz parte do sujeito que, no entre cruzamento dos tempos, reconstitui suas identidades. O saber ambiental, assim, constrói estratégias de reapropriação do mundo e da natureza.

---

<sup>18</sup> Lei nº 9795/1999, Art 1º. (BRASIL, 1999)

Com isso, Carvalho (2001) aponta que mais do que um corpo acabado de conhecimentos, o saber ambiental é, principalmente uma postura epistemológica que não doa diante da complexidade do mundo, evitando a cair em uma rede reducionista de uma ciência em busca da unidade do saber. Diferente, incorpora o desconhecimento como parte constitutiva do projeto de conhecer a vida do mundo desde o mundo de vida dos sujeitos.

Neste sentido, a noção de "ambiente" é ela própria emblemática deste reposicionamento da relação sujeito-objeto. Sendo assim, conclui-se que na epistemologia pode construir espaços e experiências formados pelos saberes tradicionais.

Em torno da educação ambiental, Rocha, Rocha e Hammes (2016, p.269) consideram a existência de uma série de reflexões mostrando os problemas, incoerências e ingenuidade de algumas dessas concepções de educação ambiental. Logo, a educação ambiental não pode se resumir apenas às críticas sobre o processo de ocupação “degradante” que o ser humano promove na natureza, mas deve analisá-lo dentro de uma teia de relações sociais desenvolvida na escola, sendo essa parte integrante de uma sociedade multifacetada por interesses ideológicos e culturais.

No que se refere a ciência moderna como epistemologia dominante, Melo e Barzano (2017) apresentam a política do colonialismo, que o seu êxito não se deu somente pela força física, mas se ocupou também na dominação e exploração da esfera da produção e reprodução do conhecimento, já que para manter os povos e culturas sob as ordens foi fundamental o controle dos saberes com ideias e argumentos previamente fornecidos pelos colonizadores consolidando categorias, conceitos e visões de mundo.

Logo, a hegemonia colonial colocou-se muito além da dominação material lançando mão também da dominação epistêmica e, portanto, essa dominação suprimiu, de forma profunda, todas as práticas sociais e culturais de conhecimento que contrariassem os interesses que ela servia (MELO; BARZANO, 2019).

Partindo disso, Toledo e Barrera-Bassols (2015) anunciam sobre a memória biocultural, sendo essa mantida em povos de comunidades tradicionais, como por exemplo, os quilombolas. Os autores trazem a diversidade biocultural como sendo uma relação entre as formas de diversidade: biológica, genética, linguística, cognitiva, agrícola e paisagística, que juntas, elas formam o complexo biológico-cultural originado historicamente que é o produto de milhares de anos de interação entre as culturas e os ambientes naturais, sendo esse processo biocultural de diversificação é a expressão da articulação e amálgama da diversidade da vida humana e não humana e representa, em estrito sentido, a memória da espécie:

As comunidades tradicionais continuam a realizar práticas que atestam um uso prudente da biodiversidade de cada um dos ecossistemas existentes. Cada cultura local interage com seu próprio ecossistema local e com a combinação de paisagens e as respectivas biodiversidades nelas contidas, de forma que o resultado é uma ampla e complexa gama de interações finas e específicas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 40).

Os autores ainda comentam sobre os agricultores tradicionais, que podem relacionar com os moradores agricultores da comunidade de Candeal II:

Todo agricultor requer meios intelectuais para realizar a apropriação da natureza. Esse conhecimento tem um valor substancial para compreender as formas como os agricultores tradicionais percebem, concebem e conceitualizam os recursos, as paisagens ou os ecossistemas dos quais dependem para subsistir. E esse conhecimento, no contexto de uma economia de subsistência, torna-se um componente ainda mais decisivo no desenho e na implantação de estratégias de sobrevivência baseadas no uso múltiplo dos recursos naturais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 91).

Toledo e Barrera-Bassols (2015) destacam que a memória é recurso primordial, impostergável e insubstituível de toda consciência histórica, de modo que, reconhecer e recuperar a memória biocultural da humanidade é uma tarefa essencial, necessária, urgente e obrigatória, para permitir a visualização, a construção e a realização de uma modernidade alternativa, de uma modernidade que não destrua a tradição, mas que conviva, coopere e evolua com ela.

### **2.3 OS SABERES SENDO DESCOLONIZADOS A PARTIR DA PEDAGOGIA DECOLONIAL E O DIÁLOGO INTERCULTURAL**

É possível observar a crescente produção de trabalhos com uma abordagem intercultural, principalmente na América Latina. A interculturalidade é definida por Catherine Walsh (2012, p. 62), que o “contexto europeu não é o mesmo que pensá-la na América do Sul, onde as aspirações de dominação do mundo, o surgimento do mercado global e a imposição de modernidade e seu outro lado oculto, a colonialidade, tomou forma prática e sentido”.

Walsh (2012) destaca a interculturalidade como um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagens entre as culturas, considerando as condições de respeito e igualdade para que haja a construção entre pessoas de diferentes conhecimentos, práticas e saberes culturais diferentes, buscando assim desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença.

Nessa perspectiva, Barrato (2009) define o diálogo intercultural sendo designação

utilizada para nomear propostas teóricas normativas de direitos humanos que na década de 1990 buscavam fundamentar uma nova universalidade para estes, utilizando assim, o diálogo intercultural para reconhecer as diferenças, sendo que as tradições culturais em conflitos devem acordar mutuamente para que possam dialogar.

Com a expansão do colonialismo pela América, Ásia e África, no qual países europeus exerceram sobre esses povos que foram colonizados, impondo seus costumes, saberes, práticas, geopolítica linguística e sistema econômico, Quijano (2005) propõe o conceito de colonialidade do poder para descrever essa situação, de modo que o colonizador oprime o colonizado, reprimindo seus modos de produções de conhecimentos e saberes.

Mignolo (2003) comenta que a expansão ocidental, pós-século XVI, foi além da economia e religião, mas na hegemonia do conhecimento, caracterizando assim a colonialidade do saber. Logo, a colonização europeia que era tratada como “modernidade”, gerou histórias de negação, opressão e repressão, saberes e conhecimentos, que por muito tempo foram silenciados.

Partindo para a educação, considera-se assim a relevância de articular o diálogo intercultural e a decolonialidade na educação, para que esses conhecimentos não continuem “escondidos”, como abordam Tavares e Gomes (2018):

Uma pedagogia orientada por uma ética decolonial radicalmente democrática, que reconheça o outro nas suas dimensões ontológica, cultural e epistemológica como fatores incontornáveis de humanização. Colocar a questão ontológica, na anterioridade das questões cultural e epistemológica, parece-nos ser fundamental e prioritário. Se olharmos à nossa volta, a inferiorização do outro tem como pressuposto as questões de raça e gênero, categorias coloniais por excelência, construídas e impostas ao longo da história (TAVARES; GOMES, 2018, p. 63).

Com essa ideia, a pedagogia decolonial, surge para reduzir e desestabilizar práticas com caráter hegemônico, colonial e uniforme, sendo tratada como a “pedagogia da esperança”, por Tavares e Gomes (2018):

O conceito de decolonial, ligado à pedagogia, revela, em primeiro lugar, um horizonte de esperança nas mudanças necessárias a realizar no sistema educativo e nas relações pedagógicas; em segundo lugar, a relação entre os dois conceitos sugere resistência, insurgência e transgressão relativamente a um sistema educativo e seu correspondente pedagógico de caráter monocultural, patriarcal, antropocêntrico e colonial. Ao sistema colonial global, uniformizante, que adota uma pedagogia da crueldade para subsistir e se expandir, deve corresponder uma pedagogia da resistência e da insurgência, uma pedagogia da esperança (TAVARES; GOMES, 2018, p. 60).

Candau e Oliveira (2010, p. 24) asseveram que “a decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção

e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber”. Sendo assim, trabalhar as questões étnico-raciais da nossa sociedade é fundamental para valorizar conhecimentos que foram excluídos por muito tempo e, na contemporaneidade, contribuir com a visibilidade do conhecimento tradicional e a importância dos sujeitos envolvidos.

Para Walsh (2009), a interculturalidade é um meio para descolonizar saberes impostos pela matriz colonial e, com isso, como forma de descolonizar esses conhecimentos hegemônicos e impostos pela sociedade colonial, a necessidade de considerar os saberes de outras culturas, os saberes ancestrais que têm as crianças como meio de perpetuar para próximas gerações. Candau (2012), afirma que a interculturalidade é um convite a repensar a escola, tendo novos olhares, práticas e estratégias pedagógicas, considerando as vivências e saberes ancestrais.

Camargo (2017) menciona que os seres humanos transmitiram através da cultura, seus saberes e fazeres de geração em geração ensinando uns aos outros os segredos e mistérios envolvidos no esforço de superação das adversidades do meio natural, porém nem sempre as relações desempenhadas entre os seres humanos e a natureza são benéficas para o meio ambiente. As atividades humanas, em prol do desenvolvimento e progresso da humanidade geram consequências ao meio ambiente, como relata o autor, e gerando consequências que recaem, principalmente, sobre a classe pobre e marginalizada.

Para interromper essa crise civilizatória, surge a necessidade de desenvolver estratégias para conscientizar a sociedade das possíveis consequências.

Em resposta às lacunas deixadas pelo modelo de Educação Ambiental Conservadora, surge a Educação Ambiental Crítica, que considera aspectos sociais, históricos e culturais além de problematizar as questões ambientais, evidenciando a situação de oprimido ambiental dos sujeitos. Não propõe mudanças de comportamentos, nem traz para a comunidade algo pré-programado. Propõe atividades em parceria com as comunidades, considerando os moradores como mestres dos saberes locais, detentores de memórias que representam pistas sobre as teias de significados estabelecidas na relação com a natureza (CAMARGO, 2017, p. 74)

Luiz Rufino, em sua obra *Vence-Demanda: educação e descolonização* (RUFINO, 2021), define a descolonização como:

Atos paridos nos vazios daquilo que se arroga o único curso passível. Defesa, ataque, ginga de corpo, malandragem que contraria, esculhamba, rasura transgride, desmente e destrona o modelo dominante. Folha que se canta para extrair o remédio e o veneno. O remédio para recuperar sonhos, firmar a liga, fechar o corpo, irmanar o velho e o novo que farão guarda de proteção à palmeira que sustenta aldeia. Veneno para azeitar o ferro, soprar o pó e fumaça que quebram maldições. Prática cotidiana implicada com a diversidade e o caráter ecológico das existências. Capacidade de responder com vida a um sistema de mortandade. Atos guerreiros que honram e comungam das aspirações de liberdade e justiça e combatem o

esquecimento (RUFINO, 2021, p. 5).

Nesse contexto, o autor relata que a educação como descolonização está implicada diretamente a uma política de vida, que tem seus atos focados em contrariar os ditames da agenda dominante, modo que a educação é feita com práticas cotidianas que fortalecem o comunitário, a aprendizagem e a circulação de conhecimentos que reposicionam e vitalizam os seres que são atravessados pela violência colonial.

Rufino (2021) considera descolonizar um ato educativo, de modo que a descolonização é sobretudo uma questão de cura que não acontece em um passe de mágica, não se dá meramente no grito de independência, mas o longo dos processos de disputa de vida que integram inconformidade, rebeldia e lutas contrárias à dominação e à produção de desvio do ser e de suas práticas de saber. Para além disso, o pensamento de Rufino (2021) indica a educação como prática de liberdade e como ação responsável que atua integralmente na defesa da dignidade existencial dos seres afetados pela humilhação produzida pela dominação colonial, sendo a descolonização como processo de luta e libertação da dominação de modos de existir, conceber e praticar o mundo se dá como uma contínua batalha do colonizado em firmar sua presença no tempo/espaço, sendo uma transgressão do que é imposto.

## 2. 4 AS CRIANÇAS

*“Meu pai montava a cavalo, ia para o campo.  
Minha mãe ficava sentada cosendo.  
Meu irmão pequeno dormia.  
Eu sozinho menino entre mangueiras  
lia a história de Robinson Crusóé,  
comprida história que não acaba mais.*

*No meio-dia branco de luz, uma voz que aprendeu  
a ninar nos longes da senzala – e nunca se esqueceu  
chamava para o café.  
Café preto que nem a preta velha  
café gostoso  
café bom.*

*Minha mãe ficava sentada cosendo  
olhando para mim:  
– Psiu... Não acorde o menino.  
Para o berço onde pousou um mosquito.  
E dava um suspiro... que fundo!*

*Lá longe meu pai campeava  
no mato sem fim da fazenda.*

*E eu não sabia que minha história  
era mais bonita que a de Robinson Crusoe.”*

Carlos Drummond de Andrade<sup>19</sup>

A infância vem sendo constituída em um campo emergente de estudos para várias áreas do saber, porém focados em divergentes abordagens, enfoques e métodos, os quais determinaram distintas imagens sociais sobre as crianças (ANDRADE, 2010). A infância é o período de desenvolvimento dos seres humanos, compreendida do nascimento até doze anos de idade<sup>20</sup>, sendo uma fase de muitas experiências e vivências.

Para pesquisar com crianças é necessário compreender o contexto social que essas estão inseridas, com traz Gouvêa (2003), que aborda sobre a importância de compreender a história das crianças brasileira como mudanças societárias, pois na infância acontecem vivências que dependem do meio social, gênero e racial que estão inseridas, logo, temos crianças de diferentes culturas.

Como comenta Moysés Kuhlmann (2004, p.30):

O conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las como produtoras da história.

Como retratam Both, Bissoli e Oliveira (2020), que ao se falar em infância(s) e em pesquisas, deve-se tomar as crianças como sujeitos significativos, capazes de conhecerem as representações construídas socialmente acerca da condição infantil, superando mitificações e considerando a sua concreticidade, visto que as crianças são, ao lado dos(as) adultos(as), produtoras da história.

Os autores ainda destacam que pesquisar com crianças exige percebê-las, valorizá-las, considerando as crianças sujeitas e protagonistas da própria história.

Assim, considerar a criança como produtora social e cultural é uma atitude cada vez mais necessária na produção de conhecimento sobre a(s) infância(s) e sobre sua Educação, haja vista que o protagonismo infantil na pesquisa pode contribuir para que possamos compreender as especificidades da(s)

<sup>19</sup> Disponível em: <https://lunetas.com.br/poemas-sobre-infancia/>

<sup>20</sup> Disponível em:

<https://bvsmms.saude.gov.br/24-8-dia-da-infancia-2/#:~:text=A%20inf%C3%A2ncia%20%C3%A9%20a%20etapa%20social%20e%20emocional%20dos%20indiv%C3%ADduos.>

criança(s) em cada tempo e espaço, sua historicidade, sua participação nos fenômenos sociais, suas necessidades e desejos (BOTH, BISSOLI E OLIVEIRA, 2020, p. 3) .

Desta forma, enfatiza-se a importância de dar espaço às crianças “*falarem por si*”, ou seja, ouvir o que as crianças têm para dizer, não “dando voz”, pois isso elas já possuem, Destaco aqui a importância dessa pesquisa com crianças, já que em muitas pesquisas, os adultos falam pelas crianças, e aqui é uma oportunidade das crianças falarem por elas. A potencialidade, saberes, vivências e experiências que essas crianças têm a ensinar e perpetuar para próximas gerações.

### 3 O QUE É, O QUE É QUE TEM DE MEIO AMBIENTE NO CANDEAL II? DEIXA AS CRIANÇAS FALAREM!

**Figura 13:** Primeira roda de conversa com as crianças da Insituição Escolar (2022).



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

**Figura 14:** Primeira roda de conversa com as crianças da Instituição Escolar (2022).



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

*A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
O eco da vida-liberdade.*

Conceição Evaristo<sup>21</sup>

Neste capítulo, será destacado o que há no Candéal II por meio das vozes das crianças que moram na comunidade. Histórias, memórias, conversas partilhadas, passadas e que serão repassadas para as próximas gerações, e uma peça fundamental para que isso aconteça são essas crianças que participaram desta pesquisa, pois, sem elas, as memórias não poderiam ser transmitidas.

Neste trabalho, ratifica-se a ideia de que as crianças têm muito o que ensinar, e nós, muito que aprender. *No Candéal tem a ancestralidade? Tem! No Candéal tem histórias para ouvir? Tem! No Candéal tem frutas, mandioca, casa de farinha? Tem! No Candéal tem tudo isso, e um pouco mais.*

### **3.1 ANCESTRALIDADE CULTURAL NA COMUNIDADE DE CANDEAL II: PRIMEIRA CONVERSA.**

A ancestralidade é definida por Oliveira (2007), como uma categoria de relação, ligação, inclusão, diversidade, unidade e encantamento, sendo ao mesmo tempo um enigma-ancestralidade e revelação-profecia, pois, a ancestralidade indica onde esconde os caminhos e guarda as memórias; é um modo de interpretar e produzir a realidade. O autor ainda traz a ancestralidade como um modo de vida e um entrelace com a educação:

A ancestralidade converte-se no princípio máximo da educação. Educar o olhar é Educação. No caso da cosmovisão africana, educa-se para a sabedoria, para a filosofia da terra, para a ética do encantamento. Educar é conhecer a partir das referências culturais que estão no horizonte da minha história (ancestralidade).

---

<sup>21</sup> EVARISTO, Conceição. **Vozes-mulheres. Poemas de recordação e outros movimentos**, 2017.

Olhar é um treino de sensibilidade. Aguça-se a sensibilidade para perceber o encanto que tece as coisas. Sensibilizado, o Outro deixa de ser apenas um conceito, e me interpela para uma ação de justiça e me convida a uma conduta ética. Sensibilizado posso fazer da vida uma obra de arte, uma construção estética. Edifico uma moral e uma ética baseada na criatividade e na tradição (OLIVEIRA, 2007, p. 259).

Quando se fala em “ancestralidade” remete a “ancestral” ou “antepassado”, algo que veio antes. Lopes (2003), considera que o ancestral é importante porque deixa uma herança espiritual sobre a terra, contribuindo assim para a evolução da comunidade ao longo de sua existência e trajetória.

Dessa forma, peço licença aos meus ancestrais para escrever esse texto, pois, graças a esses estou aqui para continuar essa trajetória contando sobre a nossa existência.

A ancestralidade é um meio de construção identitária. Machado e Abib (2011, p. 6) reforçam essa afirmação citando:

A referência à ancestralidade é fundamental para a o processo de formação identitária e de libertação, especialmente das pessoas inseridas nos contextos sociais desprivilegiados, pois implica em conhecer e reconhecer-se na construção de sua história e missão de vida.

E isso foi possível observar na comunidade de Candeal II, por meio das crianças, essas ramificações e rizomas ancestrais afim de construírem uma identidade. Quando cheguei na turma para a nossa primeira conversa, fiz uma breve apresentação sobre mim aos estudantes, com isso me apresentei e eles quiseram me identificar a partir de meus familiares, perguntando de quem eu sou parente, pois isto, inclusive, é muito comum em comunidades tradicionais, sobretudo, na quilombola: a parentela.

Alguns estudantes, como me conheciam, logo me identificaram como a prima de Bernardo, que eles conhecem, pois já estudaram juntos e são da mesma idade. E, com isso, fomos nos apresentando utilizando de nosso parentesco e árvore genealógica, os alunos falando de seus parentescos, assim como eu.

A parentela, em comunidades quilombolas, se dá por relações de parentesco e laços sociais de convivência e são estabelecidas pelos casamentos e relações de amizades e compadrio (MORAES, 2012). Guimarães e Oliveira (2019), comentam sobre essa parentela nos quilombolas, que transcende para as diferentes esferas da vida (econômica, social, ambiental, habitacional), conferindo a essas pessoas um sentimento de pertencimento à comunidade, sendo refletido em muitos costumes, como relações matrimoniais, de

cooperação, de ajuda mútua, em sua cultura e lazer. A parentela é comum e observável no Candeal II, o que fortalece a manutenção dessa comunidade e as práticas de solidariedade.

Nesse momento, conhecendo os estudantes, foi especial e de acolhimento, e a turma se sentiu à vontade para participarem da pesquisa. Na turma, foi possível o contato com parentes próximos, vizinhos e vizinhas, filhos e filhas de colegas do tempo de escola, inclusive, quando estudávamos juntos nessa mesma escola em que foi realizada a pesquisa. Isso foi resgatando em mim, como pesquisadora e moradora da comunidade, uma memória afetiva e acolhedora.

Matos (2018, p.1), em seu trabalho sobre Pedagogia da Ancestralidade, destaca a ancestralidade como sendo patrimônio imaterial e material, uma forma de reconstruir territórios e identidades coletivas e individuais, ao dizer: “Onde estão nossas memórias? Lá encontraremos nossa ancestralidade”. São memórias escritas em nossos corpos, são legados e histórias que existiram antes de nós:

Onde estão nossas memórias? Lá encontraremos nossa ancestralidade. Quando percebemos quem somos, de onde viemos, passamos a fazer parte do mundo enquanto sujeitos históricos, (re)construindo territórios existenciais. Essas memórias estão escritas em nossos corpos, através de vivências organizadas e mantidas individual e coletivamente. O que pretendemos com a pedagogia da ancestralidade é perceber, de forma encantadora, identidades reveladas ao abriremos o baú de nossas memórias. A música, a imagem, o cheiro, o gosto, possibilitam re-sentir sem ressentimentos. É no coletivo que nos construímos e fortalecemos a nossa essência vital no mundo, pois somos porquê o outro é e essa relação de reciprocidade é que nos faz pertencer e aprender o sentido do SER. É fundamental compreender que falar de ancestralidade não significa falar de religião e sim estabelecer um diálogo que atravessa e interliga gerações, afinal o que sou hoje está tecido com quem minha bisavó, avó e minha mãe foram e continuam sendo através de mim. Seus legados, histórias e suas memórias. Efetivar um currículo permeado de saberes e fazeres afro-ancestrais é implementar uma educação antirracista. Ratificamos aqui a importância do retorno a quem nós somos através dos ancestrais, aqueles que por quem vieram antes de nós e produziram toda a cultura que se estabeleceu em território brasileiro, em nossos corpos – territórios. Fundamentando-se em conceitos de acolhimento, respeito, encanto buscamos, através da Pedagogia da Ancestralidade acordar as africanidades que estão latentes, aguardando que o baú ancestral de nosso íntimos seja aberto.

Então, com esse diálogo inicial no primeiro encontro com os estudantes, que tratou de uma apresentação e conversa sobre o Candeal II, foi possível sentir essa relação ancestral presente e marcante na comunidade, o que tornou o encontro mais acolhedor e afetivo, sentindo que estávamos ligados, ramificados de alguma forma através de nossos ancestrais. Isso resgata um individualizador ao trabalho, já que essa memória ancestral foi resgatada por crianças, ficou notável como essa cultura perpassa por gerações, um cortejo de memórias orais na construção da identidade do quilombo.

**Figura 15:** Registro do primeiro encontro com a turma (15/08/2022).



**Fonte:** Acervo Pessoal (2022)

Como abordado anteriormente, os encontros foram realizados em formato de rodas de conversas, recuperando um dos valores civilizatórios afro-brasileiros da circularidade, conforme proposto por Azoilda Loretto da Trindade (2018), assim como inspirado na dissertação de mestrado de Daniela Coutinho (2021).

Além disso, Coutinho (2021), ressalta a importância das pesquisas com as crianças e não sobre as crianças, espaço para ouvi-las, compreendendo seu olhar, poetizando e socializando junto com elas e com eles, é o momento de romper com o distanciamento que as crianças são tratadas, não sendo protagonistas das falas quando o assunto são elas. Aqui as crianças são atores principais da pesquisa, é o espaço delas falarem e nós ouvirmos seus ensinamentos sobre o território que ocupam resgatando suas ancestralidades.

Fazendo a relação com Trindade (2018), a circularidade tem um significado muito grande, pois aponta renovação, movimento, não tem início, nem fim, o processo da coletividade, todas as pessoas podem se ver e transmitir energia positiva. E esse valor civilizatório afro-brasileiro resgatou-se o que traz a ancestralidade, podendo fazer uma ligação

entre esses termos. Essa tradição de conhecer um indivíduo a partir de seus familiares é algo comum na comunidade do Candeal II e, nesse encontro, foi possível observar que as crianças repetem esse costume aprendido com os ancestrais, tornando algo corriqueiro e um ritual.

**Figura 16:** Imagem do primeiro encontro em 15/08/2022.



**Fonte:** Acervo Pessoal (2022)

Tradições como essa, são fundamentais para construção e preservação de valores culturais, que vão passando ao longo das gerações, construindo uma identidade cultural. São histórias narradas e contadas tendo como protagonistas essas crianças, que vão perpassando sua ancestralidade a cada fala e apresentação.

Como dizemos aqui no Candeal II “*conversa vai, conversa vem*”, perguntei aos estudantes o que eles sabiam sobre a história da comunidade, e mais uma vez foi possível perceber a ancestralidade presente na fala dos estudantes, quando resgataram histórias populares, superstições, mitos, e lendas para descrever o que sabem sobre o Candeal II. E esses deixaram a imaginação fluir.

Muito comum na comunidade, a história do lobisomem, que atravessa gerações, inclusive a minha, pois cresci ouvindo e acreditando assim como essas crianças narraram em suas falas. Começaram a descrever a lenda do lobisomem, que se refere a um homem com aparência de um cachorro que aparece em noite de lua cheia, relatando até que moradores já

viram esse ser. Nesse momento despertou-me uma memória da minha infância, pois, quando chegava noite de lua cheia eu acreditava que ouviria o lobo cantar. Sobre este aspecto, Sampaio (2013, p.52) comenta que:

As civilizações africanas, no decorrer da sua existência, sempre tiveram seus mitos mantidos e transmitidos graças à memória e à oralidade enquanto estratégias de manutenção cultural do povo negro. Assim, foram utilizadas durante séculos por gerações e gerações, através do contato dos mais velhos (griots) com os mais jovens, ou mesmo das interações entre sujeitos contemporâneos, na experiência de socialização dos conhecimentos por meio da tradição oral.

O contar histórias é uma prática que nasceu com o próprio ser humano, na tentativa de transmitir o conhecimento para as próximas gerações, descrevendo memórias e vivências. Uma forma de unir gerações e preservar tradições, sendo as crianças o meio para tecer histórias futuras. Neste sentido, identificando as narrativas dessas crianças moradoras da comunidade, pode-se fazer uma relação com o que afirma Sánchez e Camargo (2021) sobre a importância de Ciência Popular, para dialogar com os arcaibouços dos saberes populares das comunidades, pois não significa que a Ciência Acadêmica será substituída, mas uma necessidade de um encontro entre elas, afim de aproximar essas comunidades e a academia, o que Sánchez trata como uma aproximação entre a Ciência do Povo e a Ciência Convencional.

Neste sentido, Santos (2010) aborda sobre a ecologia dos saberes, um conceito que nos auxilia na parte analítica desta dissertação, pois auxilia-nos na compreensão como uma via para superar a monocultura dos conhecimentos e para superar o epistemicídio, potencializando uma forma de as culturas dialogarem. Histórias como essas contadas pelos estudantes, são transmitidas ao longo das gerações, fazem parte da memória de um povo, da cultura da comunidade, que por vez, não encontram espaço para adentrar a sala de aula.

Sobre a ecologia de saberes, Santos (2010) afirma que é um meio para promover o diálogo entre vários saberes, que são importantes para avançar em causas sociais, permitindo assim, uma articulação entre os saberes para que haja novas formas de conhecimentos. No que se refere ao pensamento abissal, Santos (2010, p.57), considera que seja:

um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na

medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.

Há duas formas da manifestação:

O conhecimento e o direito modernos representam as manifestações mais cabais do pensamento abissal. Dão-nos conta das duas principais linhas abissais globais dos tempos modernos, as quais, embora distintas e operando de modo diferenciado, são interdependentes. Cada uma cria um subsistema de distinções visíveis e invisíveis de tal modo que as últimas se tornam o fundamento das primeiras. No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso à ciência, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. Esse monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas de verdade científicas e não-científicas. Já que a validade universal da verdade científica sempre é reconhecidamente muito relativa — pois só pode ser estabelecida em relação a certos tipos de objetos em determinadas circunstâncias e segundo determinados métodos —, de que modo ela se relaciona com outras verdades possíveis que até podem reclamar um estatuto superior mas que não podem ser estabelecidas conforme o método científico (SANTOS, 2010, p. 72).

Nesta mesma linha, Candau (2011), relata o diálogo intercultural como meio indispensável para evitar o silenciamento de outras formas de conhecimento, pois são histórias e memórias diferentes:

A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal (CANDAUI, 2011, p. 241).

Destacamos aqui a importância de ouvir histórias como essas contadas por crianças, assim como o comportamento de conhecer alguém por meio da parentela, pois, ressalta a cultura viva de um povo que passa ao longo das gerações e essas crianças são meios fundamentais para transmissão desses conhecimentos e preservação de memórias.

### **3.2 CONTINUANDO A CONVERSA: AS CRIANÇAS CONTAM O QUE TEM NO CANDEAL II**

O Candéal II é uma comunidade matriarcal, com histórico de busca organizada por meio do comunitarismo por direitos sociais e culturais. A agricultura familiar se apresenta como principal fonte de renda dos moradores locais, mas cada vez mais ocorrem deslocamentos de trabalhadores para a zona urbana, para atuar na construção civil, no caso dos

homens, e no trabalho doméstico, no caso das mulheres (SILVA, PEREIRA, RODRIGUES, 2022).

**Figura 17:** Imagem área do Candeal II.



**Fonte:** Fonseca (2021).

A partir da conversa com as crianças foi possível observar uma relação direta com o meio ambiente, com questionamentos como: “*O que tem no Candeal II?*” as crianças, bem animadas, responderam, caracterizando a biodiversidade local e botânica: “Alegria! Pois, aqui tem manga, acerola, jaca, caju, carambola e cajá”. Fonseca (2021, p. 32) comenta sobre essa relação dos moradores com o ambiente local, ampliado com a biodiversidade animal e cultural (enfoque biocultural):

A produção comunitária do quilombo Candeal, era voltada para o sustento das famílias, dinamizando a economia local com as trocas internas de mercadorias e produtos, a criação de animais, a caça, a pesca e cultivo dos produtos agrícolas. Nesta dinâmica socioeconômica e cultural é possível identificar as simbologias e significados das comunidades tradicionais quilombolas, presentes no cotidiano das populações, como por exemplo: o uso de pilões, redes, cestos, esteiras e vassouras de palhas, gamelas, panelas, caixões, entre outros; assim como a cultura das trocas de alimentos a partir das culturas de subsistência, como a produção de milho, feijão, mandioca, batata, banana, animais de pequeno porte; as presenças de curandeiras, do uso de ervas medicinais para curas de doenças; além dos trabalhos de mutirão nas terras uns dos outros e as atividades coletivas que vão das oficinas das primeiras letras até oficinas de primeiros ofícios, como a marcenaria.

Muitas famílias da comunidade de Candeal II têm a agricultura familiar como fonte de renda e, durante a conversa com as crianças, algumas delas relataram que essa é uma prática comum na família. Esses moradores cultivam na comunidade e vendem nas feiras livres da cidade de Feira de Santana ou na própria comunidade. Barzano e Sampaio (2013, p.64), em uma pesquisa realizada no Distrito da Matinha e nas comunidades, comentam:

Sua base econômica é a agricultura de caráter familiar com culturas típicas da região como milho, feijão, amendoim e mandioca, além de frutos tropicais como jaca, caju, manga, coco, laranja e acerola. Há também a produção de farinha de mandioca e outros derivados, em casas de farinha particulares e associações, produção que serve tanto para consumo familiar, como para venda nos pequenos comércios locais e nas feiras livres da cidade.

A Feira das Marias é uma organização existente na comunidade de Candeal II para comercializar produtos, principalmente, como frutas da região, mandioca e seus derivados e, com isso, incentivando a tradição de manter a relação direta com a terra.

**Figura 18:** Feira das Marias no Candeal II.



**Fonte:** Instagram Empodera Quilombo<sup>22</sup>

Com essa prática cultural dos pais e demais pessoas da família (parentela), algumas dessas crianças citaram que têm relações diretas com a produção da mandioca e

<sup>22</sup> Imagem retirada do instagram @empoderaquilombo em: 20/05/2023

seus derivados, além do cultivo em seus terrenos, participam do plantio da mandioca e da produção de seus derivados, tendo em suas residências a casa de farinha. Alguns desses familiares dependem de forma direta da renda econômica gerada através da mandioca. O milho e o feijão também são cultivados por seus familiares e têm importância econômica e alimentícia na região, pois, além de servir para o consumo próprio e familiar, são comercializados nas feiras. Para o plantio desses vegetais, é importante a terra estar “fofa”, ou seja, acontecer durante o período de chuvas na região, para o bom desenvolvimento das plantas.

Além disso, as crianças citaram sobre os animais comuns na região, como raposas, preá, mocó, sarigué/gambá. Relataram que a raposa não é um animal bem vindo, pois se alimentam de animais que são criados no quintal de casa, como pintos (filhotes de galinhas).

**Figura 19:** Galinheiro típico nas casas dos moradores da comunidade.



**Fonte:** Acervo Pessoal (2023).

Outro ponto importante a se destacar dessa rica e produtiva conversa foi a prática de comer esses animais citados, conhecidos como “*bichos do mato*”. Segundo algumas

crianças, os familiares, como os pais e/ou avôs, fazem a ingestão desses animais, ou seja, caçam para comer. Figueiredo e Barros (2016, p.1), comentam que:

É de se destacar que a caça está inserida numa rede de escolha e utilização de alimentos altamente influenciada pelos padrões ecológicos, econômicos e culturais que regem seu contexto social. No entanto, tem-se pouco conhecimento sobre os diferentes aspectos que estruturam e regulam o uso da fauna silvestre em práticas alimentares, especialmente entre os povos tradicionais do Brasil. Tem-se uma grande carência de estudos que incorporem melhor a compreensão da caça como uma atividade que estabelece conexões entre a ordem material e imaterial nos modos de apropriação da natureza, tendo em conta que as relações dos seres humanos com seus ambientes abrangem questões de ordem perceptiva, cognitiva e prática sobre o território.

Sendo assim, a prática de caçar animais silvestres para o consumo é comum em comunidades tradicionais, demonstrando essa relação direta com o ambiente que existe nesses locais, sendo considerado uma representação simbólica das comunidades quilombolas e, por essa razão, deve ser compreendida para não se considerar que é algo ilegal, como a biopirataria, mas, cultural.

Toledo e Barrera-Bassols (2015) afirmam que a memória biocultural é o resultado da relação entre a cultura e a biodiversidade, ou seja, a relação entre a cultura e a natureza, e cada cultura se relaciona com o ecossistema e biodiversidade que estão inseridos. Sendo assim, essa memória biocultural é uma forma de representar as comunidades e as outras formas de conhecimentos e saberes.

Nessa perspectiva Melo (2019), em sua pesquisa com biodiversidade em comunidade quilombola, reitera o conceito de memória biocultural, que é mantida nas comunidades tradicionais.

Diante disso, Barzano e Melo (2019, p. 198), comentam que:

A forma singular de apropriação da natureza por parte de comunidades tradicionais cria uma identidade dessa população, pois ela é, muitas vezes, construída a partir de processos simbióticos com a biodiversidade, pautados nas relações cotidianas de trabalho com a terra, no conhecimento tradicional associado às práticas produtivas, aos modos de pensar e estar no mundo. Consideramos que ao realizarmos pesquisas em territórios quilombolas contemporâneos é, antes de tudo, ter a possibilidade de entrar em contato com energias ancestrais. Uma ancestralidade revelada na elaboração de saberes que se organizam nas diversas formas de vida e de resistência dessas comunidades, expressas na sua relação com os elementos da natureza, com a terra como um ente gerador de força vital e os frutos dessa relação não só com a terra, mas também com a água, com a mata, isto é, com os seus territórios e a sua biodiversidade. Essa estreita relação dos povos tradicionais com elementos da natureza, configurada como respeitosa, orgânica e simbiótica com todos os elementos vitais se caracteriza como uma das principais chaves para compreensão de questões que interessam essa investigação.

A memória biocultural, segundo Melo (2019), está relacionada ao acúmulo de conhecimentos adquiridos pelos indivíduos na relação com a natureza, sendo construções mutuamente dependentes e enraizadas em territórios geográficos e históricos. Essa memória biocultural, ainda de acordo com Melo (2019) guarda informações valiosas para compreender as comunidades e a natureza do local, destacando a importância da preservação dos saberes ancestrais que fazem parte do patrimônio imaterial dessas comunidades tradicionais e que são saberes valiosos para formar a identidade do local.

### 3.3. UMA CONVERSA A PARTIR DA ESCUTA DE UM CORDEL

No Candeal II destaca-se a cordelista, Gisele Lima (2022), moradora da comunidade, ex-estudante da escola onde esta pesquisa foi desenvolvida. Lima, escreveu um poema sobre a comunidade, e esse poema foi compartilhado com as crianças e conversamos sobre ele.

#### *Meio ambiente*

*Tem problema em todo canto*

*Em toda região da cidade*

*Mas vou falar sobre o meio ambiente*

*De uma pequena localidade*

*Comunidade de Candeal 2*

*Onde moram quilombolas de verdade*

*Local de terra bruta*

*De forte e grande perfil*

*E de uma enorme fertilidade*

*Que é de dar nota mil*

*Biologicamente falando*

*Tem coisa sobrenatural*

*Se eu te contar cê não acredita*

*Reaproveitamos plantações e fazemos comidas*

*Pra sobrevivência de nosso animal*

*Do milho fazemos forragem*

*Da mandioca fazemos farinha*

*Na roça fazemos plantações*

*Que vai direto para nossa cozinha*

*Praça reestruturada*

*Bonita e bem organizada*

*O ar é contagiado*

*Por risos e grandes gargalhadas*

*Sem falar em uma queimada*

*Que infelizmente aconteceu*

*Por uma faísca de fogo*

*Os matos de nossa lagoa se acedeu*

*Graças ao nosso glorioso*

*Ninguém se feriu ,nem morreu*

*Em época de chuva*

*Da orgulho de se ver*

*O verde toma conta*

*Das flores ,até do pé de dendê*

*As frutinhas calientes*

*Aproveitamos para vender*

*As vezes entristecemos*

*Com algumas poluições sonoras*

*Sei que queremos diversão*

*Mas temos que saber que isso*

*Tem dia e também tem hora*

*Quem sou eu pra julgar  
Dizer o que é certo ou errado  
Sabemos que encontramos de tudo  
Fumaças, alguns lixos e matos  
Mas lugar que não tem um pouco de poluição  
É lugar mal frequentado.*

**Figura 20:** Conversando sobre o poema Meio Ambiente.



**Fonte:** Acervo da pesquisadora (2022).

Com esse poema, seguimos para mais uma conversa sobre o Candeal II e descobrindo com as crianças o que há de meio ambiente na comunidade. Nessa conversa, o poema foi utilizado para aguçar a memória dos estudantes, estimulando a oralidade e a criatividade.

Sobre “*O Candeal, terra fértil*”, as crianças relataram acerca de alguns alimentos comuns na região, citando a palma (*Opuntia ficus-indica*), planta típica da região nordeste, como alimento que no Candeal é utilizada para alimentar os animais, porém, sabe-se que a palma também é utilizada na culinária em alguns estados da

região Nordeste. O reaproveitamento de alimentos como, por exemplo, a mandioca (caule e raiz) que também serve para alimentar os bovinos, é comum na região.

Porém, as crianças comentaram sobre o perigo da ingestão da folha da mandioca para esses animais. Em um artigo publicado na Embrapa<sup>23</sup>, relata que a mandioca (*Manihot esculenta*) é uma planta rica em ácido cianídrico, que pode causar até a morte do animal.

Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 91), comentam que:

Todo agricultor requer meios intelectuais para realizar a apropriação da natureza. Esse conhecimento tem um valor substancial para compreender as formas como os agricultores tradicionais percebem, concebem e conceitualizam os recursos, as paisagens ou os ecossistemas dos quais dependem para subsistir. E esse conhecimento, no contexto de uma economia de subsistência, torna-se um componente ainda mais decisivo no desenho e na implantação de estratégias de sobrevivência baseadas no uso múltiplo dos recursos naturais.

Nessa conversa, as crianças tornaram a falar sobre as frutas comuns da região e a importância dessas para o sustento familiar. Além de destacar a importância da mandioca, sendo elemento fundamental na economia de alguns moradores, conforme será abordado com mais enfoque na próxima seção.

---

23

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1056664/1/LVMandiocacap13.pdf>

### 3.4 UMA OUTRA CONVERSA: O MEIO AMBIENTE DO CANDEAL II DESENHADO PELAS CRIANÇAS

**Figura 21:** Crianças na construção de desenhos.



Fonte: Acervo Pessoal (2022).

O desenho é considerado uma forma de expressão que as crianças utilizam para expressar suas habilidades. Júnior, Oliveira e Ribeiro (2016), comentam que o desenho pode ser um recurso pedagógico-educacional que tem uma importância no cotidiano infantil, colaborando com matérias denominadas fundamentais, não sendo apenas uma mera atividade escolar ou um passatempo, pois quando a criança desenha, cria pontes entre o mundo real e o imaginário, expressando suas concepções e percepções do mundo no qual está inserida.

Portanto, o desenho permite à criança retratar em diferentes dimensões, suas experiências pessoais em busca da sua própria identidade, uma vez que as ideias individuais que fluirão durante o desenho vão depender muito da cultura, dos hábitos, dos desejos, das oportunidades, do modo de vida e do meio em que o indivíduo está inserido.

A partir dos desenhos, as crianças percebem formas de dizer coisas, e podem ser usadas como instrumentos valiosos no dia-a-dia do professor que, ao interpretá-los, pode obter resultados que auxiliarão no desenvolvimento desses alunos. Dessa maneira, considera-se nos desenhos uma importante ferramenta para que as crianças pudessem narrar sobre o meio ambiente no Candeal II e, dessa forma, estimular o senso de percepção escondida nas experiências dessas crianças.

Barraza (1999), em sua pesquisa, utilizou os desenhos infantis para investigar os problemas ambientais presentes na época e aqueles que poderiam surgir futuramente. Considerando isso, através desses desenhos, pôde-se compreender a percepção de Meio Ambiente por meio das crianças, sendo essas sujeitos ativos da pesquisa, podendo investigar como a crise ambiental ou outras questões relacionadas ao meio ambiente podem afetar a vida desses indivíduos.

As crianças têm um papel fundamental na preservação ambiental, já que durante a infância o desenvolvimento cognitivo é bastante significativo, sendo um momento ideal para abordar o tema.

Nesta perspectiva, Alves, Simeão e Ramos (2016, p. 263), afirmam:

A educação ambiental na educação infantil tem como principal objetivo iniciar o processo de formação de cidadãos que podem e devem ser conhecedores e responsáveis por seus atos em suas relações em sociedade e na sua interação com o meio ambiente. Porém, não se pode afirmar que apenas o que foi aprendido no ambiente escolar vá fazer a diferença para aprimorar o mundo social e a condição de vida de populações humanas, pois a prática para a mudança deve ser contínua e, em assim sendo, necessariamente abrange outros ambientes como o familiar, por exemplo. Logo, trabalhar educação ambiental na educação infantil cria maiores possibilidades para a formação de cidadãos e cidadãs com maior

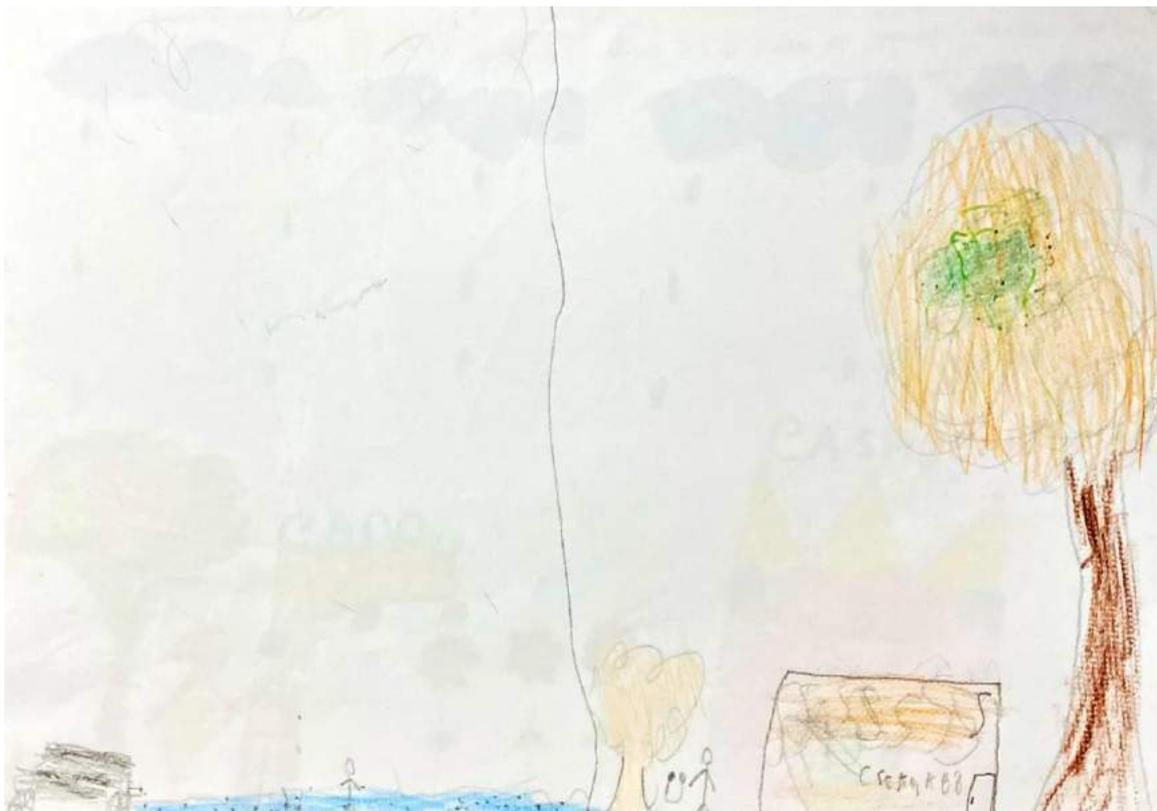
conscientização e, portanto, melhores comportamentos em relação à temática ambiental e sobre os problemas em relação ao meio ambiente, quer seja ele ainda natural ou somente social. Dessa maneira, pode ser ressaltado, que a educação ambiental na escola ao ter como uma de suas finalidades o conhecimento da temática ambiental e, aliada à finalidade da escola de formar o indivíduo para a cidadania, cria assim, melhores perspectivas para mudanças necessárias em termos de comportamento e, dessa maneira, também sociais e ambientais.

Com base nisso, os desenhos das crianças retrataram como elas percebem o meio ambiente e, ressaltamos aqui, a importância dessa percepção pelos estudantes na infância, já que serão a próxima geração de adultos da comunidade, em meio a uma crise ambiental, como cita Enrique Leff:

A complexidade ambiental auxilia um processo de construção de saberes a partir da diferença do ser. O ser, diverso por sua cultura, ressignifica seu saber para dar-lhe seu selo pessoal, para inscrever seu estilo cultural e reconfigurar identidades coletivas. A pedagogia prepara o encontro de seres diversos dialogando desde suas identidades diferenciadas. A complexidade ambiental se abre para um reconhecimento do mundo desde a lei limite da natureza (entropia) e da lei limite da cultura (finitude da existência). A complexidade ambiental se constrói e se aprende através de um processo dialógico de saberes, na hibridação da ciência, da tecnologia e dos saberes populares. É o reconhecimento de significados culturais diferenciados, não apenas como uma ética da outredade, mas como uma ontologia do ser, plural e diverso (Leff, 2009, p. 22 e 23).

Com base nisso, analisando os desenhos das crianças, foi possível constatar esses problemas ambientais sendo apresentados nos desenhos como, por exemplo, o descarte incorreto do lixo que pode gerar problemas ambientais para a comunidade.

**Figura 22:** Desenho retrata a poluição causada pelo descarte incorreto do lixo.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

A presença do lixo descartado de forma incorreta nos desenhos, retrata a visualização feita pelos estudantes, dos problemas causados por ações antrópicas na comunidade que estão inseridos. Quando perguntado sobre os problemas causados pelo lixo descartado irregularmente, as crianças citaram consequências como: o aumento de casos de doenças na região, como por exemplo, a dengue. Além disso, citaram o mau cheiro e a sujeira no ambiente.

Já em outro desenho, o lixo apareceu novamente e, dessa vez, o estudante representou a coleta do lixo sendo realizada pelos coletores no caminhão de coleta que é feito diariamente pela prefeitura da cidade, com objetivo de fornecer qualidade de vida e preservação do meio ambiente.

**Figura 23:** Desenho retratando a coleta do lixo na comunidade de Candéal II.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

Medeiros *et al.* (2011), comentam sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas para preservação do meio ambiente, e para despertar o interesse dos alunos é necessário trabalhar de forma lúdica, ainda que difícil de ser desenvolvida, visto que requer muita prática, mudanças de comportamento pessoal e comunitário, tendo em vista que para alcançar o bem comum deve-se somar atitudes individuais.

Os autores concluem que, trabalhar educação ambiental, se tornou hoje uma ferramenta indispensável no combate à destruição ambiental no qual todos os seres vivos estão inseridos. Sendo os professores e alunos os principais agentes de transformação e conservação do meio ambiente, pois é na escola onde mais se conversa sobre esse assunto, e tenta melhorar as condições do planeta. Para que se crie uma filosofia conservacionista é necessário que se forme a consciência de que o ambiente não é propriedade individual, mas reconhecê-lo como um lugar de todos, por isso, torna-se necessário cuidar dos recursos que podem prejudicar a si mesmo e ao próximo, por exemplo, os bens públicos, feitos de materiais retirados da natureza e o meio ambiente.

Observando os desenhos das crianças e suas falas, outro ponto marcante foi a relação com as lagoas da região, comumente conhecidas na região como “*tanques*”. A cidade de Feira de Santana tem um grande número de lagoas, que podem ser permanentes ou temporárias, e têm uma grande importância para a vida humana, e adquirem um valor

ainda maior, pois além da importância como recurso natural na manutenção do equilíbrio ecológico, as lagoas são significativas para a história da cidade (NETO et al., 2005).

As crianças que desenharam as lagoas para representar o meio ambiente no Candéal II, têm relação direta com esses espaços juntamente com seus familiares. Na fala dessas crianças, foi possível observar a importância que essas lagoas têm para essas e para seus familiares e outros moradores da comunidade.

Uma estudante relatou a seguinte fala: “*Lembro quando eu era menor e na nossa casa não tinha água encanada, minha avó ia até a lagoa próxima a nossa casa lavar roupa*”. Isto revela o aspecto social e econômico relacionado à água que é distribuída em comunidades tradicionais, muitas vezes desassistidas pelo poder público. Com esta fala também recordei-me da minha avó que tinha a mesma prática, antes da rede de água encanada chegar até nós. A água dessas lagoas ainda é utilizada para o consumo de animais domésticos que pertencem aos moradores da região.

**Figura 24:** Vegetação, sol, nuvens e lagoa para representar meio ambiente no Candéal II.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

Neto et al., (2005, p.3) ainda citam sobre as lagoas da zona rural e os impactos que essas vêm sofrendo:

As lagoas localizadas na zona rural, sofreram modificações ligadas a: substituição da vegetação natural por pastagens, construção de

estradas e extração de insumos para a construção civil, como areia, argila e rocha, que também ocorrem no núcleo urbano.

Nas figuras abaixo (25 e 26), pode-se observar duas lagoas localizadas na comunidade de Candéal II, que estão sendo afetadas, já que em torno a vegetação natural foi substituída por pastagem.

**Figura 25:** Lagoa na Comunidade de Candéal II.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

**Figura 26:** Lagoa na Comunidade de Candéal II.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

Partindo disso, Leff (2006, p. 202) ressalta que:

A questão ambiental aparece como uma problemática social e ecológica generalizada de alcance planetário, que mexe com todos os âmbitos da organização social, do aparato do Estado e todos os grupos e classes sociais. Isso induz um amplo e complexo processo de transformações epistêmicas no campo do conhecimento e do saber, das ideologias teóricas e práticas, dos paradigmas científicos e os programas de pesquisa.

Logo, entende-se que a crise ambiental mexe com todos os grupos sociais, aqueles que dependem diretamente da terra para o seu próprio sustento, como os moradores de comunidades quilombolas, são mais prejudicados. Daí a importância de conversar com essas pessoas, buscar saber suas necessidades e anseios, em todas as gerações.

Como aconteceu nessa pesquisa, busca-se saber sobre o meio ambiente na comunidade através das crianças, que devem ser mais ouvidas, potencializando a sua fala e seus saberes. Como afirma Leff (2003), que o saber é um processo de revalorização das identidades culturais existentes, uma vez que reconhece a cultura e realidade do outro, pode sanar e reduzir conflitos.

Com isso, utiliza-se a análise dos desenhos das crianças e conversando com elas, foi possível verificar a preocupação ambiental que existe em suas falas. Portanto, ressaltamos a importância de conhecer esses conhecimentos das crianças e conversar sobre, sendo uma maneira de desenvolver argumentos e conscientizar grupos, em especial a geração atual, para que possa transmitir para próximas gerações, e preservar a comunidade tradicional que moram.

### **3.5 MAIS DESENHOS E MAIS CONVERSA: A TERRA FÉRTIL DO CANDEAL II**

*Terra fértil*  
*Aonde colhe tudo que se planta*  
*Nessa terra existe a esperança*  
*Para aquele que é semeador*  
*A vida inteira por essa terra eu procurei*  
*Pelas estradas muitas lágrimas derramei*  
*Mas este dia para mim chegou*

*Terra fértil, Terra fértil.*  
*Abençoada pelo meu Senhor*  
*Aonde pouco semeei e muito colhi*  
*Nessa terra hoje eu sou feliz*  
*Todas as manhãs eu olho para o infinito*  
*E de joelho agradeço ao criador*  
*Que me trouxe para essa terra*

*E a minha vida mudou  
Terra Fértil, Terra Fértil.  
Que o meu Senhor Abençoou  
Aqui que se colhe tudo o que se plantou.*

(TONY RAMOS, 2017)<sup>24</sup>

Como diz o poema acima: “*Terra fértil, aonde colhe tudo que se planta*”, assim é o Candeal II na voz das crianças. Em suas falas foi possível observar a relação direta que essas crianças e seus familiares possuem com o meio ambiente e a terra da comunidade; é de onde vem o sustento de algumas famílias das crianças participantes da pesquisa, já que muitos moradores cultivam no quintal de casa e levam até às feiras livres do centro urbano de Feira de Santana para comercializar e obterem sua renda financeira, sendo assim, a agricultura familiar é um meio de subsistência e fortalecimento dos moradores.

Nepomuceno e Aragi (2020, p.78) comentam sobre a relação que os quilombolas têm com a terra e como isso fortalece o laço afetivo entre os moradores:

O cultivo de mandioca, milho, feijão e arroz compõe a base alimentar dessas comunidades quilombolas desde o período colonial. A partir desta cultura alimentar, estruturaram-se modos de fazer o plantio, de colheita e de troca que se tornaram tradicionais dentro da comunidade. Neste sentido, foi em torno da relação com a terra que construíram sua cultura e desenvolveram os principais valores que regem, ainda hoje, seu cotidiano: o território como um bem coletivo.

Conversando com as crianças, elas citaram algumas frutas que são cultivadas na comunidade e facilmente encontradas nos quintais das casas da comunidade: manga, laranja, coco, caju, acerola e limão. Segundo as crianças, esses arbustos e árvores frutíferas fazem parte do meio ambiente, tendo uma grande importância para comunidade, pois produzem frutos que podem ser consumidos e comercializados.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.luso-poemas.net/modules/news/article.php?storyid=323766>

**Figura 27:** Desenho feito por estudante para representar meio ambiente no Candeal II.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

**Figura 28:** Desenho feito por estudante para representar meio ambiente no Candeal II.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

**Figura 29:** Desenho feito por estudante para representar meio ambiente no Candéal II.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

Durante a conversa com essas crianças, notamos a importância que o meio ambiente tem para as comunidades quilombolas, como comenta Almeida e Abrantes (2021, p.3-4):

A relação dos quilombolas com o meio ambiente vem se estabelecendo desde que o africano foi trazido para o Brasil como sujeito escravizado, quando foram formados os primeiros quilombos. O território é elemento central no viver quilombola, razão dos constantes embates pelo direito à terra desse grupo social, já que nele estão as marcas identitárias que definem seus habitantes. É no território que se forjam as condições socioeconômicas e culturais indispensáveis para a sobrevivência do grupo. O cotidiano das comunidades quilombolas traz como ponto forte essa relação de seus ocupantes com seus territórios, logo, com o meio natural onde estão inseridos. A terra, e o que nela há, torna-se fundamental para a continuidade da existência desses grupos.

Aqui ressaltamos a importância dessa pesquisa, pois ouvimos e conversamos com crianças, afim de conhecer esses saberes ambientais que perpetuam nas gerações na comunidade de Candéal II, com a intenção de descolonizar esses saberes e abrir portas para que esses adentrem nas salas de aula.

### 3.6 A CASA DE FARINHA APARECE NAS CONVERSAS E DESENHOS

*Depois de ter entrado para rã, para árvore, para pedra*

*- meu avô começou a dar germínios*

*Queria ter filhos com uma árvore.*

*Sonhava de pegar um casal de lobisomem para ir*

*vender na cidade.*

*Meu avô ampliava a solidão.*

*No fim da tarde, nossa mãe aparecia nos fundos do*

*quintal : Meus filhos, o dia já envelheceu, entrem pra*

*dentro.*

*Um lagarto atravessou meu olho e entrou para o mato.*

*Se diz que o lagarto entrou nas folhas, que folhou.*

*Aí a nossa mãe deu entidade pessoal ao dia.*

*Ela deu ser ao dia,*

*e Ele envelheceu como um homem envelhece.*

*Talvez fosse a maneira*

*Que a mãe encontrou para aumentar*

*as pessoas daquele lugar*

*que era lacuna de gente.*

*Manoel de Barros<sup>25</sup>*

Conversando com as crianças sobre meio ambiente, elas afirmaram que a casa de farinha faz parte dele, assim como representaram esses espaços nos desenhos, quando solicitado que fizesse o desenho do que representa meio ambiente no Candeal II.

---

25

<https://sites.google.com/site/poesiadalusofonia/manoel-de-barros/do-livro-sobre-nada/arte-de-infantilizar-fo-rmigas>

**Figura 30:** Casa de farinha no desenho feito pela criança.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

**Figura 31:** Casa de farinha no desenho feito pela criança.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

**Figura 32:** Casa de farinha no desenho feito pela criança.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

Com base nisso, registra-se aqui, as memórias da infância ao produzir esta dissertação. Para essas crianças, o presente. Para mim, o pretérito, que guardo na lembrança das manhãs e tardes nas casas de farinha, junto com familiares e vizinhos. São essas produções e relação direta com o ambiente que os moradores do Candeal II constroem e perpetuam suas histórias, saberes e memórias, através das gerações, vivendo em comunidade, tendo como laço a afetividade e coletividade em prol do bem de todos.

Mais uma vez o conceito de “biocultural” aparece e, neste aspecto da casa de farinha, como ideia-força, pois além de o meio ambiente ser representado apenas com desenhos de árvores, lagos, animais, muito comum em desenhos de crianças e até mesmo pessoas jovens e adultas, aparece uma casa, não aquelas em que as crianças residem no espaço físico, mas residem na memória ancestral, pois “o conceito biocultural surge com a intenção de religar a natureza com a cultura, dimensões que foram divididas pela modernidade/colonialidade como formas hegemônicas de entender o mundo” (HERNANDEZ, 2002, p.1).

A casa de farinha é o espaço onde acontece a transformação da raiz da mandioca (*Manihot esculenta*) em derivados como a farinha, goma, tapioca, puba, beiju e outros. A casa de farinha é um espaço que existe no Brasil desde o período colonial, sendo presente

em número maior nas regiões Norte e Nordeste brasileiro, além de servir como subsistência para muitas famílias, é um espaço de memórias e ancestralidade<sup>26</sup>.

Santos (2021) em sua tese de doutorado tendo como tema de estudo as casas de farinha, retrata que o nome “casa” não é por acaso, mas uma maneira afetuosa e acolhedora que remete esses espaços das casas de farinha, já que os laços familiares e da vizinhança cooperam para a transformação dessa raiz em itens fundamentais para o sustento da família:

As Casas, também chamadas de farinheiras, se qualificam de CASA não por acaso, mas por acolherem uma socialização diferenciada no processo de execução da produção assentada no trabalho familiar. Como unidade de produção familiar, demarca o estreitamento dos laços consanguíneos<sup>3</sup>, da socialização entre famílias e do trabalho coletivo e do solidário, os quais levam à reflexão sobre o processo de desmonte da organização social, pois se entende que, justamente nessa desarticulação pelo avanço do capital, se compromete o sustento da família rural, altera-se a dinâmica de vida e desestrutura o trabalho, como também a condição da classe trabalhadora em questão. Como unidade e espaço de produção material da vida, as Casas de Farinha podem até passarem despercebidas dos olhares acelerados do cotidiano, como se destoassem de uma sociedade que apressa suas mudanças e encontra-se mergulhada no modo de produção capitalista, e, por isso, direta ou indiretamente, a sequestram, em contraposição às formas de produção não-capitalista que dimensionam as atividades produtivas no interior da referida manufatura (SANTOS, 2021, p. 20).

Sobre as memórias afetivas construídas por homens, mulheres e crianças, nas casas de farinhas, a autora ainda comenta:

Neste sentido, como as memórias estão resguardadas e compartilhadas por homens e mulheres do campo, trabalhadores de Casas de Farinha, em um grupo de trabalhadores, verifica-se a emergente pluralidade, ou seja, existem várias memórias. No plural do termo, vê-se o reconhecimento de que existem muitas memórias, de que elas são uma fonte singular para estabelecer um elo entre o pretérito e o presente, entre o vivido e o recordado. São também um reflexo das reminiscências de homens e mulheres, dos vestígios de uma época passada, do que, de fato, se constitui memória, ou melhor, memórias, como também do que foi esquecido, do contraditório, da recuperação de lembranças coletivas em contextos diversos em que seja necessário evocá-las. São memórias de homens, de mulheres, dos jovens, dos mais velhos; são memórias perpetuadas no processo de produção, no ambiente de trabalho e no confronto da realidade a qual eles pertencem e a real dinâmica pela totalidade que os abarca. Os lugares permitem leituras humanas carregadas de memórias; as vozes que os interpretam ressoam do vivido: um pretérito de significados. O lugar, as coisas, os objetos deixam de ter um significado funcional para carregar o elo afetivo em meio às memórias que o constituem. As casas de farinha são locais de memórias. As memórias presentes nas Casas de Farinha advêm também do recordado e do vivido por homens e mulheres do campo, na divisão de tarefas, na vida partilhada em família, no contraditório das lembranças que compõem a história de grupo e de uma coletividade, no embate entre o que se lembra entre a disputa de memórias de

---

<sup>26</sup> Disponível em:

<http://www.uesb.br/noticias/o-que-mudou-na-vida-dos-trabalhadores-de-casas-de-farinha/>

homens, memórias de mulheres. Da mesma maneira, ocorre entre os mais jovens ou os mais velhos, tratam-se, portanto, de memórias. Logo, as memórias, assim constituídas, ganham a identificação social e cumprem o seu papel de reconstruir uma situação em que objetos ou homens e mulheres são porta-vozes de sua completude originária (SANTOS, 2021, p. 95-96).

Sampaio (2016), em sua dissertação, retrata sobre as casas de farinha do Distrito de Matinha dos Pretos, relatando que a farinhada nesse distrito não é apenas o ato de produzir farinha mecanicamente. Este é um valor cultural, um processo árduo que nos remete a um trabalho coletivo, cantado e tatuado em corpos negros, que depois de horas se materializa no néctar branco que alimenta a população do campo, em diferentes partes do Brasil, sendo um processo que os trabalhadores trabalham felizes e alegres em meio a uma rica experiência cultural com direito a brincadeiras, contos, cantorias, pandeiras, violeiros e danças como o baião e o samba de roda, em uma festança que ocorre principalmente à noite, sendo uma tradição que faz parte das vivências cotidianas das comunidades rurais, principalmente das comunidades remanescentes de quilombo, representando autonomia, e autossuficiência da família, grupo ou comunidade ao produzir a farinhada, e outros derivados da mandioca.

As casas de farinha geralmente são construídas no mesmo terreno família núcleo, ao lado da casa residencial do patriarca ou da matriarca do grupo familiar. No tocante à estrutura física, assemelham-se a um grande casarão com varandado amplo, onde as raspadeiras trabalham fazendo a limpeza e raspagem das raízes. Na sua estrutura interna, está a moenda, a prensa, o forno de barro, as vasilhas, arupembas e outros utensílios necessários ao processo mágico de fazer farinha (SAMPAIO, 2013, p.114).

Durante as rodas de conversas com as crianças, foi possível observar a relação direta que essas têm com as casas de farinha e alguns estudantes relataram que os familiares possuem na propriedade a casa de farinha e que da produção da farinha e derivados, que é possível sustentar economicamente a família. Esses produtos derivados da mandioca são utilizados para o próprio consumo dos produtores ou nas feiras livres do centro urbano de Feira de Santana.

As crianças relataram ainda que os vizinhos e outros familiares que não residem em propriedades que tenham a casa de farinha, podem partilhar com quem possui, representando assim, uma relação de coletividade que Sampaio (2013) e Santos (2021) trazem em seus escritos.

### 3.7 DESEMPAREDAMENTO FEITO COM CRIANÇAS UTILIZANDO FOTOGRAFIAS: IMAGENS PARA IMAGINAR OUTRAS CONVERSAS

**Figura 33:** Conjunto de fotografias registradas pelas crianças.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

A fotografia é uma forma de recriar a realidade quando paralisa o tempo em fração mínima de tempo, possuindo caráter informativo (CIAVATTA, 2022). Santos, Miranda e Gonzaga (2018), retratam a fotografia como fator preponderante de reconhecimento e análise dos espaços que vivenciamos e da realidade que nos cerca, não sendo apenas uma manifestação artística-cultural, considerando que:

Por ser um elemento que permite revisão histórica de forma linear, a fotografia possui papel educativo de extrema importância, pois possibilita variadas formas de percepção e forte formação dos conteúdos que constituem a produção da subjetividade. Sendo assim, o auxílio do educador nesse processo imagético é fundamental para a observação e a análise das imagens, visto que é pelo direcionamento prévio e posterior que o aluno poderá eleger os elementos centrais que norteiam o seu olhar em relação às imagens e identificar questões que, sem o auxílio adequado, podem passar despercebidas (SANTOS, MIRANDA, GONZAGA 2018, p.2).

Pensando nisso, tomamos como base e nos inspiramos naquilo que Tiriba (2018) nomeia de *desemparedamento da infância*. A autora considera cada criança como uma extensão da natureza, uma espécie que se renova no planeta e, por isso, deve haver o contato com a natureza. A autora ainda comenta que a escola considera as crianças seres separados da natureza, já que maior parte do tempo que passam dentro da escola é entre quatro paredes.

Neste contexto, o que se aprende com a natureza, em contato direto com o mundo, não se resume ao que se pode organizar racionalmente, de modo anteriormente planejado. Trata-se, então, de considerar as intervenções criativas das crianças, seus interesses presentes, pois é possível definir o que se ensina, mas jamais o que se aprende. Assim, as vivências ao ar livre, os passeios no entorno podem ser entendidos como possibilitadores de aprendizagens de corpo inteiro, em que são incluídas a atenção curiosa, a contemplação, as sensações, as emoções, as alegrias! São aprendizagens que se realizam aqui e agora, não servem apenas para confirmar o que foi trabalhado de forma sistemática, antes ou depois (TIRIBA, 2018, p.2).

Léa Tiriba (2018), traz em sua pesquisa a ideia de *desemparedamento* como sair literalmente da sala de aula e explorar outros espaços, para que a criança entre em contato com a natureza e sua expansão, comentando que na escola há vários espaços para serem explorados, como por exemplo, o pátio.

Além de permitir o contato com a natureza, o *desemparedamento* permite ativar o senso investigativo das crianças, observando os fenômenos naturais que acontecem. De modo que, os educadores possam adotar tal prática e observar a relação de pertencimento das crianças a esse território que estão inseridas. A autora ainda comenta sobre práticas

que podem ser desenvolvidas fora da sala de aula, sendo essas experiências significativas para as crianças:

Brincar na areia, participar de piqueniques à sombra das árvores, pendurar-se nelas, encantar-se com o canto dos pássaros ou com a beleza das flores, tomar banho de chuva, cultivar uma horta, criar uma escultura a partir de um galho e descobrir como a vida se desenvolve são experiências importantes que colocam a criança frente à beleza e ao mistério da vida. Simultaneamente, a qualidade sistêmica da natureza oferece à criança a noção de complexidade e interdependência, valores fundamentais para pensar sua ação no mundo e as próprias relações sociais, incluindo reflexões sobre o paradigma antropocêntrico. Portanto, se esses momentos não tiverem lugar na escola ou em outros territórios educativos, talvez não aconteçam na vida de grande parte das crianças, empobrecendo o repertório de experiências que elas podem (e devem) vivenciar. Experiências estas que permitem à criança se misturar ao mundo construindo aprendizagens significativas e subjetividades (TIRIBA, 2018, p. 22).

Inspirando-se nesse pensamento, as crianças foram convidadas ao desemparedamento e ter esse contato com a natureza, saindo da sala de aula e enveredando para o entorno da escola, utilizando celulares para fotografarem o meio ambiente, durante meia hora e, após a atividade empírica, as crianças retornaram à sala de aula.

Foram selecionadas onze fotos daquelas que foram capturadas pelas crianças, todas elas foram impressas e, no último dia reservado para a finalização da pesquisa, aconteceu o momento da entrevista individual com as crianças. Nesse momento, foi solicitado que as crianças escolhessem quatro fotos que mais representavam para elas, o meio ambiente. Foi explicado que, após a escolha, iniciariamos a conversa sobre tais fotografias. Lembranças, esquecimentos, memórias ancestrais e afetivas!

A imagem do coqueiro (Figura 34) para as crianças, foi a que mais representou o meio ambiente no Candeal II, como justificativa de ser uma árvore frutífera muito comum na comunidade.

**Figura 34:** Fotografia de coqueiro feita por criança da escola.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

De acordo com as crianças, todas elas possuem árvores frutíferas no quintal de casa, o que ratifica a relação das comunidades quilombolas com a agricultura familiar, pois os estudantes destacaram outra fotografia que reforça essa relação, que foi a figura 33 da lavoura de milho e feijão.

**Figura 35:** Fotografia de Lavoura de milho feita por criança da escola.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

De acordo com as crianças, a imagem da lavoura (figura 35) representa o meio ambiente no Candeal II, já que é um alimento bastante consumido na região, aumentando esse consumo e plantio durante os meses de abril a julho. Em conversa com uma das crianças, foi afirmado o seguinte: *“Gostei dessa imagem! Lembro do São João, da fogueira e do milho assado. Minha família gosta de sentar ao redor da fogueira e cantar músicas de São João. É tradição lá na minha família”*. (Estudante participante da pesquisa)

Santos (2012), em sua pesquisa, aborda a relação dos quilombolas com o milho desde o período escravista, pois era um alimento destinado apenas às pessoas que tinham bens naquele período, e hoje é um alimento acessível a todos:

O milho está presente, tanto nos pratos do cotidiano, através do angu, que é servido no almoço e na merenda. Nos pratos que eram tradicionalmente preparados nas fazendas, e hoje são preparados pelos quilombolas, ele está presente, principalmente, no cuscuz de rapadura e na broa. Às visitas, também é reservado um prato à base de milho, o mingau gelado de milho verde. Raramente os quilombolas oferecerão angu a um visitante, a alguém que não consideram íntimos do grupo. Só nos foi ofertada uma refeição com angu depois que passamos a frequentar a cozinha, outro sinal e aceitação no grupo. Podemos inferir, desta forma, que o milho é um elemento na cultura dos quilombolas que simboliza mudança de ocupação de espaços marcados econômica e etnicamente. O milho, a possibilidade de acesso a ele, o processo de transformação no alimento em comida, é a metáfora da libertação efetiva. Ele representa a liberdade social e econômica desses grupos. Comer milho hoje significa, para os quilombolas, poder ocupar o espaço, antes preenchido pelos fazendeiros escravistas, donos da liberdade de seus pais e avós. Além disso, a partir das escolhas das receitas à base desse alimento, percebemos que quilombolas determinam quem são os de dentro e quem são os de fora do quilombo (SANTOS, 2012, p. 65-66).

A agricultura familiar quilombola é uma das práticas comuns nos quilombos do Brasil, que se desenvolve em seu seio que resgata costumes e saberes ancestrais de cada povo, cada quilombo e seu modo de cultivar a terra, conservando o meio ambiente, já que, considerando as práticas ancestrais, são nos quilombos e comunidades indígenas que ainda existem as maiores áreas ambientais preservadas, havendo um controle para exploração de recursos daquela área<sup>27</sup>.

As figuras 36 e 37 foram selecionadas, pelas crianças, para representar o meio ambiente no Candeal II, pois, segundo elas, as casas, a escola e construções fazem parte

<sup>27</sup> Disponível em:

<http://ecam.org.br/blog/bahia-boas-praticas-da-agricultura-familiar-quilombola/#:~:text=No%20que%20se%20refere%20%C3%A0,terra%2C%20conservando%20o%20meio%20ambiente.>

do meio ambiente, resgatando a ideia que meio ambiente não se restringe apenas às árvores e animais.

**Figura 36:** Construção abandonada e a vegetação.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

**Figura 37:** Campo de futebol ao lado da escola



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

Ainda na Figura 36 as crianças que as escolheram, consideraram as nuvens como parte do meio ambiente do Candeal II, pois são importantes para a formação das chuvas

que favorecem o preparo da terra para o plantio e colheita de alimentos como milho, feijão e mandioca, e que são fontes de sustentação para algumas famílias na comunidade. Um estudante relatou: “*Se não chove, não tem milho, nem feijão*”. Com essa fala, podemos perceber a importância da terra e do meio ambiente para essa população, e como as crianças reproduzem esses saberes.

**Figura 38:** O céu e as nuvens.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

As Figuras 39 e 40 foram escolhidas por seis crianças, pois, segundo elas, a vegetação foi o que mais chamou atenção e, além disso, a cor verde predominante na imagem retrata o meio ambiente na comunidade, assim como o capim que aparece em grande quantidade é importante para alimentação de animais como bovinos e equinos que alguns moradores detêm a propriedade.

**Figura 39:** Vegetação comum no Candeval II.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

**Figura 40:** Vegetação do Candeval II.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

Ainda sobre a Figura 38, uma estudante relatou que a vegetação presente na imagem, fez lembrar de uma lagoa que tem próximo a casa de sua avó, que já foi sinônimo de lazer e diversão, porém, nos dias atuais a mesma está imprópria para o banho, pois, alguns moradores utilizam o espaço para o banho de animais, como equinos e cães domésticos.

A partir da Figura 41 as crianças resgataram um tema que apareceu nos desenhos e foi percebido na imagem, também: o lixo. Segundo eles, o saco plástico lembrou o lixo, que é um problema que pode afetar negativamente o meio ambiente na comunidade, trazendo prejuízo para os moradores, como doenças, por exemplo, a dengue, já que a água parada e altas temperaturas favorecem o desenvolvimento do mosquito *Aedes Aegypti*, que também é transmissor de outras arboviroses como zika e chikungunya<sup>28</sup>.

**Figura 41:** Plantas ornamentais.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

Outras três figuras (42, 43 e 44) foram selecionadas pelas crianças para representar o meio ambiente no Candeal II. Tendo como foco principal da imagem, as

---

<sup>28</sup> Disponível em:

<https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=%C1gua%20parada%20E9%20prato%20cheio%20para%20o%20mosquito%20da%20dengue&id=14&link=secom/noticias.asp&idn=29037>

plantas medicinais que, segundo os estudantes, o uso delas é uma prática comum na comunidade, e que aprenderam como utilizar com seus avós, mães, pais, tias ou alguém mais antigo que eles, retratando assim a presença forte da ancestralidade na comunidade.

**Figura 42:** Planta Medicinal Hortelã miúdo.



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

O hortelã miúdo na imagem acima, é uma planta medicinal comum utilizada na região pelos moradores, segundo as crianças, pois o chá é utilizado para facilitar na digestão de alguns alimentos, problemas de gases e, além disso, a planta tem ação anti-inflamatória. Já o capim santo, na Figura 43 é utilizado na comunidade, segundo a conversa com as crianças, em forma de chá, para tratar problemas de dores abdominais e estomacais, além de ter ação calmante, é “*bom para dormir*” como retratou uma criança na sua fala. O eucalipto, Figura 44, segundo as crianças, é utilizado para combater a gripe e sintomas de resfriado, além de combater a tosse e outros problemas ligados ao sistema respiratório.

**Figura 43:** Planta Medicinal Capim Santo e Seriguela



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

**Figura 44:** Planta Medicinal Eucalipto



**Fonte:** Arquivo Pessoal (2022).

A plantas medicinais são aqueles vegetais que possuem princípios ativos que auxiliam na prevenção, tratamento e cura de algumas doenças. Diversas partes das plantas podem ser utilizadas para uso medicinal, como, por exemplo, os chás, feitos a partir da folha, casca, raiz e etc. e, usados na forma de inalação, uso oral, banho de assento e outros: as folhas, a casca, a raiz, entre outros.

Por conseguinte, consiste em uma das práticas mais utilizadas pelo ser humano para cura, prevenção e tratamento de doenças, servindo como importante fonte de compostos biologicamente ativos (ANDRADE et. al, 2007). Nos dias atuais, ainda são bastante utilizadas, principalmente, pelos moradores da zona rural, por ser de fácil acesso e de baixo custo, se comparados ao uso de medicamentos industrializados, mas é importante destacar, a partir das falas das crianças que, para além do aspecto econômico, as plantas medicinais, em comunidades quilombolas, são utilizadas pelo reconhecimento de sua eficácia que foi transmitido pelos mais velhos, de geração em geração, ancestralmente.

Na pesquisa realizada em uma comunidade quilombola no município de Irará, Bahia, Souza e Barzano (2022, p.273) concluíram que:

a utilização das plantas medicinais é uma prática dos antepassados, destacando a grande influência das mães das mulheres. Conclui-se que as plantas medicinais utilizadas pela comunidade quilombola de Massaranduba e suas indicações terapêuticas revelam um rico conhecimento etnobotânico que tem origem ancestral, cujos saberes perpassam ao longo de sucessivas gerações e se mantêm na comunidade e isto reforça da necessidade de contribuirmos para a difusão do conhecimento de sujeitos quilombolas e sua ancestralidade.

Em uma pesquisa de doutorado realizada por Maria Angela Nascimento, no distrito da Matinha dos Pretos, em 1997, revelou que cerca de 92 famílias entrevistadas na comunidade de Matinha, todas elas fazem o uso de remédios caseiros e citam que aprenderam com gerações anteriores, assim como foi narrado pelas crianças participantes desta pesquisa que, ao comentarem sobre o uso das plantas medicinais, reiteraram que aprenderam com pessoas de suas famílias de gerações mais antigas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar na comunidade de Candeal II, onde nasci, cresci, moro e tenho minhas raízes e antepassados escritos na história desse local, foi o momento de despertar memórias afetivas de quando fui criança. E vendo aquelas crianças falarem pude perceber a potência escondida nas falas, já que muitas vezes, as pesquisas são sobre as crianças, porém não escutam as mesmas. Diante disso, essa pesquisa foi uma forma de empoderar e potencializar as crianças, seus saberes e suas falas.

As crianças são continuidades de nossas histórias, das memórias e saberes de seus antepassados. Através dessas crianças que pode-se manter a memória biocultural dessas comunidades tradicionais ricas em conhecimentos. Conversar com crianças, em destaque, crianças quilombolas, é reconhecer a biodiversidade do local em cada olhar, fala e expressões, emergindo disso, os inúmeros saberes que podem ser utilizados no ensino de ciências e outras disciplinas escolares, reconhecendo a potencialidade dessas comunidades.

Trilhar esse percurso, é enxergar o outro, que por muito tempo teve seus saberes subalternizados e ignorados diante da hegemonia europeia, focando na descolonização desses saberes, como aborda Oliveira e Candau (2010). Essa pesquisa, sendo assim, foi/é uma oportunidade de abrir portas e porteiros para os conhecimentos dos moradores da comunidade adentrarem à sala de aula, considerando as diferentes formas de saberes e diálogos, propondo uma relação entre a educação, educação ambiental e os saberes tradicionais.

Durante esse percurso foi possível vivenciar de maneira mais clara a relação direta que os moradores das comunidades tradicionais têm com os recursos naturais, como por exemplo, no plantio de alimentos fundamentais para agricultura de subsistência comum na localidade.

São relações diretas com a natureza que promovem o que Toledo e Barrera-Bassols (2015) chamam de Memória Biocultural, sendo uma forma de identificar e representar os saberes, conhecimentos e diálogos dessas comunidades tradicionais.

Nesse caminho, da porteira do quilombo até a escola, cada conhecimento e fala, fez-me enxergar o outro além. Cada criança participante dessa pesquisa, mostrou-me o quanto saberes carregam consigo herdados de seus antepassados, e que são meios para que esses conhecimentos perpetuem as próximas gerações. Permitindo viver e tradições, mitos e histórias que fazem parte da identidade da comunidade. Conversar com crianças é

ver o quanto dependemos delas para que os conhecimentos e saberes não morram ou não sejam esquecidos.

Muitas inquietações surgiram com a pesquisa, entre elas, como é possível descolonizar diariamente na sala de aula os conteúdos que são ensinados, para abrir mais espaço para os saberes dos moradores da comunidade que a escola está inserida. Saberes e conhecimentos que devem ser valorizados, resgatando, inclusive, essa biodiversidade de saberes, que se expressam em cada expressão.

Conversar com crianças, é ouvir o que elas têm para dizer, viajar junto a elas na sua imaginação e sabedoria. E, utilizando a ideia de Tiriba (2018), foi possível desemparedar os muros da escola, permitindo as crianças fotografarem o que percebem e sentem de meio ambiente no Candeal II. Assim como os valores civilizatórios baseados em Trindade (2018), caminharam junto conosco nessa pesquisa, entre eles a oralidade, circularidade, memória e ancestralidade. Vivenciar essa experiência com as crianças do Candeal II, foi possível perceber a ancestralidade presente nas falas e nas contações de histórias que aprenderam com seus familiares.

Outro ponto que se destacou nessa pesquisa, foi a relação das crianças com as casas de farinha da comunidade. Uma relação antiga que perpassa pelas gerações, na qual, muitas famílias tiram desse espaço o sustento financeiro, já que através da mandioca produzem derivados que é comercializados na comunidade ou no centro urbano da cidade de Feira de Santana, mas, mais que isso, se reforça a potência da casa de farinha como característica cultural do meio ambiente. Além disso, o milho e o feijão são alimentos tradicionais na comunidade e, que de acordo com as crianças, representam o meio ambiente no Candeal II.

Por fim, pesquisar com crianças quilombolas, ouvi-las, ceder espaço para seus conhecimentos e saberes, é romper com uma colonialidade imposta pela hegemonia europeia, e propor o diálogo intercultural e biodiverso. Criar laços entre os diferentes diálogos que podem existir dentro de uma comunidade, e manter vivo saberes de nossos antepassados, já que em mim, como moradora da comunidade vive um pouco desses saberes, que serão passados para minhas próximas gerações.

## REFERÊNCIAS

- ABIB, S. A. M.; MACHADO, P. R. J. CORPO, Ancestralidade e Africanidade: por uma educação libertadora no jogo da capoeira angola. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, Brasil, v. 4, n. 2, p. 1-16, nov. 2011.
- ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil**. São Paulo: Scipione, 1995.
- ALBUQUERQUE, A. S. **Quem são os outros na/da avaliação?** Caminhos possíveis para uma prática dialógica. 2010. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- ALMEIDA, M. C. P; ABRANTES, E. S. **Aspectos Ambientais no Cotidiano de Comunidades Quilombolas na Baixada Ocidental Maranhense**. Disponível em: [https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628537720\\_ARQUIVO\\_a841452a8e03b228c0d0b2059574fd8e.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628537720_ARQUIVO_a841452a8e03b228c0d0b2059574fd8e.pdf) 2021. Acesso em: 28 jul de 2023.
- ALVES, D. A; SIMEÃO, E. M. da S; RAMOS, M. L; Educação Ambiental na Educação Infantil: Como e Porque sua Abordagem com Crianças nessa faixa escolar. **Colloquium Humanarum**, vol. 13, n. Especial, Jul–Dez, 2016.
- AMÉRICO, M. C.; DIAS, L. M. de F. Conhecimentos tradicionais quilombolas: reflexões críticas em defesa da vida coletiva. **Cadernos cenpec**. São Paulo. v.9, n.1. p.153-174 | jan./jul. 2019.
- ANDRADE, L. B. P. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p.
- ANDRADE, S. F.; CARDOSO, L.G.; BASTOS, J.K. Anti-inflammatory and antinociceptive activities of extract, fractions and populnic acid from bark wood of *Austroplenckia populnea*. **Journal of Ethnopharmacology**, v.109, n. 3, p. 464-471, 2007.
- ANGELO, Adílson de. Espaço-tempo na educação infantil: a roda de conversa como dispositivo pedagógico. In: ROCHA, Eloisa Acires Candal; KRAMER, Sonia (orgs.). **Educação infantil**: enfoques em diálogo. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- ARAÚJO, D. C.; DIAS, L. R. Vozes de Crianças Pretas em Pesquisas e na Literatura: esperar é o verbo. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019.
- ARAÚJO, R. M. et al. A Utilização de Desenhos como uma estratégia Didático-Pedagógica e para promoção da Educação Ambiental no Ensino de Ciências. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2021/Anais.TRABALHO\\_EV163\\_MD3\\_SA101\\_ID411\\_22102021193426.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2021/Anais.TRABALHO_EV163_MD3_SA101_ID411_22102021193426.pdf). Acesso em: 28 jul de 2023.
- ARRUDA, D. A.; ANDRADE, L. O. **Literatura de cordel como ferramenta lúdica para educação ambiental com crianças, Puxinanã-PB**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.
- BARATTO, M. **Direitos humanos e diálogo intercultural**: possibilidades e limites. 2009. 167 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281641>>. Acesso em: 01/08/2021.

BARGES, L. da S; SILV, J. B. do C; RODRIGUES, D. do S. Educação Ambiental e Cultura Quilombola: Entre Ausências de Políticas Públicas e Práticas de Resistência. **Revista Revbea**, São Paulo, v.16, No1:430-449, 2021. p. 435.

BARRAZA, L. Children's drawings about the environment. *Environmental Education Research*, v. 5, n. 1, p. 49-66, 1999. BARRAZA, Laura. Children's drawings about the environment. **Environmental Education Research**, v. 5, n. 1, p. 49-66, 1999.

BARRETO, D. C. “**Com licença, senhor narrador! Hoje eu vou contar a minha história!**”: conversando, ouvindo e contando histórias infantis pretas com/para crianças. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação), 153 f. - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2021.

BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)**, 2012, nº 65, ano VII (pp. 42-44).

BOTH, I. I; BISSOLLI, M. de F; OLIVEIRA, de M. Pesquisa com crianças: algumas reflexões sobre a Educação Infantil a partir de entrevistas com crianças pré-escolares em Manaus-AM. **Revista Humanidades e Inovação**. v.7, n.28, 2020.

BRAND, A. J. Saberes Tradicionais e as possibilidades de seu trânsito para os espaços escolares. UCDB, Campo Grande, 2012.

BRASIL. Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

BRASIL, Da Educação Ambiental. **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e saúde** – MEC. Brasília, 1997.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais da educação escolar quilombola**. Diário Oficial da União, Brasília, 13/03/2002.

CAMARGO, D. R. **Lendas, Rezas e Garrafadas: Educação Ambiental de Base Comunitária e os Saberes locais no Vale do Jequitinhonha**. Dissertação (Mestrado) - UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

CAMARGO, D. R.; SÁNCHEZ, C. Ciência popular do sertão mineiro e educação ambiental de base comunitária: saberes locais como pontos de partida para a contextualização de propostas educativas no Vale do Jequitinhonha. **Revista Ambiente & Educação** | v. 26 | n. 1 | 2021.

CAMPOS, M. C; GALLINARI, T. S. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista Nera** – ANO 20, Nº. 35 – Janeiro/Abril de 2017.

CARDOSO, A. L. S; FARIA, M. A. de; **A Contação de Histórias no Desenvolvimento da Educação Infantil**, São Paulo: Uninove, 2016.

CARVALHO, L. M. A Educação Ambiental e a formação de professores. In: **Panorama**

**da Educação Ambiental no Ensino Fundamental.** Brasília: MEC; SEF, 2001.

CARVALHO, A. M. A. **Teoria e prática na pesquisa com crianças.** São Paulo: Cortez, 2009. p. 31-50.

CASTRO, D. J. F. A.; MONTEIRO, B. A. P. A Decolonialidade no Ensino de Ciências através da análise dos trabalhos publicados no Enpec. XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – **Anais: XII ENPEC** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN – 25 a 28 de junho de 2019.

CIAVATTA, M. O materialismo histórico e a pesquisa em educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 22, p. e13896, 2022.

COOL, A. N. **Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização.** Cadernos de Proposição para o Século XXI, 2. São Paulo: Instituto Polis, 2002.

CORSARO, W.A. Reprodução interpretativa e Cultura de pares. In: MULLER, F. & CARVALHO, A.M.A (orgs.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro.** São Paulo: Cortez.; 2009.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

ELLEN, R.; HARRIS, H. Concepts of indigenous environmental knowledge in scientific and development studies literature: a critical assessment. In: **EAST-WEST ENVIRONMENTAL LINKAGES NET WORKSHOP**, 3., Canterbury, 1996.

FIGUEIREDO, N. Da Importância dos Artigos de Revisão da Literatura. **Revista bras. Bibliotecon. e Doe.**, São Paulo, 23(1/4) p:131-135, jan./dez. 1990.

FIGUEIREDO, R. A. A.; BARROS, F. B. Sabedorias, cosmologias e estratégias de caçadores numa unidade de conservação da Amazônia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 36, p. 223-237, 2016.

FONSECA, F. das V. **Os desafios socioeducacionais e comunitários nos processos de reconhecimento e fortalecimento dos Territórios Tradicionais Quilombolas: o caso da Fazenda Candeal II.** Dissertação (Mestrado). UEFS, Feira de Santana, 2021.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 44 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOUVEA, M. C. S. Infância, sociedade e cultura. In: CARVALHO, A.; SALLES, F. e GUIMARÃES, M. **Desenvolvimento e aprendizagem.** Belo Horizonte: EditoraUFMG; Proex-UFMG, 2003.

GUIMARÃES, J. B; OLIVEIRA, M. C. C. “Somos todos parentes”: as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, Santa Izabel-PA **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém, v.13 , nº2. p. 163-185. jul-dez 2019.

JÚNIOR, L. O. R.; OLIVEIRA, M.S.; RIBEIRO, R. M. M. **A Importância do desenho na Educação Infantil**: uma atividade dotada de várias significações. Aracajú, 2012.

KAERCHER, G. E .P. S. Brincando com os livros na escolarização inicial. In: DALLAZEN, M. I. H.; XAVIER, M. L. M. (org.) **Alfabetizar**: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KRETZMANN, C. G. **Multiculturalismo e Diversidade Cultural**: comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade. Universidade de Caxias do Sul (UCS): Pró-Reitoria de Pós-Graduação e pesquisa; programa de mestrado em direito: Caxias do Sul, 2007.

KUHLMANN JR., M. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LEFF, E. **A Complexidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/28295572\\_A\\_complexidade\\_ambiental](https://www.researchgate.net/publication/28295572_A_complexidade_ambiental) . Acesso em: 30/03/2022.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA, 1998.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Ciliação Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação e Realidade**, 34(3): 17-24 set/dez, 2009.

LIMA, J. F. S. et al. A educação ambiental em cumprimento de condicionante na comunidade quilombola patioaba, atuação da gestão ambiental. **Anais**: VI Congresso Brasileiro de Educação Ambiental, 2015, Porto Alegre. VI Congea, 2015.

LIMA, L. F. **Entre Desafios, Adequações e Descobertas**: A Educação Quilombola na Comunidade da Matinha dos Pretos. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015, p. 09.

LOPES, N. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MAFRA, A. H. Metodologias de pesquisa com crianças: desafios e perspectivas. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 17, n. 31, p. 107-119, mar. 2015. Disponível em: &lt;<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2015n31p107/28942>&gt; Acesso em: 30 mar. 2022.

MATOS, W. S. “**Etnicidade, Educação e Reconhecimento de Si entre as Crianças Quilombolas da Comunidade Nova Esperança**” Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade Instituição de Ensino: Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia, Jequié-BA, 2014.

MELO, A. C. **Biodiversidade**: Narrativas, Diálogos e Entrelaçamento de Saberes da Comunidade/Escola em um Território Quilombola do Semiárido Baiano. Tese de Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências - Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2019.

MELO, A. C.; BARZANO, M. A. L., Saberes da Biodiversidade: tecendo trilhas e traçando os caminhos que atravessam a escola e o Sertão. **Anais**: IX EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Juiz de Fora – MG, 2017, Universidade Federal de Juiz de Fora. p.3, 2017.

MIGNOLO, W. Histórias Globais/projetos Locais. **Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F . **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108p

MONTEIRO, E.; REIS, M. C. G.; Patrimônio Afro-Brasileiro no Contexto da Educação Escolar Quilombola. **Educ. Real**. vol.44 no.2 Porto Alegre 2019.

MORAES, A. J. **Caminhos da produção**: relações econômicas e políticas na comunidade quilombola de Macapazinho. Dissertação (mestrado em Antropologia). Belém, Universidade Federal do Pará, 2012.

NASCIMENTO, M. A. A; **As práticas populares de cura no povoado de Matinha dos Pretos, BA**: eliminar, reduzir ou convalidar?, UEFS, n.19, p. 101-134, Feira de Santana, jul./dez. 1998.

NEPOMUCENO, I. A.; ARAGI, J. C. Rede de conhecimento sobre a produção quilombola de alimentos no IFSP Campus Registro: cultura e tradição alimentar. **Revista Ingesta**, São Paulo - v2. n1 - set. 2020.

Neto J.S.C., Nolasco M.S., Rocha C.C. **Alterações na dinâmica do conjunto de lagoas em Feira de Santana-BA, a partir de modificações antrópicas**. In: Congresso Bras. De estudos do Quaternário. Guarapari- ES. 2005.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; LINO, D. Os papéis das educadoras: as perspectivas das crianças. In. OLIVEIRA- FORMOSINHO Julia. (org.). **A escola vista pelas crianças**. Editora Porto, Portugal, 2008. P.70.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, (online), v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010.

OLIVEIRA, D. E. **Filosofia da ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

PAIVA, V. L. M. O. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Rev. bras. linguist. apl.**, Belo Horizonte , v. 8, n. 2, p. 261-266, 2008.

PEREIRA, M. A. Africanidade e Letramento Literário: A Lei 10.639/03 e a Questão Étnico-Racial na Escola. **Anais do SILEL**. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

PETERSEN, P. Agroecologia: um antídoto contra a amnésia biocultural. In: TOLEDO, V. e BARRERA-BASSOLS, N. **A Memória Biocultural: A Importância Ecológica das Sabedorias Tradicionais**. Expressão popular, 2015. P. 27-42.

QUEIROZ, C. A.; PASSOS, M. C. P. **Sobre maçãs e sobre mangas: notas de uma pesquisa em diálogo com crianças afro-brasileiras e com a literatura**. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 4682-4693, maio, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277.

ROCHA, N. D.; ROCHA, J. M. da.; HAMMES, L. J., Educação ambiental transformadora: epistemologia e prática educativa. **Rev. Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. E-ISSN 1517-1256, v.33, n.2, p.268-285, maio/ago., 2016.

RUFINO, L. **Vence-Demanda: educação e descolonização**. 1 ed - Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SAMPAIO, M. C.de J. **O currículo vivido e os repertórios culturais negros nas escolas municipais da Matinha dos Pretos - BA: diálogos com a Lei 10.639/03/ Maria Cristina de Jesus Sampaio - Feira de Santana, 2013. 182 f.: il.**

SAMPAIO, M. C. J.; BARZANO, M. A. L., Culturas e Escolas na Matinha dos Pretos: relações tecidas no cotidiano. **Revista Teias**. v. 14. n. 31. pp. 62-75. maio/ago. 2013.

SANTANA, A. L.; NETO, G. G. Saber local e as conexões para a educação ambiental. **Travessias**, Cascavel, v. 8, n. 3, p. e10960, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/10960>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SANTOS, J. R. P. **Juventudes Quilombolas: Memória, Resistência E Construção De Identidades**. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém, 2018.

SANTOS, B. S. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Universidade de Coimbra, Coimbra, n. 78, p. 3-46, out. 2007.

\_\_\_\_\_. "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", in Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (Orgs.), **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. - 7 ed.- São Paulo : Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, D. M. dos. Os quilombolas e sua inserção nas políticas públicas: subsídios à discussão da política de ATER quilombola. **Revista de Políticas Públicas, [S. l.]**, v. 21, n. 2, p. 1019–1044, 2018. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8264>. Acesso em: 28 jul. 2023.

- SANTOS, A. O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola. **Intratextos**, Rio de Janeiro, Número Especial 03, pp.54-71, 2012.
- SANTOS, K. M; MIRANDA, J. C.; GONZAGA, G. R. **A fotografia como recurso didático**. RIO DE JANEIRO, v. 18, n. 1, p. 1-6, 2018..
- SILVA, J. A. Conhecimentos Tradicionais e o Ensino de Ciências na Educação Escolar Quilombola: Um Estudo Etnobiológico. **Investigações em Ensino de Ciências – V.24 (3)**, p. 121-146, 2019.
- SOUZA, R. S. **Memória e história quilombola**: experiência negra em Matinha dos Pretos e Candéal (Feira de Santana/BA). Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira-BA, 2016.
- TAVARES, M.; GOMES, S. R. Multiculturalismo, interculturalismo e decolonialidade: prolegômenos a uma pedagogia decolonial. **Dialogia**, São Paulo, n. 29, p. 47-68, mai./ago. 2018. DOI: 10.5585/Dialogia.n29.8646.
- TESSER, J. G. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educ. ver**, Curitiba, n.10, p. 91 – 98, 1994.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- TRINDADE, A. L. **Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil**. Revista Valores Afro-brasileiros na Educação. São Paulo, 2018.
- VANSINA, J. A. Tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. (org.). **História geral da África**. Vol.I. Ártica/UNESCO: São Paulo, 1982. Cap. 7, p. 157-179, 1982.
- VIEIRA, T. F. et al (Orgs.). **Educação ambiental em comunidades tradicionais – Mossoró – RN**: EDUERN, 2017.
- ROLDÁN, J. Las Metodologías Artísticas de Investigación basadas en la fotografía. In: ROLDÁN, J.; MARIN, R. **Metodologías artísticas de investigación en educación**. Archidona, España: Aljibe, 2012.
- WALSH, C. Interculturalidad y (de) colonialidad. Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DA CONVERSA INDIVIDUAL**

- O que você vê de meio ambiente nessas imagens?
- Qual imagem mais chamou sua atenção e você utilizaria para resumir o que é meio ambiente no Candeal II?
- O que você entende por meio ambiente que não apareceu nessas imagens?
- Nesses encontros que tivemos, o que ficou registrado em você sobre o meio ambiente no Candeal II?

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(TCLE) - Conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS**

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um convite à pessoa pela qual o(a) senhor(a) é responsável, para participar da pesquisa descrita abaixo. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo, e se estiver de acordo, assine no espaço “Assinatura do responsável do estudante”.

Com isso, convido seu(sua) filho(a) para participar da pesquisa “Conversando sobre meio ambiente com crianças da comunidade quilombola de Candéal II” que tem como pesquisadora responsável Bianca Rabelo Silva, mestranda em educação, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) sob orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Leandro Barzano, do Departamento de Educação da UEFS. Todo o processo de pesquisa será pautado pelas Resoluções CNS 510/2016 e CNS nº 466/2012. Toda e qualquer alteração do cronograma desta pesquisa iremos te informar.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os conhecimentos que os(as) estudantes do ensino fundamental I tem sobre temas ambientais, como modo de valorizar os conhecimentos que seu(sua) filho(filha) tem, assim como de outros(outros) alunos(alunas). A pesquisa com seu(sua) filho(a) terá início em abril de 2022, com previsão de término em junho de 2022. Toda a pesquisa será realizada na escola durante o horário de aula, sem haver a necessidade de utilizar o turno oposto. Para realizar a pesquisa serão lidas histórias infantis sobre temas ambientais e com isso iremos conversar sobre essas histórias e o tema delas. A conversa será guiada por mim, Bianca Rabelo Silva, podendo haver participação da professora da turma. Além disso, em um outro momento, também será realizada uma entrevista individual buscando saber mais sobre os conhecimentos do(da) seu(sua) filho(filha), em um espaço da reservado da escola, apenas seu(sua) filho(filha) e eu, Bianca. Além disso, fica garantido o sigilo e a privacidade do seu filho, com isso vamos utilizar um nome fictício para se referir ao mesmo.

Esses momentos poderão ser fotografados e gravados, porém, só os pesquisadores terão acesso às gravações. Nas conversas com a turma e na entrevista individual, acontecerá a gravação das falas. Todo o material produzido nesta pesquisa será guardado por cinco anos, nos meus arquivos pessoais, bem como nos arquivos do grupo de pesquisa RIZOMA da UEFS, do qual faço parte.

Desde já, como esta pesquisa envolve fotografias, informamos que é possível que a imagem do(da) seu(sua) filho(filha) seja revelada. Contudo, esclarecemos que será respeitado o direito ao anonimato, se assim desejar. Se você concordar em divulgar as imagens do(da) seu(sua) filho(filha), solicitamos que assine o termo de autorização do uso de imagem. Lembrando, caso você concorde com a divulgação das imagens, o(a) seu(sua) filho(filha) também terá a autonomia de escolher se deseja ou não ter sua imagem revelada. Dessa forma, será garantido o sigilo quanto aos dados de identificação do participante que não concorde com a divulgação das imagens.

É importante que você saiba que esta pesquisa pode apresentar alguns riscos, como por exemplo, constrangimento ao ser entrevistado ou fotografado, sentindo-se envergonhado

ou, ainda, trazer à memória experiências ou situações vividas que lhe causa desconforto. Todavia, não desejamos que isto aconteça. Caso aconteça algum dano a seu(sua) filho(filha), que seja causado pela pesquisa e devidamente comprovado, garantimos a vossa indenização. Vocês não irão gastar nada. Nós assumiremos todas as despesas necessárias para o desenvolvimento do nosso estudo e, caso tenha alguma, será ressarcido e terá o direito de buscar indenização no caso de eventual dano decorrente da mesma, bem como receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo necessário. Ressaltamos que não receberão qualquer vantagem financeira por participar da pesquisa. Os resultados da pesquisa poderão ser publicados em produtos resultantes dessa pesquisa, como por exemplo, artigos. Informamos vocês poderão ver as imagens após a confecção e antes de serem publicadas e será informado (a) para quais fins iremos utilizá-las. A pesquisa também apresenta benefícios, como, a valorização dos conhecimentos dos(das) estudantes da comunidade quilombola de Candéal II relacionando com educação ambiental, além da contribuição na compreensão da importância da educação ambiental com a conscientização da preservação ambiental, principalmente das Comunidade Candéal II. Importante lembrar que seu/sua filho(a) tem o direito de desistir de participar a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo. Além disso, ele (ela) pode recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase sem penalização alguma.

Ao fim da pesquisa, será realizada uma mostra para divulgação e devolução dos resultados, e vocês serão convidados para a apresentação dos resultados. Desde já nos disponibilizamos a esclarecer dúvidas antes, durante e após a realização desta pesquisa. Se você concorda em participar, assine este termo, em duas vias: uma é sua e a outra ficará sob nossos cuidados. Caso você se recusar a participar, não será penalizado de forma alguma. Querendo entrar em contato conosco, a qualquer momento, estaremos disponíveis no Prédio da Pós-graduação em Educação da UEFS, Av. Transnordestina S/N, Novo Horizonte – Feira de Santana/BA ou pelo telefone (75) 3161 8871. Em caso de dúvida em relação aos princípios éticos desta pesquisa, indicamos contato com o Comitê de Ética da UEFS, pelo endereço eletrônico (cep@uefs.br) ou pelo ou pelo telefone: (75) 3161-8124, de Segunda a Sexta, de 13h30 á 17h30, no módulo 1, MA 17, Av. Transnordestina S/N, Novo Horizonte – Feira de Santana/BA.

Feira de Santana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Pesquisadora Responsável**

Bianca Rabelo Silva

---

Nome do Estudante Participante

---

Assinatura do Responsável do Estudante

**APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(TALE) - Conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS**

Olá! Tudo bem?



Sou Bianca Rabelo Silva, estudante do Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e estou realizando uma pesquisa sob a orientação do professor doutor Marco Antônio Leandro Barzano. Estamos estudando sobre: “Descolonizando os saberes: conversando sobre meio ambiente com crianças da comunidade quilombola de Candeal II”.

Com essa pesquisa queremos saber de você quais os seus conhecimentos relacionados a temas ambientais, através de conversas que teremos e contação de histórias infantis sobre esses temas relacionados com meio ambiente, pois, queremos valorizar os conhecimentos que você tem sobre os temas ambientais.



Só que precisamos da sua ajuda para isso. Se a gente te convidar a participar da pesquisa, você aceita?

Mas antes de você responder, vamos te explicar como vai ser.

A gente vai fazer o seguinte: Eu Bianca, irei contar histórias infantis sobre temas ambientais, depois vamos conversar sobre essas histórias, será um momento para você compartilhar sobre os seus conhecimentos sobre os temas ambientais. Depois, individualmente, irei te fazer algumas perguntas sobre o que você pensa acerca dos temas ambientais (meio ambiente).

É importante que você saiba que esta pesquisa pode apresentar alguns riscos, como por exemplo, constrangimento ao ser entrevistado ou fotografado, senti-se envergonhado ou, ainda, trazer à memória experiências ou situações vividas que pode causar algum desconforto. Só que, não desejamos que isto aconteça.

Caso aconteça algum te aconteça algum dano, causado pela pesquisa e que seja devidamente comprovado, garantimos a sua indenização. Você não irão gastar nada. Nós assumiremos todas as despesas necessárias para o desenvolvimento do estudo e, caso tenha

alguma, será ressarcido e terá o direito de buscar indenização no caso de eventual dano decorrente da pesquisa, bem como receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo necessário.

Mas não se preocupe, a entrevista individual será realizada em um espaço reservado da escola, e vamos garantir o sigilo e sua privacidade, com isso vamos utilizar um nome fictício para se referir a você, além disso você não vai precisar ir no turno oposto a sua aula e caso você não queira você não queira ser fotografado, fica garantido o seu direito de anonimato, nesse caso você não assina o termo de autorização de imagem, nem o seu responsável, dessa forma vamos garantir todo o seu anonimato.

Mas se você não vê problemas em ser fotografado e ter suas imagens na minha pesquisa, tanto você quanto seu responsável devem assinar o termo de autorização de imagem. As imagens serão utilizadas no produto final da pesquisa, ou outros fins relacionados a pesquisa.

Lembrando que você não é obrigado a participar da pesquisa, e se durante a pesquisa você se sentir incomodado pode desistir, sem problemas. Se você tiver dúvida pode entrar em contato a qualquer momento, estaremos disponíveis no Prédio da Pós-graduação em Educação da UEFS, Av. Transnordestina S/N, Novo Horizonte – Feira de Santana/BA ou pelo telefone (75) 3161 8871. Em caso de dúvida em relação aos princípios éticos desta pesquisa, indicamos contato com o Comitê de Ética da UEFS, pelo endereço eletrônico (cep@uefs.br) ou pelo ou pelo telefone: (75) 3161-8124, de Segunda a Sexta, de 13h30 á 17h30, no módulo 1, MA 17, Av. Transnordestina S/N, Novo Horizonte – Feira de Santana/BA.

Feira de Santana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Pesquisadora Responsável**  
Bianca Rabelo Silva

---

Nome do Estudante Participante

---

Assinatura do Estudante

## APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, \_\_\_\_\_  
 (nome), de nacionalidade \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade RG  
 nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_,  
 residente \_\_\_\_\_,  
 \_\_\_\_\_, (  ) **autorizo** (  ) **não autorizo** o uso da imagem registrada  
 em vídeo e/ou fotografia de meu(minha) filho(a)  
 \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_\_,  
 registradas no âmbito da pesquisa “Descolonizando os saberes: conversando sobre meio  
 ambiente com crianças da comunidade quilombola de Candeal II”, a ser desenvolvida  
 pela sra. Bianca Rabelo Silva, mestranda em Educação no Programa de Pós-graduação  
 em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sob orientação da  
 Prof. Dr. Marco Antônio Leandro Barzano.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens acima mencionadas, exclusivamente para fins acadêmicos, artísticos e culturais, em favor dos membros e assistentes da pesquisa citada, apenas estudos científicos (livros, artigos, transparências e slides) e publicações decorrentes ao produto acadêmicos previstos na pesquisa. Informamos que tanto o responsável do estudante quanto o estudante poderão ver as imagens após a confecção e antes de serem publicadas, além disso será informado (a) quais fins iremos utilizá-las.

Fica ainda AUTORIZADA, de livre e espontânea vontade, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens do (a) menor citado (a).

Por esta ser a expressão de sua vontade, eu, o(a) responsável, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à sua imagem, e assino a presente autorização, em conjunto com o(a) responsável pela pesquisa, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Feira de Santana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Pesquisadora Responsável**

Bianca Rabelo Silva

---

**Assinatura do Responsável**

Nome do Responsável: \_\_\_\_\_

Nome do (da) estudante: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE E - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM - (MENOR DE 18 ANOS)**

Olá! Tudo bem?



Este é um documento chamado de “Termo de autorização de uso de imagem”, e ele serve para que você concorde ou não em ter sua imagem divulgada nos produtos da pesquisa que estamos realizando com você.

É muito fácil de entender!

Se você concorda que sua imagem, ou seja, vídeo e/ou fotografia que vamos realizar durante a pesquisa, seja divulgada no produto final da mesma ou em outros fins que envolva essa pesquisa, como por exemplo em livros, artigos e slides, você preenche os espaços que estão faltando. Caso você não concorde, é só não preencher.

Além disso, você poderá ver as imagens antes de serem publicadas e ficará sabendo para que vamos utilizar. E pode ficar tranquilo (a), porque estamos obedecendo obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990).

Eu, \_\_\_\_\_,  
 nacionalidade \_\_\_\_\_, menor de 18 anos, neste ato devidamente  
 representado por seu (sua) (responsável legal),  
 \_\_\_\_\_, nacionalidade  
 \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, portador da Cédula de identidade  
 RG nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº  
 \_\_\_\_\_, residente na Avenida/Rua  
 \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, complemento  
 \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_,  
 AUTORIZO o uso de minha imagem registrada em vídeo e/ou fotografia para a pesquisa  
 “Descolonizando os saberes: conversando sobre meio ambiente com crianças da  
 comunidade quilombola de Candéal II”, a ser desenvolvida por Bianca Rabelo Silva,  
 mestranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade  
 Estadual de Feira de Santana (UEFS), sob orientação do Professor Marco Antônio  
 Leandro Barzano.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso minha imagem.

Feira de Santana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Pesquisadora Responsável**

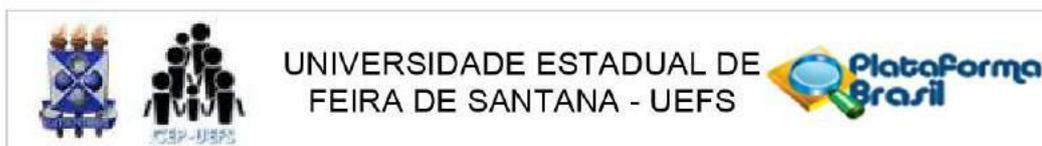
Bianca Rabelo Silva

---

**Assinatura do Estudante**

Nome do (da) estudante: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE F - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Descolonizando os saberes: conversando sobre Meio Ambiente com crianças da Comunidade Quilombola de Candeal II

**Pesquisador:** BIANCA RABELO SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 55555721.6.0000.0053

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Feira de Santana

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.317.290

#### Apresentação do Projeto:

Este é o terceiro parecer à pesquisa "Descolonizando os saberes: conversando sobre Meio Ambiente com crianças da Comunidade Quilombola de Candeal II", cuja pesquisadora responsável é "BIANCA RABELO SILVA".

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa".

A pesquisa intitulada "Descolonizando os saberes: conversando sobre Meio Ambiente com crianças da Comunidade Quilombola de Candeal II" é proposta pela pesquisadora responsável Bianca Rabelo Silva, que possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2020), e está com o Mestrado em andamento em Educação na instituição promotora da pesquisa, a Universidade Estadual de Feira de Santana (doravante, UEFS). A pesquisa tem a orientação de Marco Antonio Leandro Barzano, graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1990), mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2000) e doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2008), sendo o orientador ainda Professor Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana, dedicando-se especialmente em Educação Ambiental; Currículo e Culturas; Formação de Professores e Currículo de Biologia; Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola.

As Informações Básicas da Pesquisa informam que esta se trata de uma conversa "sobre meio ambiente com as crianças da comunidade de Candeal II, afim (sic) de estabelecer um diálogo

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3161-8124 **E-mail:** cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

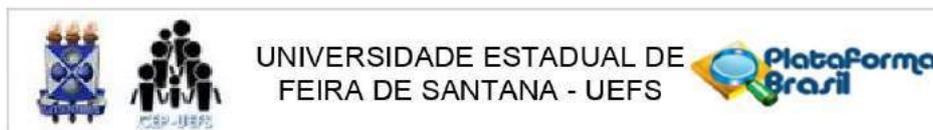
intercultural no ensino de ciências". Assim, "os conhecimentos tradicionais dos estudantes do ensino fundamental I" serão "relacionados com temas ambientais, a fim de estabelecer um diálogo intercultural decolonial no ensino de ciências".

A justificativa social para a pesquisa diz respeito à "importância de trabalhar Educação Ambiental em comunidades quilombolas com a possibilidade de utilizar os conhecimentos tradicionais como forma de ensinar e aprender sobre outras culturas existentes, abrindo espaço para valorização e diálogo". A relevância científica se dá pela utilização da teoria decolonial, nos termos que seguem: "Oliveira e Candau (2010, p. 24) consideram a decolonialidade como forma de considerar as lutas dos povos que historicamente foram mais subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber. Ainda de acordo com os autores, nesse processo também se encontra a estratégia da interculturalidade como princípio que orienta pensamentos, ações e novos enfoques epistêmicos".

A pesquisadora responsável se propõe a realizar "leituras de histórias infantis promovendo rodas de conversas e a entrevista semiestruturada individual com os estudantes", os quais são 20 (vinte) alunos e alunas do Fundamental I, menores de idade, da quinta série.

A metodologia proposta é a que segue: "Para percorrer o caminho metodológico, ajudando a compreender o fenômeno a ser estudado, adotamos a pesquisa com abordagem qualitativa, sendo definida por Godoy (1995) como pesquisa de caráter descritivo com enfoque indutivo, considerando o ambiente natural como fonte primária de dados e o pesquisador sendo instrumento fundamental para realização dessa pesquisa. Para realizar esta pesquisa, no primeiro momento, haverá o contato presencial com a direção escolar e professora da turma para que seja apresentado o projeto e, em seguida, haverá a apresentação aos responsáveis dos estudantes participantes e aos mesmos, incluindo a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice A) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (apêndice B). No segundo momento desse caminho metodológico, a pesquisadora, em parceria com a professora da turma, realizará uma seleção de histórias e contos infantis com temática ambiental para que haja as rodas de conversas. Essas histórias e contos infantis serão lidos pela pesquisadora para a turma e, em seguida, os/as estudantes poderão comentar e socializar seus conhecimentos sobre o tema abordado. Cardoso e Faria (2016) comentam que a contação de histórias na sala de aula estimula a imaginação e curiosidade dos/das estudantes, desenvolvendo assim a sua autonomia e pensamento, proporcionando a vivência de diversas experiências e sentimentos. Em outro momento, acontecerá a conversa (anexo) baseada em Albuquerque (2010) que se refere a conversa como uma metodologia de autorreflexão, na qual o/a participante da

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3161-8124 **E-mail:** oep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

pesquisa tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, relatando suas experiências de forma livre e espontânea. As questões são elaboradas para a conversa pela entrevistadora, levando em conta o embasamento teórico e as informações que deseja recolher para atingir os objetivos propostos na pesquisa. A etapa de análise e interpretação de dados será baseada em Minayo, Deslandes e Gomes (2007, p.87) que destacam os procedimentos metodológicos como: "categorização, inferência, descrição e interpretação". Ressaltamos que as rodas de leituras e conversas serão mediadas pela pesquisadora, podendo haver participação da professora da turma. Esses momentos poderão ser fotografados e gravados, porém, só a pesquisadora responsável e o orientador terão acesso às gravações. Nas conversas com a turma, acontecerá a gravação das falas. As fotografias realizadas durante as conversas, havendo permissão dos responsáveis dos participantes da pesquisa, poderão aparecer no trabalho escrito. Destaco que em relação a entrevista individual com os estudantes, acontecerá apenas a gravação da voz, todos esses dados apenas a pesquisadora e o orientador terão acesso. Toda a etapa metodológica acontecerá durante o horário de aula dos (das) estudantes, sem haver a necessidade de utilizar o turno oposto."

A escola em que a pesquisa será realizada é a Escola Municipal Joaquim Pereira dos Santos, única escola pública presente na comunidade quilombola de Candeal II. Pretende-se realizar a pesquisa com a turma do quinto ano do ensino fundamental I, sendo essa turma escolhida por ser a que aborda sobre os conteúdos relacionados ao meio ambiente.

A pesquisadora indica que os estudantes terão uma faixa de "8 a 12 anos de idade; lembrando que os/as estudantes terão a autonomia de quererem ou não participar da pesquisa". Menciona ainda que "todos responsáveis dos (das) estudantes que irão participar devem assinar o TCLE e o termo de autorização de imagem (apêndice C) que serão apresentados e entregues a esses responsáveis, o TALE será apresentado aos estudantes, caso aceitem participar da pesquisa, esses deverão assinar. Para estabelecer contato com os responsáveis dos estudantes será solicitado (sic) uma reunião na escola para apresentar o projeto".

Página 03 de

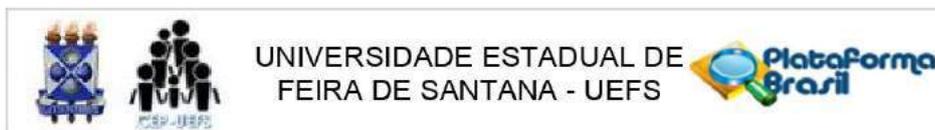
O cronograma nas Informações Básicas do Projeto informa a coleta de dados e indica todas as etapas da pesquisa, com socialização dos resultados da pesquisa junto aos participantes em março de 2023.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo da Pesquisa:

O Objetivo Primário indicado é o que segue "Compreender acerca dos conhecimentos tradicionais

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3181-8124 **E-mail:** oep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

relacionados a temas ambientais que são transmitidos por crianças da comunidade quilombola de Candéal II".

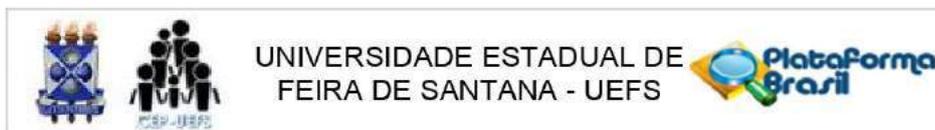
Os Objetivos Secundários são três: "Descrever os traços culturais da comunidade e sua relação com temas ambientais"; "Conhecer as formas utilizadas na Comunidade de Candéal II para a transmissão dos conhecimentos tradicionais relacionados ao ambiente"; e "Identificar através da contação de histórias infantis os conhecimentos tradicionais relacionado ao ambiente que detém as crianças para propor um diálogo intercultural decolonial".

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos da pesquisa, indicados nas Informações Básicas do Projeto e no TCLE, são: "Esta pesquisa pode oferecer alguns riscos, tais como a exposição imagens de seu/sua filho(a), a revelação de sua identidade e algum constrangimento ao expressar suas opiniões, contudo nos comprometemos a não registrar, caso não se sinta confortável em expor suas ideias. Todo o material produzido nesta pesquisa será guardado por cinco anos, nos arquivos pessoais da pesquisadora, bem como nos arquivos do grupo de pesquisa RIZOMA da UEFS, do qual faço parte". A redação nas informações básicas do projeto pressupõe que quem está lendo tais informações são os responsáveis pelos participantes da pesquisa, uma vez que a pesquisadora responsável utiliza a segunda pessoa do discurso.

Os Benefícios indicados são os que seguem: "Dentre os benefícios dessa pesquisa está sua contribuição na compreensão da importância da educação ambiental com a conscientização da preservação ambiental, principalmente das Comunidade (sic) Candéal II". No campo "benefícios", a pesquisadora responsável também inseriu o seguinte texto: "Informamos que esta pesquisa não terá nenhum custo e você terá direito de buscar indenização no caso de eventual dano decorrente da mesma, conforme o disposto na Res. 466/12 item IV.3 letra g. Seu/sua filho(a) tem o direito de desistir de participar a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo. Ressaltamos ainda que o/a participante da pesquisa receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em caso de danos decorrentes da pesquisa (Resolução CNS nº 510, de 2016, Capítulo I, Art. 2º, Inciso II; e Capítulo III, Seção II, Artigo 17º, Inciso V. Resolução CNS nº 466/2012, item II.2 letra o, item IV.3 letra c, item V.6º. A redação nas informações básicas do projeto pressupõe que quem está lendo tais informações são os responsáveis pelos participantes da pesquisa, uma vez que a pesquisadora responsável utiliza a segunda pessoa do discurso.

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3181-8124 **E-mail:** oep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto tem grande relevância, pois une a visibilização de comunidades tradicionais – no caso, uma comunidade quilombola – e a educação ambiental. O projeto também é muito relevante ao escolher como participantes de pesquisa alunas e alunos da quinta série do ensino fundamental, que estudam em uma Escola pública situada em uma quilombola – no caso, Candeal II.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os itens obrigatórios do Protocolo de Pesquisa estão de acordo com as exigências da Norma Operacional CNS n. 001, de 2013.

**Recomendações:**

Não há recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto aprovado.

**PENDÊNCIA 1: PROJETO:**

a) O Projeto está incompleto, sendo necessário encaminhá-lo contendo as partes que faltam: o cronograma, o orçamento e os apêndices.

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

b) É necessário corrigir o sumário do projeto, colocando-o em correspondência com os tópicos e páginas do trabalho.

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

c) É necessário numerar as páginas do projeto.

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

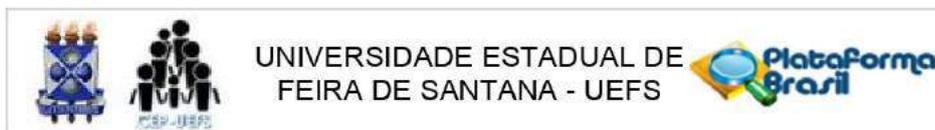
**PENDÊNCIA 2: INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO:**

a) Os riscos e benefícios indicados estão redigidos como se os leitores das Informações Básicas do Projeto fossem os responsáveis pelos participantes da pesquisa. Porém, tais Informações são direcionadas ao CEP-UEFS. É necessário reescrever, usando preferencialmente a terceira pessoa.

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência NÃO atendida. Continua o mesmo texto. Observe que o documento pendente é o PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO.

Resposta: Foi alterado na plataforma para: A) A pesquisa pode apresentar alguns riscos, como por exemplo, constrangimento do(da) participante ao ser entrevistado(a) ou fotografado(a), sentir-se envergonhado ou, ainda, trazer à memória experiências ou situações vividas que podem causar ao mesmo(a) causa desconforto. Todavia, não desejamos que isto aconteça.

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3161-8124 **E-mail:** cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

Pendência atendida

b) A inserção do seguinte texto é indevida: "Informamos que esta pesquisa não terá nenhum custo e você terá direito de buscar indenização no caso de eventual dano decorrente da mesma, conforme o disposto na Res. 466/12 item IV.3 letra g. Seu/sua filho(a) tem o direito de desistir de participar a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo. Ressaltamos ainda que o/a participante da pesquisa receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em caso de danos decorrentes da pesquisa (Resolução CNS nº 510, de 2016, Capítulo I, Art. 2º, Inciso II; e Capítulo III, Seção II, Artigo 17º, Inciso V. Resolução CNS nº 466/2012, item II.2 letra o, item IV.3 letra c, item V.6". Assistência integral, indenização e preservação de participantes da pesquisa e seus responsáveis não são benefícios, mas são direitos assegurados na legislação vigente, corretamente citados no texto acima.

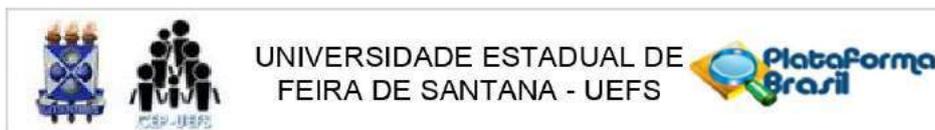
Resultado no parecer 5.301.054: Pendência NÃO atendida. O documento pendente é o PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO, não sendo suficiente mudar apenas no Projeto detalhado. Resposta: B) A pesquisa também apresenta benefícios, como, a valorização dos conhecimentos dos(das) estudantes da comunidade quilombola de Candeal II relacionando com educação ambiental, além da contribuição na compreensão da importância da educação ambiental com a conscientização da preservação ambiental, principalmente das Comunidade Candeal II.

Pendência atendida

c) Nos critérios de inclusão, que não estão explicitados, mas estão incorretamente colocados na metodologia, a pesquisadora responsável afirma: "Pretende-se realizar a pesquisa com a turma do quinto ano do ensino fundamental I, sendo essa turma escolhida por ser a que aborda sobre os conteúdos relacionados ao meio ambiente. Esses estudantes tem na faixa de 8 a 12 anos de idade". A faixa etária de alunos do quinto ano fundamental não corresponde a 8 ou 9, ou até mesmo 10 anos, salvo situações excepcionais, que precisam ser problematizadas. Isso interfere diretamente na autorização para o uso de imagem, uma vez que pela legislação vigente, recomenda-se que as crianças que já conseguem opinar se pronunciem sobre a cessão de seus direitos de imagem. Recomenda-se consultar o Manual dos CEPs, item 9.6 "Adequação das informações relativas ao sujeito da pesquisa e critérios de inclusão e exclusão" ([https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Manual\\_ceps.pdf](https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Manual_ceps.pdf)).

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência NÃO atendida. O documento pendente é o PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO, não sendo suficiente mudar apenas no Projeto detalhado.

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3181-8124 **E-mail:** cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

Resposta: C) Pretende-se realizar a pesquisa com a turma do quinto ano do ensino fundamental I, sendo essa turma escolhida por ser a que aborda sobre os conteúdos relacionados ao meio ambiente, com base nas habilidades descritas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses estudantes tem na faixa de 10 anos de idade, de acordo com o Ministério de Educação (MEC). [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 15 mar 2022. [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passo\\_a\\_passo\\_versao\\_atual\\_16\\_setembro.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passo_a_passo_versao_atual_16_setembro.pdf). Acesso em: 15 mar 2022.

Pendência atendida.

d) Não foi feita a transcrição e explicitação do cronograma completo de execução presente no arquivo "cronograma.pdf", gerado em 18/01/2022, às 21:56:59, nas Informações Básicas do Projeto. Isso contraria a NORMA OPERACIONAL CNS Nº 001 de 2013, 3.4.1.9, que preceitua: "Todos os protocolos de pesquisa devem conter, obrigatoriamente: (...) Cronograma: informando a duração total e as diferentes etapas da pesquisa, em número de meses, com compromisso explícito do pesquisador de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-Conep".

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência NÃO atendida. O documento pendente é o PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO, não sendo suficiente mudar apenas no Projeto detalhado.

Resposta: D) Foi acrescentado na plataforma

Pendência atendida

#### PENDÊNCIA 3: TALE

a) O Termo de Assentimento (TALE) está no mesmo arquivo em que está o TCLE. É necessário encaminharem um arquivo a parte.

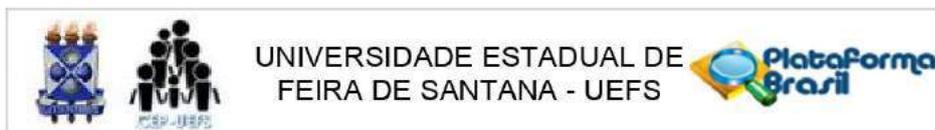
Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

b) A linguagem empregada no TALE não é adequada a crianças de 8 a 12 anos, alunos e alunas da quinta série do Ensino Fundamental I, apontados como participantes da pesquisa. Segundo a RESOLUÇÃO CNS 466/2012, II.24, O Termo de Assentimento é um "documento elaborado em linguagem acessível para os menores ou para os legalmente incapazes, por meio do qual, após os participantes da pesquisa serem devidamente esclarecidos, explicitarão sua anuência em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais".

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

c) É necessário utilizar uma Redigir o TALE no formato de convite. Não é adequado que o corpo do

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3181-8124 **E-mail:** cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

decorrentes da pesquisa." V.7 – "Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa." Consultar ainda o CÓDIGO CIVIL (LEI 10.406/2002): Artigos 927 a 954, dos Capítulos I (Da Obrigação de Indenizar) e II (Da Indenização), do Título IX (Da Responsabilidade Civil; Livro I – Do Direito das Obrigações).

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

d) O TCLE deve assegurar, de forma clara e afirmativa, que, ao final da participação no estudo, os indivíduos continuarão recebendo o produto investigacional gratuitamente pelo patrocinador em caso de benefício individual. Caso se observe benefício coletivo, no final do estudo, este também precisa ser compartilhado, conforme RESOLUÇÃO CNS N° 466 de 2012: III.2.n – "As pesquisas, em qualquer área do conhecimento envolvendo seres humanos, deverão observar as seguintes exigências: (...) assegurar aos participantes da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa".

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

e) A utilização de expressões técnicas como "um diálogo intercultural decolonial no ensino de ciências", e o tom geral do TCLE, está em inconformidade com a Resolução CNS N° 466 de 2012, no item II.23, orienta que o TCLE deve "conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar". Uma das pendências mais frequentes é a utilização de termos técnicos inacessíveis a um leigo, sobretudo termos técnicos acadêmicos. Quem redige ou revisa o TCLE deve colocar-se no lugar de um participante de pesquisa leigo.

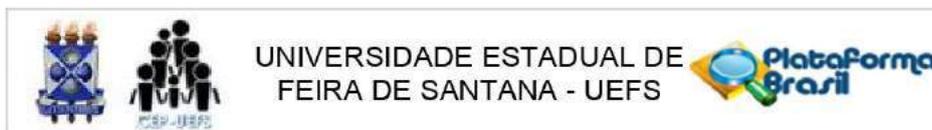
Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

f) É necessário utilizar uma Redigir o TCLE no formato de convite. O início do TCLE está em conformidade com isso, mas o restante está redigido em terceira pessoa, em vez da segunda pessoa do discurso. Escrever o TCLE como declaração, ainda que em partes, pode reduzir a autonomia do indivíduo. Contudo, é aceitável que a parte final do TCLE, em que estão os campos de assinatura e na qual participante manifesta o seu desejo, esteja escrita como declaração.

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

g) O texto que segue – "Como esta pesquisa envolve a produção imagética, individual ou coletiva, informamos que é possível que sua identidade seja revelada. Contudo, esclarecemos que será respeitado o direito de seu/sua filho(a) ao anonimato, se assim o desejar. Desse modo, caso você concorde em divulgar imagem de seu/sua filho(a), solicitamos que assine o termo de autorização

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3181-8124 **E-mail:** oep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

de uso de imagem, que segue anexado a este documento. Destacamos que o anonimato só será quebrado caso o termo de autorização de uso de imagem seja assinado. Esta pesquisa pode oferecer alguns riscos, tais como a exposição imagens de seu/sua filho(a), a revelação de sua identidade e algum constrangimento ao expressar suas opiniões, contudo nos comprometemos a não registrar, caso não se sinta confortável em expor suas ideias" – não contém o compromisso de sigilo de dados, compromisso de assistência em caso de quebra de sigilo, nem mesmo indica o direito de indenização específico no caso de exposição da criança. O mais grave é indicar que a alternativa é a não-participação, uma vez que sugere-se no próprio termo de autorização de uso de imagem que é possível participar da pesquisa sem que a imagem seja utilizada. Na prática, isso pode significar que apenas com a cessão do direito de imagem a criança poderá participar, seja por autorização, seja acidentalmente, pois informa-se que o anonimato pode ser quebrado, sem a indicação explícita da reparação (assistência e indenização). A RESOLUÇÃO CNS N° 466 de 2012: IV.3.e afirma – "O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter, obrigatoriamente: (...) garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa".

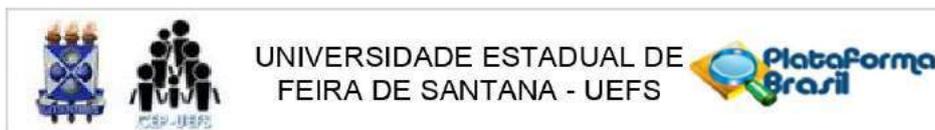
Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

h) O TCLE afirma que "Seu/sua filho(a) tem o direito de desistir de participar a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo". Falta explicitar o direito dos responsáveis de revogarem a qualquer tempo a autorização para o menor de idade participar da pesquisa, e a indicação do compromisso de assistência, em conformidade com a RESOLUÇÃO CNS N° 466 de 2012: IV.3 – "O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter, obrigatoriamente: (...) esclarecimento sobre a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios e acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ou a interrupção da pesquisa". Ver também IV.3.d: "O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter, obrigatoriamente: (...) garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma."

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência parcialmente atendida. É preciso dizer o participante pode "recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, EM QUALQUER FASE DA PESQUISA, sem penalização alguma".

Resposta: Acrescentado: "Importante lembrar que seu/sua filho(a) tem o direito de desistir de participar a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo. Além disso, ele (ela) pode recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase sem penalização alguma." TCLE: página

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3181-8124 **E-mail:** oep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

28 no projeto detalhado.

Pendência atendida.

**PENDÊNCIA 5: ORÇAMENTO:**

O Orçamento não indica a fonte de recursos, nem a contrapartida da instituição proponente de pesquisa (Universidade Estadual de Feira de Santana), que fornece infraestrutura, recursos humanos e apoio institucional para que a pesquisa se realize. Isso contraria a RESOLUÇÃO CNS N° 466 de 2012, que afirma em II.11 que o patrocinador é a "pessoa física ou jurídica, pública ou privada que apoia a pesquisa, mediante ações de financiamento, infraestrutura, recursos humanos ou apoio institucional". A resolução ainda afirma, em III.2.h, que "As pesquisas, em qualquer área do conhecimento envolvendo seres humanos, deverão observar as seguintes exigências: (...) contar com os recursos humanos e materiais necessários que garantam o bem-estar do participante da pesquisa, devendo o(s) pesquisador(es) possuir(em) capacidade profissional adequada para desenvolver sua função no projeto proposto". A NORMA OPERACIONAL CNS N° 001 de 2013, 3.3.e), preceitua que "Todos os protocolos de pesquisa devem conter: (...) Orçamento financeiro: detalhar os recursos, fontes e destinação".

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência NÃO atendida. É preciso mudar o ORÇAMENTO presente nas Informações Básicas do Projeto, Projeto Detalhado e anexar um ORÇAMENTO com indicação, em todos os orçamentos, que devem ser iguais, a FONTE DE RECURSOS e a CONTRAPARTIDA, e não fazer uma declaração de contrapartida anexada à parte.

Resposta: Foi acrescentado à plataforma como está no projeto detalhado.

Pendência atendida.

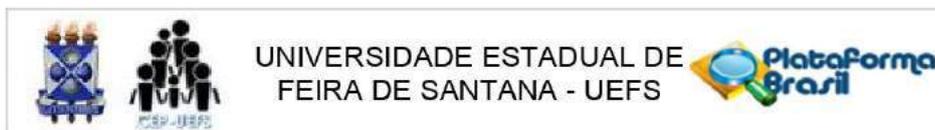
**PENDÊNCIA 6: INSTRUMENTO DE COLETA:**

A RESOLUÇÃO CNS N° 466 de 2012, item III.2.i, afirma que "as pesquisas devem (...) prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros". É necessário, para assegurar a preservação da identidade dos menores, substituir seus nomes no Instrumento de Coleta por outra forma de identificação.

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência não atendida e ignorada no ofício. O Instrumento de Coleta (roteiro de entrevista semiestruturada) não está anexado.

Resposta: Serão utilizados nomes fictícios para se referir aos alunos(alunas), garantindo assim a preservação da identidade, assegurando a confidencialidade. Acrescentado à metodologia do trabalho na página 18 e no roteiro da entrevista semiestruturada anexado no projeto detalhado.

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3161-8124 **E-mail:** oep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

imagem de menores coloca em risco o que o ECA normatiza em seu artigo Art. 100, Parágrafo único. "São também princípios que regem a aplicação das medidas (...) V – privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva de sua vida privada". Logo, Identificar a criança ou adolescente, sem vedar sua imagem fotográfica, em vídeo, fazendo alusão ao seu nome e eventualmente sobrenome, contraria seus direitos fundamentais, podendo ser enquadrado no artigo 461, parágrafo 5, do Código de Processo Civil, interpretado eventualmente pelo Ministério Público para vedar a exibição, sob qualquer forma, da imagem e dos nomes de crianças e adolescentes, bem como de fatos capazes de causar-lhes humilhação, vexame, perigo moral, psíquico ou outra forma de constrangimento, independentemente do consentimento ou da presença dos pais, sem prévia autorização judicial, sob pena de multa. Logo, a utilização da imagem dos menores, caso devidamente autorizada, deve ser restrita aos produtos acadêmicos previstos no projeto de pesquisa, sendo os responsáveis informados de que produtos serão esses, devendo esses receber acesso aos mesmos após a sua confecção.

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

b) Uma vez que os menores participantes de pesquisa são alfabetizados, uma vez que estão na quinta série do ensino fundamental, é necessário coletar a sua autorização no termo de autorização de uso de imagem, o qual deve ser confeccionado em linguagem a ele acessível, com a explicitação de que a sua negativa representará a não-utilização de sua imagem, ainda que os seus responsáveis tenham anuído. Tal se dá por equivalência ao grupo TCLE/TALE, que tem autorização da criança e de seus responsáveis.

Pendência parcialmente atendida. É preciso ajustar a linguagem do Termo de Cessão de Direitos de Imagem para a assinatura de menores.

Resposta: foi apresentado um TALE em linguagem adequada.

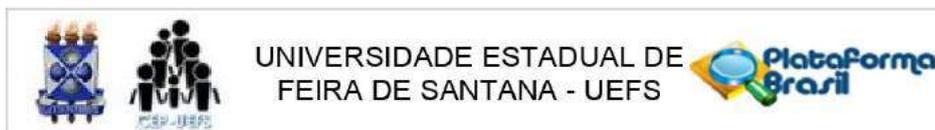
Pendência atendida.

#### PENDÊNCIA 8: DECLARAÇÃO DE PESQUISADORES

Uma vez que em uma etapa de pesquisa, a pesquisadora responsável terá a assistência da professora da turma da quinta série do Fundamental I, é necessário enviar para o CEP-UEFS a declaração dessa professora, e fazê-la constar como pesquisadora assistente (RESOLUÇÃO 466/2012, II.15 – "pesquisador - membro da equipe de pesquisa, corresponsável pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa").

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3181-8124 **E-mail:** cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

TALE seja escrito como declaração, já que isto pode reduzir a autonomia do indivíduo. Exemplo: "Ressaltamos ainda que o/a participante da pesquisa receberá assistência integral e imediata...", em vez da sentença ser redigida com afirmações do pesquisador dirigidas ao participante de pesquisa. Exemplos: "Ressaltamos ainda que você, ao participar desta pesquisa, receberá assistência integral e imediata...". Contudo, é aceitável que a parte final do TALE, em que estão os campos de assinatura e na qual participante manifesta o seu desejo, esteja escrita como declaração.

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

#### PENDÊNCIA 4: TCLE

a) É necessário fazer constar explicitamente no TCLE o que preceitua a RESOLUÇÃO CNS N° 466 de 2012, item III.2.i, que preceitua que as pesquisas devem "(...) prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros". A mesma Resolução, no item IV.3.e, ainda define que o TCLE deve conter a "garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa".

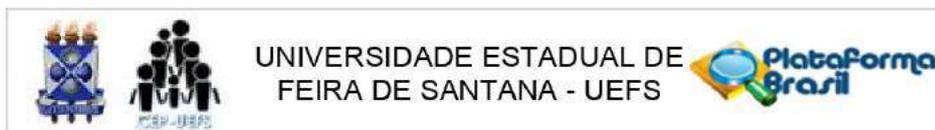
Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

b) Além de dizer que a pesquisa não terá nenhum custo quando for o caso, O TCLE deve assegurar de forma clara e afirmativa o ressarcimento de todos os gastos que o participante e seu(s) acompanhante(s) terão ao participar da pesquisa, conforme RESOLUÇÃO CNS N° 466 de 2012: II.21 – "ressarcimento compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação". Além disso, na mesma resolução, em IV.3.g, afirma-se que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter, obrigatoriamente "(...) explicitação da garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes".

Resultado no parecer 5.301.054: Pendência atendida.

c) O TCLE apresentado informa que haverá assistência em caso de dano, mas não identifica de forma explícita que os pesquisadores, patrocinador e instituições envolvidas se responsabilizarão com a indenização em caso de dano. Isso contraria a RESOLUÇÃO CNS N° 466 de 2012: II.7 – "indenização cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa"; IV.3.h – "O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter, obrigatoriamente: (...) explicitação da garantia de indenização diante de eventuais danos

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3181-8124 **E-mail:** cesp@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

Foi alterado de "nome" para "nome fictício".

Pendência atendida.

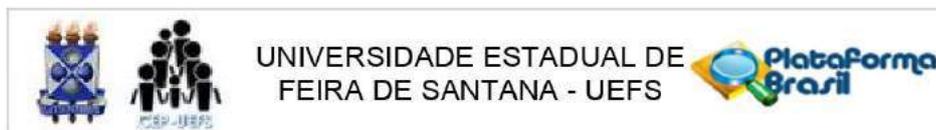
**PENDÊNCIA 7: TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE IMAGEM:**

a) De acordo com a Resolução CNS nº 466 de 2012, item III.2.i, na pesquisa o responsável deve (...) "prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou do grupo, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros". O termo de cessão de direitos de imagens prevê que, uma vez dada a autorização, as imagens dos menores serão utilizadas: "(I) em vídeos educativo-culturais; (II) exposições e/ou mostras culturais divulgadas em diversos espaços; (III) mídias de divulgação de massa, em ambientes privados, coletivos, institucionais, virtuais, dentre outros; (IV) relatórios do projeto de pesquisa; (V) em relatos de experiência de quaisquer membros da equipe executora do projeto, seja professores ou estudantes, eventualmente publicados em reuniões e/ou periódicos científicos; (VI) em eventos acadêmicos e culturais na qual a equipe do projeto participe; (VII) possíveis eventos acadêmicos que envolvam a temática dessa pesquisa."

O ECA preceitua sobre a imagem de crianças, em seu Art. 17: "O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais". Neste sentido, a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente, também trouxe proteção integral à criança e ao adolescente de tal forma que, não só sua integridade física fique a salvo, mas também sua imagem e identidade, direitos estes personalíssimos. Os direitos das crianças e adolescentes, tais como a liberdade, a dignidade e o respeito, são também assegurados tanto pela Constituição Federal quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa forma, legalmente, as crianças e adolescentes são protegidos pelo princípio da maior vulnerabilidade já que, em razão da idade, são mais frágeis e suscetíveis a abusos, incapazes de defenderem seus próprios interesses. Por isso, há de ser exigido também um maior cuidado no

que diz respeito à utilização de sua imagem em "vídeos educativo-culturais", "exposições e/ou mostras culturais divulgadas em diversos espaços", "mídias de divulgação de massa, em ambientes privados, coletivos, institucionais, virtuais, dentre outros", "em relatos de experiência de quaisquer membros da equipe executora do projeto, seja professores ou estudantes, eventualmente publicados em reuniões e/ou periódicos científicos" (neste último caso, estão indicados na submissão deste projeto UM professor e UMA aluna, respectivamente pesquisador colaborador e pesquisador responsável – o plural sugere a utilização por mais pessoas). Tal utilização ampla da

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3181-8124 **E-mail:** oep@uefs.br



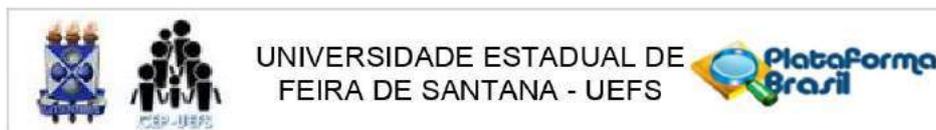
Continuação do Parecer: 5.317.290

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1863871.pdf	22/03/2022 00:13:13		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCOMPLETOo.pdf	22/03/2022 00:12:57	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Outros	ORcAMENTOat.pdf	22/03/2022 00:11:29	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Outros	cartaresposta.pdf	21/03/2022 23:59:42	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Outros	AUTORIZACAOALUNOA.pdf	21/03/2022 23:45:51	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEe.pdf	21/03/2022 23:43:09	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Cronograma	cronograma3.pdf	21/03/2022 23:41:03	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	21/03/2022 21:03:29	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	Oficioo.pdf	20/03/2022 13:42:58	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Outros	CONTRAPARTIDA.pdf	20/03/2022 13:40:37	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Outros	APENDICEDAUTORIZACAORESPONS AVEL.pdf	20/03/2022 13:39:30	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Outros	APENDICEEAUTORIZACAALUNO.pdf	20/03/2022 13:38:22	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Outros	DECLARACAODOPEQUISADORprofe ssora.pdf	20/03/2022 13:36:51	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCOMPLETO2.pdf	20/03/2022 13:35:21	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	20/03/2022 13:29:59	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/03/2022 13:29:05	BIANCA RABELO SILVA	Aceito

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3161-8124 **E-mail:** cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 5.317.290

Cronograma	CRONOGRAMAA.pdf	19/03/2022 23:29:32	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	18/01/2022 21:56:59	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	cartaDOC.docx	18/01/2022 21:53:36	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta.pdf	18/01/2022 21:53:05	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	18/01/2022 21:51:50	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaocep.pdf	06/12/2021 21:37:01	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Outros	instrumento.pdf	26/11/2021 21:34:23	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Outros	autorizacaoimagem.pdf	24/11/2021 22:48:08	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcletale.pdf	24/11/2021 22:47:07	BIANCA RABELO SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_bianca_rabello.pdf	24/11/2021 22:34:47	BIANCA RABELO SILVA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FEIRA DE SANTANA, 28 de Março de 2022

Assinado por:  
**Brian Gordon Lutalo Kibuuka**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS  
**Bairro:** Módulo I, MA 17 **CEP:** 44.031-460  
**UF:** BA **Município:** FEIRA DE SANTANA  
**Telefone:** (75)3161-8124 **E-mail:** cep@uefs.br